

ANTONIO HENRIQUE MAIA LIMA

**O DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DAS MINORIAS
DE GÊNERO**

BOLSISTA CAPES



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2015**

ANTONIO HENRIQUE MAIA LIMA

**O DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DAS MINORIAS
DE GÊNERO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – mestrado acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob a orientação da Professora Doutora Arlinda Cantero Dorsa e Coorientação do Professor Doutor Pedro Pereira Borges.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE – MS
2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, Campo Grande, MS, Brasil)

L732d Lima, Antonio Henrique Maia

O direito humano ao desenvolvimento sob a ótica das minorias de gênero / Antonio Henrique Maia Lima; orientação Arlinda Cantero Dorsa; coorientador Pedro Pereira Borges. -- 2015.

147 f. + anexos

Dissertação (mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2015.

1. Minorias – Direitos e deveres
2. Direitos humanos
3. Desenvolvimento humano
4. Análise do discurso I Dorsa, Arlinda Cantero II.. Borges, Pedro Pereira III. Título

CDD – 323.4

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: "O Direito Humano ao Desenvolvimento sob a Ótica das Minorias de Gênero"

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local, cultura, identidade, diversidade.

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Exame de Defesa aprovado em: 24/03/2015

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa – Orientadora
Universidade Católica Dom Bosco

Prof Dr Pedro Pereira Borges – Coorientador
Universidade Católica Dom Bosco

Profª Drª Dolores Pereira Ribeiro Coutinho
Universidade Católica Dom Bosco

Prof Dr Milton Augusto Pasquotto Mariani
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Àqueles que sempre sonharam, acreditaram e investiram em mim
independentemente de qualquer adversidade: mamãe e papai.

AGRADECIMENTOS

Seria injusto não esboçar a mais sincera gratidão a algumas pessoas muito queridas, que sem a ajuda não seria possível a realização de tudo isso:

Obrigado à minha mãe Vera, minha melhor amiga e ao meu pai Audir, por todas as palavras de consolo, por todas as vezes que me ouviram pacientemente em desespero no telefone, pelos conselhos, pelo amor incondicional, pela compreensão, por sempre acreditarem em mim e pelo suporte, sem o qual jamais teria conseguido finalizar mais essa etapa da minha vida.

Obrigado ao meu irmão Renan pelo apoio, pelas ajudas quando me deparava com conceitos quase incompreensíveis, pelas críticas sempre construtivas que, com toda certeza, ajudaram a lapidar não só essa dissertação de mestrado, mas qualquer outro empenho acadêmico que por ventura venha a me dedicar no futuro.

Obrigado Mauricio por estar ao meu lado ao longo desses dois anos e por sempre me lembrar que nada na vida se constrói sem que os pés estejam no chão.

Obrigado aos meus amigos pela amizade sincera e pela compreensão em relação a minha ausência. Esta dissertação é o fruto de todas as noites que não pude acompanhá-los.

Obrigado aos meus queridos orientadores que não são somente meus eternos mestres, mas amigos. Obrigado Arlinda, que por tantos anos me acompanha, sempre disposta a me ajudar a concretizar meus devaneios. Obrigado Padre Pedro pelas preciosas lições, não somente acadêmicas, mas lições de vida. Saiba que tenho todo o orgulho do mundo em ter sido orientado por um padre, pois essa é a prova de que ciência e religião podem caminhar juntas, sem qualquer transtorno e que tanto uma quanto a outra podem se tornar fundamentalismo à medida que consomem a razão.

Obrigado, finalmente, a todas as pessoas que direta ou indiretamente colaboraram para a concretização de mais esse sonho.

MAIA LIMA, Antonio Henrique. O Direito Humano ao Desenvolvimento sob a ótica das minorias de gênero. 147f. 2015. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

RESUMO

O presente estudo aborda a temática do desenvolvimento humano do ponto de vista de transexuais, travestis e intersexuais. Para isso, o desenvolvimento humano é entendido como direito humano fundamental, tal como prevê o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Nesse sentido, o raciocínio basilar da investigação é o seguinte: preconceito, violência, terrorismo psicológico e redução à condição de piada são apenas alguns dos elementos que contribuem para uma vida sem qualidade, sem bem-estar individual dessas pessoas, sendo, portanto, elementos que inviabilizam seu desenvolvimento humano, o que, por sua vez, é impedimento do pleno gozo de seus direitos humanos. Sob esse direcionamento foram feitas entrevistas semiestruturadas que forneceram discursos. Os discursos perquiridos formaram substancial material de análise que possibilitou a comprovação das hipóteses fundamentais da pesquisa, o que significa que foi possível uma conclusão favorável à linha de pensamento apresentada. A pesquisa é de matriz metodológica eminentemente qualitativa. O método de raciocínio empregado foi o indutivo. Na análise de dados foram usadas as metodologias da Análise Crítica do Discurso e da Alteridade. Infere-se, portanto, que transexuais, travestis e intersexuais sofrem um cílico e estruturado preconceito, cujas primeiras manifestações se dão na família, na escola e no convívio social. Quando chegado o momento de assumir as respectivas diferenças, essas pessoas se veem em situação de vulnerabilidade, pois as instituições lhes são negligentes, fazendo com que marginalização social seja um destino certo. Nessa perspectiva, lhes são negados o direito à educação, à convivência familiar e comunitária, ao trabalho digno, dentre outros. Tais direitos são imprescindíveis para a fruição da qualidade de vida, que é requisito para o desenvolvimento humano, que, por sua vez, é um direito humano. Logo, essa dinâmica preconceituosa é prejudicial ao bem-viver dessas minorias, cujas necessidades humanas circulam em torno das ideias de equidade e inclusão social.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano. Direitos Humanos. Minorias de Gênero. Direitos Sociais. Análise Crítica do Discurso.

MAIA LIMA, Antonio Henrique. O Direito Humano ao Desenvolvimento sob a ótica das minorias de gênero. 147f. 2015. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

ABSTRACT

This study addresses the issue of human development from the perspective of transsexuals, transvestites and intersex. For this, human development is understood as a fundamental human right as stipulated in the United Nations Development Programme. In this sense, the basic reasoning of research is: prejudice, violence, bullying and reduce the joke condition are just some of the elements that contribute to a life without quality, without individual welfare of these people, and therefore elements preclude their human development, which, in turn, is prevented from fully enjoying their human rights. In this direction semi-structured interviews were conducted which provided speeches. The speeches formed substantial material for analysis that allowed the proof of the fundamental hypotheses of the study, which means that a successful conclusion to the line of thought presented was possible. The research is highly qualitative methodological matrix. The reasoning method used was inductive. In the data analysis were used the methods of Critical Discourse Analysis and Otherness. Concludes that transsexuals, transvestites and intersex suffer a cyclical and structured prejudice, whose first manifestations occur within the family, school and social life. When the time to take up their differences, these people come into a position of vulnerability, because the institutions they are negligent, causing social marginalization is a certain destination. From this perspective, they are denied the right to education, family and community life, decent work, among others. These rights are essential to the enjoyment of quality of life, which is a requirement for human development, which, in turn, is a human right. Therefore, this prejudiced dynamic is detrimental to the well-live those minorities whose human needs circulating around the ideas of equity and social inclusion.

Keywords: Human Development. Human Rights. Gender Minorities. Social Rights. Critical Discourse Analysis.

MAIA LIMA, Antonio Henrique. O Direito Humano ao Desenvolvimento sob a ótica das minorias de gênero. 147f. 2015. Dissertação. Mestrado em Desenvolvimento Local. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.

RESUMEN

Este estudio aborda la cuestión del desarrollo humano desde la perspectiva de los transexuales, travestis e intersexuales. Para ello, el desarrollo humano se entiende como un derecho humano fundamental, según lo estipulado en el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. En este sentido, el razonamiento básico de la investigación es la siguiente: los prejuicios, la violencia, la intimidación y reducir la condición de broma son sólo algunos de los elementos que contribuyen a una vida sin calidad, sin bienestar individual de estas personas, y por lo tanto los elementos que impiden su desarrollo humano, el cual, a su vez, se impide el pleno disfrute de sus derechos humanos. En este sentido se realizaron entrevistas semiestructuradas que proporcionaron discursos. Los discursos perquiridos formaron un cuerpo sustancial de análisis que llevó a la prueba de las hipótesis fundamentales del estudio, lo que significa que una conclusión exitosa de la línea de pensamiento presentado fue posible. La investigación tiene matriz metodológica predominantemente cualitativo. El método utilizado fue el razonamiento inductivo. En el análisis de los datos se utilizaron los métodos de análisis crítico del discurso y la Otredad. Los transexuales, travestis e intersexuales sufren un ciclo estructurado de prejuicios, cuyas manifestaciones primera ocurrir en la familia, la escuela y la vida social. Cuando la hora de tomar sus diferencias, estas personas se encuentran en situación de vulnerabilidad, porque las instituciones son negligentes, provocando la marginación social se convierte en un destino casi seguro. Desde esta perspectiva, se les niega el derecho a la educación, la familia y la vida comunitaria, el trabajo decente, entre otros. Estos derechos son esenciales para el disfrute de la calidad de vida, que es un requisito para el desarrollo humano, el cual, a su vez, es un derecho humano. Por lo tanto, esta dinámica de prejuicios es perjudicial para la buena vida de esas personas cuyas necesidades humanas giran en torno a las ideas de equidad e inclusión social.

Palavras-chave: Desarrollo Humano. Derechos Humanos. Las minorías de género. Derechos Sociales. Análisis Crítico del Discurso.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A estruturação social do preconceito contra membros das minorias de gênero que se prostituem.....	125
--	-----

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	13
1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	16
1.1 O MÉTODO.....	16
1.2 A ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	19
1.3 OS OBJETIVOS.....	24
1.4 QUESTÕES NORTEADORAS.....	25
1.5 COLETA, ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	26
2 INTRODUÇÃO À ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E À ALTERIDADE	28
2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS.....	28
2.2 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO NA ÓTICA DE TEUN VAN DIJK.....	30
2.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE E CATEGORIAS ANALÍTICAS EMPREGADAS....	34
2.4 A ALTERIDADE EM EMMANUEL LÉVINAS.....	40
3 O DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO DIREITO HUMANO E SOCIAL.....	46
3.1 DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	49
3.2 O DESENVOLVIMENTO HUMANO: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO A PARTIR DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD.....	53
3.3 O DESENVOLVIMENTO EM ESCALA HUMANA.....	58
3.4 AS NECESSIDADES HUMANAS.....	63
3.5 QUALIDADE DE VIDA.....	64
4 MINORIAS DE GÊNERO E HETERONORMATIVIDADE: UMA HEGEMONIA DA VISÃO BINARISTA DA SEXUALIDADE HUMANA.....	69
4.1 O PORQUÊ DE "HEGEMONIA"	69
4.2 CONCEPÇÕES SOBRE MINORIAS E SUA FORMAÇÃO.....	71
4.3 GÊNERO E HETERONORMATIVIDADE: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO.....	77
4.3 MINORIAS DE GÊNERO: TRANSEXUAIS, TRAVESTITIS E INTERSEXUAIS.....	82
4.3.1 Transexuais.....	84
4.3.2 Travestis.....	90
4.3.3 Intersexuais.....	94
5 ANÁLISE DISCURSIVA: A REALIDADE DAS MINORIAS DE GÊNERO A PARTIR DE SUAS PRÓPRIAS PERCEPÇÕES.....	96
5.1 EIXO TEMÁTICO I: AS MINORIAS DE GÊNERO E O ACESSO À EDUCAÇÃO.....	97
5.2 EIXO TEMÁTICO II: AS MINORIAS DE GÊNERO E O CONVÍVIO FAMILIAR E SOCIAL.....	104

5.3 EIXO TEMÁTICO III: AS MINORIAS DE GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO.....	114
5.4 EIXO TEMÁTICO IV: AS MINORIAS DE GÊNERO E OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	131
ANEXO I: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)....	139
ANEXO II: MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS	143
ANEXO III: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA.....	145

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente dissertação é fruto de inquietações inicialmente sobre violações dos direitos humanos das pessoas LGBTTs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, entre outros) no Brasil e no mundo. Após o contato com as literaturas do Desenvolvimento Local, principalmente da área de Desenvolvimento Humano surgiram espontaneamente as questões norteadoras da pesquisa. Feitas as primeiras reflexões apareceram também muitas dúvidas sobre como pesquisar as temáticas voltadas aos direitos em um programa de mestrado que não se situava na área de conhecimento das ciências jurídicas, o que culminou na compreensão já consolidada, conforme será demonstrado, do desenvolvimento como direito humano fundamental.

O enfoque deste trabalho é eminentemente interdisciplinar, identidade essa que jamais deve ser perdida. A interdisciplinaridade permite a mútua ajuda entre as ciências, de modo que naquilo que uma não dê conta, outra pode vir ao seu socorro. Nesse sentido, usou-se e abusou-se desse socorro intelectual, tendo em vista que são abordados conteúdos do direito, da sociologia, da economia, da linguística, da filosofia, da antropologia e de várias outras ciências humanas e sociais, cujos ensinamentos se fizeram necessários para compor o arsenal argumentativo usado para atender aos objetivos da pesquisa.

A ousadia foi perseguida ao longo das linhas do texto, visto que a característica do texto dissertativo-argumentativo é, justamente, a defesa de um ponto de vista baseado em argumentos construídos ao longo de um fio condutor, de uma linha de raciocínio, na qual a ousadia é imprescindível, pois quanto mais ousado for um ponto de vista mais rico, atrativo e inovador ele é. Nesse viés, entende-se que partindo do princípio de que o desenvolvimento é um direito humano e que, qualidade de vida é um requisito para o desenvolvimento, logo, pode-se concluir que a qualidade de vida é requisito também, para a fruição dos direitos humanos, que têm como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana.

Preconceito, violência, terrorismo psicológico e redução à condição de piada são apenas alguns dos elementos que contribuem para uma vida sem qualidade, sem bem-estar individual das minorias de gênero. Portanto, são elementos que inviabilizam o desenvolvimento humano dessas pessoas, o que, por sua vez, é impedimento do pleno gozo dos seus direitos humanos. Essa é a tese fundamental da presente dissertação e, para comprová-la, nasceu-se a necessidade de possibilitar para essas pessoas a voz, ou seja, o direito de falar por si mesmas, sem a intervenção de um pretenso “expert” no assunto. Nesse

ponto, é defendida a ideia de que ninguém está melhor apto a falar de sua própria realidade, seus próprios sofrimentos e alegrias senão quem de fato os sente. O agente do Desenvolvimento Local deve ter essa sensibilidade.

Os argumentos foram estruturados ao longo dos cinco capítulos do produto da pesquisa – a Dissertação de Mestrado, que assim foram nomeados: 1: Aspectos teórico-metodológicos da pesquisa, 2: Introdução à análise crítica do discurso e à alteridade, 3: As minorias de gênero e a exclusão: uma hegemonia da visão binarista sobre a sexualidade humana, 4: o desenvolvimento em escala humana como direito humano e social e 5: Resultados e discussões: o desenvolvimento em escala humana sob a ótica das minorias de gênero.

No primeiro capítulo serão apresentados os métodos empregados ao longo da pesquisa. A principal questão nessa fase da pesquisa é, definitivamente, o método de coleta e análise de dados. Isto porque se fez uso de duas variantes teórico-metodológicas de áreas do conhecimento bastante distintas: 1) a Análise Crítica do Discurso, que permeia a linguística, a sociologia e a antropologia e, 2) a Alteridade como metodologia de análise, o que do ponto de vista defendido, possibilita uma análise mais limpa do ideário, pré-conceitos e ideologias do pesquisador, que não deve ser um mero interpretador dos dados coletados, mas um verdadeiro amplificador, potencializando as percepções dos discursos proferidos pelas pessoas entrevistadas. Quanto à redação, buscou-se seguir as prescrições de Ítalo Calvino, contemplando a leveza, a rapidez, a nitidez, a visibilidade e a multiplicidade no texto apresentado.

No segundo capítulo será feita uma introdução às duas variantes teórico-metodológicas tratadas no capítulo anterior. O intuito deste capítulo é subsidiar de forma consistente os métodos empregados na coleta e análise de dados. Somadas, a Análise Crítica do Discurso e a Alteridade possibilitam a produção de um produto (dados e sua análise) mais humano, mais cristalino e menos opinioso, ensejando assim, uma transparência maior dos anseios e necessidades da população entrevistada, que falará com sua própria voz, subsidiando assim, as hipóteses fundamentais apresentadas no primeiro capítulo.

O terceiro capítulo, por sua vez, reúne a bibliografia acerca do Desenvolvimento Humano a partir da evolução do conceito de Desenvolvimento. O direcionamento da evolução de tal conceito no tempo se deu pelos Relatórios das Nações Unidas para o Desenvolvimento, escrito anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), além de obras voltadas à sociologia, à filosofia e à economia que abordam com propriedade a temática.

Ainda no terceiro capítulo será discutido o desenvolvimento como direito a partir dos princípios gerais dos direitos humanos, principalmente o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, além dos princípios do direito constitucional, estendendo a discussão, nessa vertente, aos conceitos de Desenvolvimento em Escala Humana, Necessidades Humanas e Qualidade de Vida. Toda a reflexão será conduzida para a compreensão de que um conceito seja requisito para outro e, dessa forma, com a inobservância de um é instaurado um efeito em cadeia que culmina na violação dos direitos humanos das minorias de gênero.

A abordagem sobre desenvolvimento poderia ter sido feita com o auxílio de autores como Wolfgang Sachs, Amartya Sen, Majid Rahnema, Arturo Escobar ou Serge Latouche, por exemplo. Porém, optou-se pela literatura de Antonio Elizalde, Manfred Max-Neef e Martin Hopenhayn, além de Catherine Walsh para este feito, selecionados pelo critério de afinidade e adequação teórica ao proposto na pesquisa.

No quarto capítulo serão apresentadas as minorias de gênero, defendendo-as como minoria em uma realidade hegemônica da heterormatividade, ou seja, a compreensão historicamente difundida da sexualidade humana como binarista somente, circundando as ideias de homem e mulher e/ou de macho e fêmea, excluindo as demais possibilidades. Serão apresentadas também neste capítulo discussões sobre sexo, gênero, transexualidade, intersexualidade, travestilidade, dentre outras, porém, há que se ressaltar que tais discussões não são o foco principal da pesquisa, razão pela qual não foram aprofundadas à exaustão, bem como não foram apresentados todos os pontos de vista sobre a temática.

No quinto e último capítulo será trazido o produto da coleta e análise de dados, a fase de campo da pesquisa. Esses dados foram entendidos como discursos e como tais foram analisados, de modo a subsidiar a teoria defendida nos capítulos anteriores. Neste capítulo será apresentada a voz dos entrevistados naquilo que seja pertinente ao intuito da pesquisa, sendo analisada pelas técnicas apresentadas no capítulo dois – a Análise Crítica do Discurso e a Alteridade. Os discursos perquiridos formaram substancial material de análise que possibilitou a comprovação das hipóteses fundamentais da pesquisa, o que significa que foi possível uma conclusão favorável à linha de pensamento apresentada ao longo da dissertação.

A escolha dos autores para a tessitura desta dissertação se deu em função da estruturação de um ponto de vista que se escusa de debates ideológicos mais intensos. O que em alguns trechos fica evidente em razão da escolha de autores bastante enciclopedistas, pois o intuito de tais trechos é somente apresentar conceitos, e não discuti-los à exaustão.

1 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente capítulo tem por escopo evidenciar os aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa, o tipo de investigação, os métodos e as fontes utilizados, assim como a forma da realização, além de apresentar de forma sintética conceitos-base para uma melhor compreensão do trabalho por parte do leitor.

Nos dizeres de Alves-Mazzotti e Gewandsznadjer (2001) o detalhamento do método inclui a justificação dos paradigmas orientadores do estudo a ser feito, as etapas de desenvolvimento da pesquisa, o contexto, o processo de seleção dos participantes, os procedimentos e o instrumental de coleta e análise dos dados, além dos recursos para maximização dos resultados.

Inicialmente é importante frisar que a pesquisa segue o modelo metodológico de pesquisa científica apresentado por Minayo (2009 e 2010), sendo este o referencial teórico básico no quesito Metodologia, não sendo, porém, o único. Sob tais ressalvas, o trabalho constitui-se de pesquisa não intervenciva, cuja abordagem é de matriz qualitativa, concebida pelo viés do método indutivo de pesquisa.

1.1 O MÉTODO

Método é um termo de origem grega que significa, grosso modo, “caminho”, ou seja, aquilo que se deseja percorrer para se alcançar um objetivo. Notadamente o método, na pesquisa científica, é justamente a maneira ou a forma com que o pesquisador fará a sua pesquisa, no sentido de oferecer subsídios para embasar a conclusão sobre determinado fenômeno estudado.

No que diz respeito às bases lógicas da pesquisa, fez-se uso do método indutivo, isto é, partiu-se da amostragem para uma população específica com vistas a coletar e a produzir conhecimentos que possam por fim caracterizá-la. Nessa perspectiva, o raciocínio indutivo consiste na derivação de um juízo a partir de um particular. Isto é, ao partir de uma premissa observada em um exemplar individualizado e chegar a uma conclusão mediante a indução é que tal premissa também pode ser observável ou será observada na sua universalidade. Diante de tais referências delimitou-se uma amostra inicial que possibilitou o levantamento de dados e de variáveis que foram utilizados em outro momento, inclusive como premissa maior para um raciocínio dedutivo.

Em referência às bases técnicas da pesquisa, optou-se pelo método observacional, visto que, se a essência da pesquisa qualitativa é justamente o contato próximo e duradouro do pesquisador com o fenômeno estudado, os dados somente poderiam ser obtidos mediante o uso de procedimentos sensoriais, quais sejam: ver, sentir, escutar, falar, etc.

Em relação ao método procedural, foi utilizado o método fenomenológico. Fenomenologia é compreendida como uma variante do pensamento ou do sistema filosófico a partir da qual se torna possível um arranjo teórico-metodológico edificado com vistas à produção do conhecimento. Tem sua origem no século XX, tendo sido fundada por Edmund Husserl (1859 - 1938), matemático e filósofo alemão e posteriormente difundido por diversos autores ao redor do mundo, dentre eles o fundador da corrente fenomenológica hermenêutica, Martin Heidegger (1889-1976).

Em *Ser e o Tempo*, Heidegger (2005a), apresenta as bases terminológicas do pensamento fenomenológico, do grego “*phainesthai*” aquilo que se mostra e “*logos*” discurso, bem como seus objetivos, ver e fazer-ver aquilo que se mostra/oculta a partir de suas condições de mostração/ocultação. Fenomenologia, nesse sentido, trata-se de uma maneira peculiar de ver, compreender e, também, fazer ciência.

Husserl (2008), por seu turno, desenvolve a fenomenologia como ciência fundamentadora, baseando-se na análise reflexa do conteúdo do ato de pensar enquanto manifesta a realidade. É aí que está o fenômeno. Para encontrar o fundamento, segundo ele, é preciso se posicionar acima da experiência prática e se despir de todos os preconceitos, orientando-se apenas por uma evidência destituída de toda a possibilidade do seu contraditório. Para isso Husserl (2006) distingue a atitude transcendental da atitude natural. Esta última é aquela em que o indivíduo vive de maneira espontânea, acreditando na existência do mundo exterior. A atitude transcendental, na qual é evidente o mundo enquanto consciente é, também, característica da atividade filosófica. O autor chama de fenômeno tudo que intencionalmente está presente à consciência, sendo para esta uma significação, ao conjunto das significações ele deu o nome de “mundo”.

Essa fenomenologia transcendental se desenvolve por Husserl (2006 e 2008) em um período que o próprio denomina *die Krise*. Essa “crise” se refere ao modelo científico positivista predominante à época, que se encontrava em descrédito por conta de seus efeitos políticos, econômicos e sociais em um contexto de duas guerras mundiais. A fenomenologia é personificada como a alternativa a esse modelo arraigado em fatos, se voltando para as coisas mesmas, para a experiência, anterior as objetivações positivistas. Segundo Gadamer (1997), a fenomenologia desenvolve um método científico diferenciado ao propor a abordagem do

cotidiano, das coisas da vida, contextualizando e analisando os aspectos de fundo, as condições de existência das coisas. Para este autor, ela requer uma nova concepção do tempo, fazendo da observação científica verdadeira contemplação de tudo aquilo que se mostra/oculta em cada contexto, com o fim de desvelar a essência do fenômeno.

É importante salientar que o método fenomenológico não distingue, ao contrário do positivista, o sujeito do objeto. Isso se deve à reflexão de que o fruto do pensamento está intrínseco ao pensador, ou seja, aquele que pensa não deve ser separado daquilo que foi pensado. Nesse aspecto, o estudo dos fenômenos se dedica ao estudo desta interação, onde e como, em cada contexto, o fenômeno se mostra/oculta.

Heidegger (2005a e 2005b) desenvolve seu próprio modo de pensar a fenomenologia, justamente a partir da preocupação com aquilo que está velado na vivência do dia-a-dia. Em suas proposições descreve o cotidiano como “o estar no mundo”, isto é, um involucro de tudo que representa essa sensação, desde os projetos de vida, os relacionamentos aos papéis sociais. Nessa acepção de fenomenologia é discutida a subjetividade, a manifestação do ser no cotidiano, eis a razão da escolha dessa abordagem do fenômeno, o ver e fazer-ver as correlações do preconceito com o direito humano ao desenvolvimento das minorias de gênero.

Os investigadores fenomenologistas tentam compreender o significado que os acontecimentos e interações têm para pessoas vulgares, em situações particulares. [...] Os fenomenologistas não presumem que conhecem o que as diferentes coisas significam para as pessoas que vão estudar (Douglas, 1976). “A investigação fenomenológica começa com o silêncio” (Psathas, 1973). Este “silêncio” é uma tentativa para captar aquilo que se estuda. Deste modo, aquilo que os fenomenologistas enfatizam é o componente subjetivo do comportamento das pessoas. Tentam penetrar no mundo conceptual dos seus sujeitos (Geertz, 1973), com o objetivo de compreender como e qual o significado que constroem para os acontecimentos das suas vidas diárias. Os fenomenologistas acreditam que temos à nossa disposição múltiplas formas de interpretar as experiências, em função das interações com os outros e que a realidade não é mais do que o significado das nossas experiências (Greene, 1978). Consequentemente, a realidade é “socialmente construída” (Berguer e Luckmann, 1967) (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 53-54).

A fenomenologia, portanto, de acordo com Garnica (1997), responderá ao filósofo que não se contenta com o conhecimento natural, o diretamente dado e pouco questionado, pedindo por uma clarificação dos conceitos fundamentais, da realidade última das coisas do mundo, buscando transcender a singeleza do saber, que é, exatamente, “a convivência pacífica com o não-justificado” (GARNICA, 1997, p. 113).

Ainda segundo Garnica (1997) o investigador fenomenológico opta por investigar

um tema em busca da compreensão do fenômeno ao colocá-lo em suspensão. Com o fenômeno em suspensão e tendo tematizado o que dele se procura compreender e interpretar, o objetivo do passo seguinte da pesquisa pelo viés qualitativo é buscar sua essência ou estrutura, que se manifesta nas descrições ou nos discursos de sujeitos. O pesquisador então busca apreender aspectos do fenômeno por meio do que as pessoas dizem sobre ele, interrogando-os de modo a focar o seu fenômeno.

Para Garnica (1997) quando se descrevem aspectos do fenômeno, estes são descritos conforme são percebidos, no desejo de comunicar tais percepções. A descrição pressupõe uma audiência que não conhece o descrito mesmo quando já exista entre pesquisador e pesquisado uma primeira aproximação, pois é sempre certa a impossibilidade de comunicação plena da experiência subjetiva. A descrição é feita dâ-se, então, a tentativa de romper, na comunicação, a impossibilidade da apreensão total da experiência subjetiva. A descrição escrita dá indicativos de como o sujeito percebe o fenômeno, que se vai revelando ao mesmo tempo em que as descrições, agora transcritas, vão sendo analisadas pelo pesquisador. O que é dito na descrição aponta para a vivência do fenômeno que se quer compreender, e a compreensão desse fenômeno fica tanto mais clara quanto maior for o esforço de perscrutá-lo mediante as análises.

Entende-se no âmbito desta pesquisa, que esta perspectiva fenomenológica permite a compreensão do significado subjetivo e da ação, ou seja, a posição do homem enquanto ser social em relação aos demais e à repercussão de seus atos. Isto é, fazer e deixar de fazer, no dinamismo das relações sociais. Diante de tais considerações, é delimitado como fenômeno investigado o preconceito em relação às minorias de gênero no âmbito do direito humano ao desenvolvimento.

1.2 A ABORDAGEM METODOLÓGICA

Simplificadamente, a abordagem na pesquisa científica é a forma pela qual o pesquisador faz o contato com o seu objeto de pesquisa naquilo que toca à coleta, à análise e à interpretação de dados. Assim, na presente pesquisa a abordagem empregada não poderia ser outra senão a qualitativa, regida não pelo positivismo, mas pelo comprehensivismo.

Nos dizeres de Minayo (2009 e 2010) o positivismo enquanto vertente teórica na pesquisa social é característico pela utilização da filosofia e dos conceitos matemáticos (exatos) para a explicação de uma realidade, mecanismos pouco eficazes em uma pesquisa de cunho qualitativo. O comprehensivismo, por sua vez, é a oposição ao modelo positivista e se

caracteriza pela busca da compreensão da realidade humana vivida socialmente. A sociologia comprehensiva propõe a subjetividade como fundamento do sentido da vida social e a defende como constitutiva do social e inerente à construção da objetividade nas Ciências Sociais.

Ainda segundo Minayo (2009 e 2010) o comprehensivismo não se preocupa em quantificar ou explicar um objeto de estudo, mas sim compreendê-lo, evidenciando os aspectos da realidade humana vivida socialmente e de forma diferente do universo das ciências naturais. Em suas diferentes manifestações, seja como a Fenomenologia, a Etnometodologia ou o Interacionismo Simbólico, por exemplo, o conceito central para a análise comprehensivista é o *significado*, o que torna essa vertente teórica mais adequada à pesquisa qualitativa, apesar de suas limitações, apresentadas pela própria autora. Vale ressaltar que se entende por aspectos qualitativos aqueles que caracterizam as pesquisas qualitativas, que, na visão de Godoy (1995, p. 62-63), são:

I *O contato do pesquisador com o ambiente*: a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Nessa abordagem o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada é visto com muito bons olhos.

II *O aspecto descritivo e o papel da escrita*: a pesquisa qualitativa é ornamentada com descrição, isto é, na qual a palavra escrita desempenha um papel fundamental no processo de obtenção de dados e na disseminação dos mesmos. Os dados aparecem não como forma quantificável, matematizada ou numérica, mas como textos transcritos com o objetivo da ampla compreensão e interpretação do fenômeno estudado.

III *Ouvir e dar voz ao investigado*: a pesquisa qualitativa ouve e dá voz ao investigado, ou seja, a compreensão do fenômeno estudado é obtida a partir da percepção ou perspectiva dos participantes envolvidos, esclarecendo assim o dinamismo interno das situações cotidianas daquilo que se estuda, quase sempre ignorado por observadores externos.

IV *Análise indutiva dos dados*: o pesquisador se mune da indução para a análise de dados coletados, não se preocupando em buscar dados ou evidências que confirmem ou neguem suposições, pois não parte de hipóteses estabelecidas *a priori*.

Hagquette (2000, p. 63-64) também defende a ideia que o método qualitativo enfatiza as particularidades de um fenômeno em torno de suas origens e de sua razão de ser. Assim sendo, procurou-se nesta pesquisa absorver o que há de melhor no método qualitativo, que é justamente a proximidade com o fenômeno ou objeto de estudo que, certamente, proporciona uma maior capacidade do pesquisador de descrevê-lo o mais próximo possível da realidade.

Houve, consequentemente, uma grande preocupação em traduzir os dados observados para uma linguagem clara e objetiva.

Inobstante a isso, tem-se que o texto descritivo, típico das pesquisas qualitativas, é uma forma peculiar de narrativa, o que certamente dá azo a uma variada gama de possibilidades de confecção, conferindo-lhe doses de estilística e subjetividade, características próprias do texto literário, mais rico do que o texto científico. Nessa perspectiva, optou-se por uma narrativa baseada nos valores literários propostos por Calvino (1990) que são: a leveza, a rapidez, a exatidão, a visibilidade e a multiplicidade, além de uma sexta que jamais fora escrita devido à súbita morte do autor – a consistência. Por conta disso detém-se aos cinco valores literários proferidos pelo autor entre 1985-1986 na Universidade de Harvard nas conferências apresentadas para os acadêmicos.

Em sua primeira proposta para a escritura literária Calvino defende a ideia de que os argumentos de um texto devem ser leves e sutis, o que “[...] não quer dizer que considero menos válidos os argumentos do peso, mas apenas que penso ter mais a dizer sobre a leveza” (CALVINO, 1990, p. 15).

Ainda segundo Calvino (1990, p. 22), a leveza é algo típico do poeta e, para cada texto que se vai produzir, o autor deve saber como e quando utilizar doses de leveza, pois “[...] fazer uso da leveza é escolher as palavras adequadas, de forma que elas fluam harmoniosamente entre si, estabelecendo um diferencial que é capaz de conquistar o leitor e permitir que este viva a sensação de suavidade que está sendo descrita” (ERGESEL, 2012, p. 169-170).

As reflexões apresentadas sobre a leveza do texto literário permitem concluir que o todo autor precisa ter um pouco de poeta ao produzir um texto e o texto, por sua vez, merece ser um pouco poesia. O poeta, segundo (Desmond, 2000, p. 74), “voa além das restrições da razão; o filósofo, em contraste, parece cortar as asas da imaginação e restringir o seu voo com categorias”. Já a linguagem do poeta, para Desmond (2000, p. 76-77), é ricamente ressonante e concreta e representa certa alteridade de sentido com um discurso pleno de sentido, o que pode inquietar o filósofo no que tange aos limites de sua análise e à pobreza de suas abstrações.

Ambos, poeta e filósofo, necessitam do poder da imagem e não apenas da abstração do conceito para permanecerem fiéis à concretude do meio. O filósofo é muitas vezes mais fantástico que a mais surrealista das poesias, razão pela qual ambos podem ser pensadores da alteridade (Desmond, 2000, p. 75). A pesquisa qualitativa, nesse aspecto, permite a analogia

entre o texto científico e o texto literário, pois a descrição, uma vez narrada, cumpre perfeitamente com a função de literatura e seria até mesmo rude não conferir-lhe a leveza típica das poesias.

Em sua segunda proposta para o próximo milênio Calvino (1990) defende que o bom texto literário deve ser dotado de rapidez. “O valor que hoje quero recomendar é precisamente este: numa época em que outros *media*¹ triunfam, dotados de uma velocidade espantosa [...], a função da literatura é a comunicação entre o que é diverso pelo fato de ser diverso, não embotando, mas, antes, exaltando a diferença” (CALVINO, 1990, p. 58).

A necessidade de velocidade se justifica em razão da atual fluidez² do mundo globalizado, no qual as pessoas muito pouco tempo têm para se dedicar a uma boa leitura. Nesse sentido, Calvino (1990) defende que o texto literário deve ser veloz, porém não pode perder, em razão dessa velocidade, o seu sentido.

A rapidez de estilo e de pensamento quer dizer antes de mais nada (*sic*) agilidade, mobilidade, desenvoltura; qualidades estas que se combinam com uma escrita propensa às divagações, a saltar de um assunto para outro, a perder o fio do relato para reencontrá-lo, ao fim de inumeráveis circunlóquios (Calvino, 1990, p. 59).

A boa estruturação de poucas palavras possibilita o diálogo entre o leitor e o texto. A velocidade textual é, portanto, necessária e visa à adequação ao novo milênio, porém deve ser comedida, uma vez que a supressão excessiva de palavras com o fito de tornar o texto ágil pode comprometer sua melhor compreensão.

A terceira proposta de Calvino (1990) é a exatidão, que no texto científico é exigida ainda mais que no texto literário.

Para mim, exatidão deve querer dizer principalmente três coisas: 1) um projeto de obra bem definido e calculado; 2) a evocação de imagens visuais nítidas, incisivas, memoráveis; [...] 3) uma linguagem que seja a mais precisa possível como(*sic*) léxico e em sua capacidade de traduzir as nuances do pensamento e da imaginação (CALVINO, 1990, p. 71-72).

Já que o intuito de evidenciar as colocações de Calvino (1990) é justamente demonstrar que o texto científico qualitativo e o texto literário têm muitas coisas em comum, a exatidão permite traçar de forma explícita um paralelo entre ambos os gêneros.

¹ Calvino chamava de *media* os meios de comunicação, principalmente os de massa e de longas distâncias, capazes de levar informação para muitas pessoas em um curto espaço de tempo.

² Para Bauman (2004), a fluidez das coisas é uma das marcas da sociedade contemporânea, compenetrada numa das principais estigmas da nova sociedade globalizada, com constantes rajadas de novidades, informações, modismos, ideias e percepções. Nesse mundo tão volumoso, com tanta velocidade não há espaço ou tempo para que as coisas se aprofundem, permanecendo sempre líquidas, fluidas, leves, assim o é desde relações humanas até o simples ato de ler um bom livro.

Primeiramente um projeto de estudo bem definido e calculado poder ser compreendido no texto científico como o próprio projeto de pesquisa, isto é, pode delimitar exatamente o que se pretende com a pesquisa e como esta será realizada.

A nitidez das imagens é justamente a exigência de, por meio do texto científico, trazer à tona a realidade do fenômeno estudado de forma clara e bem definido. Em última análise, o texto deve possibilitar ao leitor a visualização da realidade sem que, para isso, seja necessário grande esforço intelectual, usando-se de uma linguagem lexical capaz de tornar visível, ainda que metaforicamente, o pensamento do autor.

Ademais, o texto idealizado por Calvino (1990) deve ser visível, isto é, as letras e as palavras nele dispostas devem possibilitar a materialização da narrativa, ainda que esta seja de cunho exclusivamente científico, pois o texto científico, assim como o literário, urge pela “materialização” na imaginação do leitor. Não se pode dizer, sob essa perspectiva, que o texto científico deve ser “cru” a ponto de tornar seu conteúdo óbvio. Ainda que se preze pela clareza isso seria, de certa forma, menosprezar as faculdades intelectuais do leitor.

As colocações do parágrafo anterior vêm para referendar aquilo que Hergesel (2012, p. 175-176) argumenta sobre a visibilidade do texto. Segundo o autor, a visibilidade é uma característica que trabalha as questões imagéticas do texto e os artifícios de que o autor faz uso, justamente para instigar a mente do leitor. O que ocorre é um triângulo semiótico, no qual, em uma ponta, tem-se a imagem visual do autor; em outra, a expressão verbal, e, na terceira, a imagem visual do leitor. A estilística, nesse universo, é responsável por guiar a narrativa de acordo com a imaginação do autor, para que o texto surta efeito na imaginação do leitor.

Calvino (1990, p. 102), para exemplificar, por intermédio de metáfora este pressuposto, é do parecer que a imagem visual e a expressão verbal são como o ovo e a galinha. Ainda segundo o autor acima referenciado (p. 110), muitos elementos aparecem para formar a parte visual da imaginação literária. Por exemplo, a observação direta do mundo real, a transfiguração fantasmática e onírica e o mundo figurativo transmitido pela cultura em diversos níveis, etc.

Significa dizer, portanto, que quando o autor traz para o texto o elemento significativo “travesti”, por exemplo, que é por ele significado de determinada forma no decorrer das leituras por outras pessoas, o “travesti” associado pelo autor a uma coisa bonita e exótica é associado pelo leitor com uma coisa ruim, feia, ou anormal. O texto dotado de

visibilidade deve evitar essa distorção e a materialização imagética³ feita pelo leitor em sua mente deve ser guiada pela imaginação do autor por diversos elementos textuais de reforço que possibilitam a boa visibilidade.

Por fim, a quinta e última proposta de Calvino (1990, p. 121) para o texto é a multiplicidade, idealizada por ele como a possibilidade de tratar o romance como enciclopédia, ou seja, como método para a obtenção de conhecimento e como rede conectora entre fatos, pessoas e coisas do mundo.

Para Hergesel (2012, p. 177) há pouco a se falar sobre a multiplicidade, pois tudo se resume ao fato da necessidade do autor de se preocupar em dialogar com a intelectualidade do leitor, isto é, possibilitar a transmissão de novas informações e conhecimentos por meio da literalidade, fazendo com que a narrativa fictícia seja vista como informativa.

A multiplicidade certamente é um dos elementos que mais aproximam o texto científico e do literário. Enquanto Calvino pretendia passar conhecimento pelo texto literário, pretende-se nesta obra passar a literatura pelo texto científico; são duas formas distintas de se fazer multiplicidade. Isto porque se defende a partir de agora que existam pontos da mente humana que somente a arte pode atingir; justamente os pontos mais difíceis, que são aqueles responsáveis pela capacidade humana de se colocar no lugar do outro e, pelo menos de maneira superficial, se aproximar das sensações e dos sentimentos alheios. Esta é a proposta de abordagem que foi utilizada para a elaboração da presente dissertação, uma abordagem não somente humanística, mas humana, assunto abordado mais adiante.

1.3 OS OBJETIVOS

Conforme já foi demonstrado, a pesquisa tem como objetivo geral compreender de que maneira as minorias de gênero percebem a questão do desenvolvimento humano, ou em escala humana, de modo a identificar e posteriormente analisar suas necessidades no contexto das teorias do desenvolvimento em escala humana. Ou seja, poder, no fim da investigação, definir tais necessidades, confrontá-las com o referencial teórico existente sobre o tema e concluir sobre até que ponto a marginalização sofrida por essas minorias afeta ou não a sua

³ Considera-se a materialização imagética parte de um fenômeno infocomunicacional, que para Burrel e Morgan (1979) se diferencia em dois aspectos, a representação e a materialização da informação recebida. A representação pode se dar por meio da escrita ou de imagens. Para Cunha (2009) esse fenômeno é estável quando se considera o conteúdo que representa, mas é mutável em relação à sua materialização que é mutável em diferentes suportes, seja como signo ou imagem é performática e adaptável à sua consolidação espacial e temporal. Grosso modo, a materialização imagética é a imagem que o leitor concebe na mente daquilo que lê (informação) e é mutável de acordo com o contexto (tempo e espaço) de vivência do leitor (receptor).

qualidade de vida e consequentemente, seus direitos enquanto pessoa humana, na esfera do desenvolvimento em escala humana.

Para isso houve a necessidade de se delimitar três objetivos específicos, sendo que os dois primeiros são: 1) identificar e 2) caracterizar as necessidades humanas das minorias de gênero, mediante a coleta de depoimentos de representantes dessas minorias e análise dos dados realizada mediante a teoria da Análise Crítica do Discurso na perspectiva de Teun van Dijk (1994, 1997, 1999, 2000, 2005, 2008 e 2010), assim como a teoria da alteridade de Lévinas (1993, 1997 e 2007), com o fim de explicitar a visão do público estudado sobre as temáticas pertinentes ao desenvolvimento em escala humana.

O propósito foi o de proporcionar à população estudada a oportunidade de falar em seu próprio nome, de modo a garantir-lhe o chamado “protagonismo de si mesmo” conforme as lições de Emmanuel Lévinas naquilo que diz respeito às suas concepções de alteridade, humanismo e humanidade, na análise dos dados coletados.

O terceiro objetivo específico é 3) reapresentar, de acordo com o levantamento anterior, os elementos que compõem a qualidade de vida das minorias de gênero baseando-se em suas necessidades humanas. Nessa perspectiva adotou-se como necessidades humanas o conteúdo lecionado por Max-Neef (1993), Elizalde (2000 e 2003) e Walsh (2010).

1.4 QUESTÕES NORTEADORAS

Foram identificadas três questões norteadoras distintas no decorrer da pesquisa e acredita-se que as respondendo será possível atingir os objetivos da pesquisa.

A primeira dessas questões norteadoras é: Quais aos tipos de necessidades humanas que as minorias de gênero possuem? Uma vez que se busca trazer à tona o desenvolvimento em escala humana sob a ótica das minorias de gênero é, consequentemente, necessário responder sobre quais as necessidades humanas de tais minorias. Com a constatação de que não há literatura disponível para responder a tal questionamento, nasceu a necessidade de se ir *in loco* coletá-las.

A segunda questão norteadora é: Como as minorias de gênero enxergam a questão da qualidade de vida e qual a sua concepção sobre esta temática?

A terceira questão norteadora é baseada no seguinte questionamento: De que forma e em que proporção a marginalização social sofrida pelas minorias de gênero afeta a sua qualidade de vida e o seu desenvolvimento humano?

1.5 COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

De acordo com as lições de Minayo (2009) um bom pesquisador é um bom perguntador, e quanto melhor perguntador ele for melhor e mais frutuosa será sua pesquisa. Ainda para a autora, a entrevista como forma de coleta de dados é a estratégia mais usada no processo de pesquisa social de campo. A entrevista é em primeiro plano uma conversa a dois, ou entre muitos interlocutores, realizada pela iniciativa de um entrevistador objetivando a construção de informações importantes à pesquisa. É uma conversa com finalidade que se caracteriza pela sua forma de organização.

Sob essa ótica, optou-se aqui por um roteiro de entrevista aberto, na tentativa de proporcionar um maior alcance para os discursos dos entrevistados, uma vez que se objetiva chegar ao âmago das questões levantadas, a ponto de poder, no final, compreender a realidade de vida dos entrevistados, seus anseios enquanto pessoas humanas, suas percepções em relação à vida com qualidade e suas necessidades na perspectiva humana.

Por fim, formular uma noção do que é o desenvolvimento humano, ou em escala humana, do ponto de vista das minorias de gênero. Minayo (2009, p. 64) conceitua esse tipo de coleta de dados como “em que o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões”.

Evidenciadas tais questões, o roteiro de entrevista foi composto por tópicos a serem abordados acerca do tema da pesquisa a fim de forjar substancial matéria para a análise dos discursos proferidos.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e novembro de 2014 em dois municípios de Mato Grosso do Sul: Coxim e Campo Grande. Os entrevistados são voluntários autodenominados transexuais, travestis ou intersexuais com idades entre 18 e 56 anos, de diversos níveis de instrução e de renda. Foram encontrados pelo pesquisador por diferentes formas: indicação por outro voluntário, redes sociais e abordagem direta em eventos voltados ao público LGBTT. Ao todo foram realizadas 21 entrevistas, das quais 10 foram selecionadas para compor o conjunto de discursos transcritos no Capítulo 5 observando

critérios de conteúdo das entrevistas, evitando excesso de semelhanças e de proporcionalidade entre travestis (5 entrevistados), transexuais (4 entrevistados) e intersexuais (1 entrevistado); de idade e de profissão distintas (5 entrevistados trabalham no mercado sexual, 2 tem o próprio negócio, voltado para mercado de moda e beleza, 2 são estudantes universitários e 1 trabalha no mercado formal). A amostragem é do tipo não-probabilística intencional.

Os discursos perquiridos foram analisados pela metodologia da Análise Crítica do Discurso formulada por Van Dijk (1994, 1997, 1999, 2000, 2005, 2008 e 2010), seguindo também as concepções de Lévinas (1993, 1997 e 2007) sobre alteridade, na tentativa de explicitar da melhor forma possível os discursos em sua essência, favorecendo o seu caráter humanista. As referidas teorias serão abordadas em capítulo próprio, tendo em vista a sua complexidade e importância no contexto da pesquisa.

2 INTRODUÇÃO À ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E À ALTERIDADE

Neste segundo capítulo serão apresentados os fundamentos teóricos e conceituais das duas vertentes teóricas em que se fundam a presente pesquisa: a Análise Crítica do Discurso, de acordo com as teorias de Van Dijk realizada sob uma perspectiva de Alteridade, conceito formulado por Emmanuel Lévinas. Nesse sentido serão evidenciadas também, as categorias analíticas nas quais se fará a análise do discurso no momento final deste texto dissertativo.

Tendo em vista os objetivos e o caráter interdisciplinar da presente investigação, houve por bem recorrer-se a esses dois autores para embasá-la teoricamente, de modo que os discursos possibilitem uma compreensão da realidade ou contexto social em que as minorias de gênero se encontram imersas. Com relação à alteridade, esta possibilita uma análise discursiva mais humanista e mais completa, com vistas à mitigação da contaminação do produto da pesquisa com as ideologias⁴ do próprio autor, apesar de se ter o conhecimento que isso é impossível, porém tentar diminuí-la ao máximo é uma necessidade que propiciará, certamente, melhores resultados.

2.1 A ANÁLISE DO DISCURSO: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS

A partir da década de 1960, do século XX, começam as preocupações relativas ao funcionamento da linguagem em uso e estudos voltados aos componentes pragmáticos e sobre a dimensão social da linguagem se fortalecem. Novos paradigmas rompem com o modelo estruturalista até então em vigor, dentre eles os estudos de: Roman Jakobson (teoria da comunicação), Emile Benveniste (teoria da enunciação), Pêcheux (análise do discurso), Foucault, Bakhtin, Habermas, Marx e Gramsci, que trabalha o discurso a partir da perspectiva da hegemonia.

Se na visão estruturalista, a noção de discurso era de um conglomerado de palavras ou sentenças, cabendo ao sujeito discursivo o papel de decodificador de uma mensagem, coube a Benveniste (1989, p. 63), identificar a língua como essencialmente social, concebida no consenso coletivo, pois, conforme a sua concepção ela “constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamentam a sociedade.” O

⁴ Nos capítulos seguintes a temática “ideologia” será tratada de maneira mais adequada, entretanto, é importante esclarecer que “ideologia” esta sendo compreendida como representações mentais socialmente compartilhadas, com a intenção implícita de exercício de controle sobre outras representações ou grupos sociais.

autor a vê no seio da sociedade e da cultura porque, para ele, o social é da natureza do homem e da língua.

A língua é um processo que perpassa as diferentes esferas da sociedade e o discurso é uma materialização ideológica, nessa linha de raciocínio, a mudança de sentido envolve as palavras, as expressões e as proposições segundo as posições assumidas por aqueles que as empregam. Isso se dá porque elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é em relação às formações ideológicas (PÊCHEUX, 1995, p. 160).

Na concepção de Foucault, “há enunciados e relações, que o próprio discurso põe em funcionamento” e segundo o autor para se fazer uma análise do discurso é necessário que se possa dar conta tanto das relações históricas, seria dar conta exatamente disso: de relações históricas, de práticas muito concretas, que estão vivas nos discursos. “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala” (FOUCAULT, 1987a, p. 56).

Para a Análise do Discurso de linha francesa, é fundamental investigar a forma como ocorre a interação dos indivíduos pela linguagem, ou seja, o uso da linguagem como prática social na produção de sentidos.

O discurso deve ser compreendido em uma relação interdiscursiva inserida em uma historicidade, pois “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é reproduzidas)” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Postula o autor que a formação discursiva é o espaço de constituição dos sentidos e determinante das lutas de classes a partir de uma formação ideológica e um processamento sócio-histórico. Nesse sentido, Pêcheux e Bakhtin possuem pontos de encontro entre as estruturas sociais e o processo de enunciação. Para o primeiro, as condições de produção de ordem sócio-histórico-ideológica permeiam o processo enunciativo. Para Bakhtin, o social envolve os indivíduos que exercem funções de sujeito nas relações ideológicas.

De acordo com as concepções de Bakhtin (1997) o homem é um ser sócio-histórico, sendo assim, a linguagem deve ser vista na interação. Neste contexto, o enunciado discursivo é a unidade concreta e real da comunicação entre os indivíduos, pois segundo o autor: constitui-se em um novo acontecimento, representa um elo na cadeia complexa e contínua da comunicação discursiva, mantém relações dialógicas com outros enunciados, orienta-se para a reação resposta ativa de outros participantes de interação, o enunciado reflete a verdadeira

condição de uso com relação ao conteúdo, estilo e construção composicional e um enunciado é sempre modulado pelo falante para o contexto social, histórico, cultural e ideológico.

Em sua visão discursiva, Bakhtin (2006) demonstra que o discurso é sempre dialógico em relação ao discurso do outro, repleto de entonações, conotações e juízos valorativos, ou seja, a linguagem é vista em constante processo de interação mediado pelo diálogo. Segundo o autor, conceber a linguagem em seu caráter dialógico é também assumir que uma situação enunciativa implica conflitos, e relações de dominação e resistências, pois “a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios, os conflito da língua refletem os conflitos de classe no interior do sistema” (BAKHTIN, 2006, p. 14).

É possível concluir diante dos posicionamentos apresentados que o discurso é uma prática social que, como tal, reflete implícito e explicitamente uma realidade social. Desse fora há que se convir que por meio de sua análise seja possível, ao menos de maneira aproximada, retratar tal realidade social. Nessa linha de raciocínio nasce a Análise Crítica do Discurso, cujo intuito principal é justamente trazer à tona realidades que, por alguma razão, estejam obscurecidas pelas relações de poder. Tal variante teórica da Análise do Discurso será melhor abordada no item a seguir.

2.2 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO NA ÓTICA DE TEUN VAN DIJK

A Análise Crítica do Discurso é uma vertente interdisciplinar que retira das ciências humanas e sociais o seu caráter genuinamente humanista. Emprega a linguagem como prática social no intuito de explicitar os discursos contrapondo-os aos fundamentos ideológicos e políticos que os fundaram e trazem diferentes concepções no campo de investigação da linguagem. É, portanto, uma vertente da Análise do Discurso de inspiração psicanalítica e marxista e visa ao estudo das formas de poder que se estabelecem, por meio do discurso, entre os sexos, as raças, as classes sociais (Charaudeau e Maingueneau, 2008).

A partir do lançamento de um trabalho teórico de Hodge Fowler *et al* (1979) nasce a vertente da Análise Crítica do Discurso (ACD), preocupada em centrar-se em um estudo de oposição às estruturas e estratégias discursivas das elites. O discurso como prática social transformadora perpassa uma visão dos analistas como intervenientes sociais por meio dos trabalhos analisados. Nesta dissertação, dentre o quadro epistêmico que sustenta a ACD, será focalizada a teoria de um de seus expoentes: Teun Van Dijk, pesquisador holandês, que atua como docente na *Universitat Pompeu Fabra* de Barcelona, Espanha.

Partindo das impressões de Fairclough (1989, p. 20), que comprehende a linguagem⁵ como sendo uma forma de prática social, pode-se considerar o discurso como sendo espólio das relações humanas. Nessa variante teórica, Dorsa (2013, p. 26-27) reflete que a Análise Crítica do Discurso (ACD) considera dados sociais e individuais, uma vez que, o grupo social, ao fazer uso da linguagem, não só fala ou escreve, mas também se comunica ao perceber-se social e individualmente numa escala singular de seus membros. A ACD, portanto, focaliza as estruturas linguísticas e a sua correlação com o meio social, levando em consideração para isso também o meio individual.

Isso quer dizer que cada frase ou palavra proferida é feita num contexto social único que deve ser compreendido de forma a possibilitar também a compreensão da dimensão semântica da frase ou palavra. Para isso deve-se levar em consideração também o indivíduo que a proferiu e sua situação enquanto parte de um contexto social. Dependendo da situação uma frase ou palavra proferida poderá ter inúmeros outros sentidos além daquele aparente e, até mesmo nas entrelinhas do discurso analisado, é possível selecionar a comunicação implícita, subliminar, que pode ser mais relevante que a própria comunicação explícita. Qualquer discurso é analisável como processo de transformação ideológica, seja em sua produção, seja em sua circulação e até mesmo nos efeitos em que produz na sua recepção.

Em sua crítica a uma análise histórica do discurso, Foucault (1987), que foi um dos primeiros analistas críticos do discurso, afirma que a descrição do discurso é oposta à história do pensamento. A reconstrução de um sistema de pensamento a partir de um conjunto definido de discursos é infactível, pois o discurso possui uma infinita continuidade e uma secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. Não há, nessa perspectiva, a necessidade de remeter o discurso à fidedignidade de suas origens, mas como um barco à vela no vento, tratá-lo no jogo de sua instância.

O aporte social da análise discursiva foucaultiana recusa explicações unívocas, de fáceis interpretações e busca insistente o sentido oculto ou último das coisas. Para ele, tudo parte de enunciados e relações que o próprio discurso traz à tona.

Charaudeau *apud* Dorsa (2013) é do parecer que a vertente sócio-cognitiva da ACD propõe analisar criticamente o discurso como interação social a partir dos intertextos⁶ como

⁵ A linguagem não é apenas um reflexo das estruturas sociais, mas um de seus componentes intrínsecos. Seus efeitos sociais são certamente menos visíveis do que, por exemplo, as práticas de transformação da natureza, não são menos importantes. Falara não é apenas uma atividade representacional, é também um ato pelo qual se modifica a ordem das coisas, faz as relações sociais moverem-se (CHARAUDEAU e MEINGUENEAU, 2008, p. 397).

⁶ O intertexto é o conjunto de fragmentos convocados (citações, alusões, paráfrase...) em um *corpus* dado (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 289).

uma dialética entre os eventos discursivos⁷ particulares (minorias de gênero) e os discursos institucionalizados (opinião pública, Estado).

Na perspectiva de Van Dijk o projeto dessa dita “análise sociopolítica do discurso” é, em primeiro plano, a redefinição de maneira precisa do que são as ideologias, isto é, os sistemas sociocognitivos das representações mentais socialmente compartilhadas que mantêm o controle de outras representações mentais, como as atitudes dos grupos sociais (ai compreendidos os preconceitos) e modelos mentais.

Em segundo plano, a pesquisa sistemática e como as opiniões ideológicas se manifestam no texto e na fala, por meio, das estruturas do discurso, como as semânticas, a sintaxe, o léxico, a linguagem, etc. O autor pensa que a análise do discurso deve ter, assim, uma dimensão social, participando ativamente dos debates sociais e fazendo pesquisa úteis àqueles que mais necessitam, no lugar daqueles que podem pagar mais. Por essas e outras razões a ACD é vista como uma variação “militante” da Análise do Discurso (CHARAUDEAU E MAINGUENEAU, 2008).

El análisis crítico del discurso es un tipo de investigación analítica sobre el discurso que estudia primariamente el modo en que el abuso del poder social, el dominio y la desigualdad son practicados, reproducidos, y ocasionalmente combatidos, por los textos y el habla en el contexto social y político. El análisis crítico del discurso, con tan peculiar investigación, toma explícitamente partido, y espera contribuir de manera efectiva a la resistencia contra la desigualdad social (VAN DIJK, 1999, p. 23).

Em seus estudos sobre discurso e reprodução do racismo, o qual se usará em analogia à reprodução do preconceito nas questões de gênero, Van Dijk (1997, p. 76-77) salienta que os grupos dominantes assim o são, pois fazem uso de diversos tipos de controle, físico, social e simbólico. Isso significa que os grupos minoritários estão sistematicamente privados de igualdade de direitos, do igual acesso aos recursos materiais e culturais, de oportunidades de trabalho, de habitação, saúde e educação. Essas práticas de domínio não são incidentais ou individuais, mas sistematizadas, embasadas em grupos e institucionalizadas, e manifestam um grau de semelhanças surpreendente em diversas nações.

Entende-se que tal ponto de vista tenha raízes teóricas, dentre outras, nas concepções gramscianas sobre hegemonia e grupo hegemônico, que serão abordadas nos próximos capítulos. Importante é, no entanto, esclarecer que do ponto de vista de Grasmeci (2002) a

⁷ Ou acontecimentos discursivos. É, segundo Foucault (1987), o conjunto finito e limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas, podem ser inumeráveis e ultrapassar a capacidade de registro, de memória e de leitura. Está ligado a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra e abre para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória. É único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação. Se liga não apenas à situação que o provoca ou às consequências por ele deflagradas, mas também, à enunciados que o precedem e o seguem.

liderança como exercício e manifestação de poder é realizada por meio do discurso. A produção e a distribuição de mídias, textos e afins constitui um dos enfoques da hegemonia e contribui para a reprodução ou a transformação da ordem do discurso e das relações sociais e assimétricas existentes em diferentes graus. A “velha” luta de classes se apresenta em uma das suas faces mais discretas: o dinamismo social orquestrado por um grupo dominante fazendo uso de um discurso de dominação.

Para que a reprodução do preconceito seja possível, institucionalizou-se um sistema de crenças compartilhadas que sustentam as reiteradas ações discriminatórias legitimadas de forma tácita pelo discurso do poder exercido pelo grupo dominante. Para Van Dijk (1997), esse sistema preconceituoso se estrutura ideologicamente e precisa de uma forma de aprendizagem social que se baseia na observação, imitação e participação na interação social em uma estrutura de inferência que conte com racionalizações, tais como “todo mundo faz isso”, somada à falta de informação.

O analista crítico do discurso em relação às tensões sociais deve ter uma consciência explícita sobre seu papel na sociedade. No lugar de ignorar ou negar a relação entre a pesquisa acadêmica e a questão social, ele deve propor o estudo dessa relação. A reflexão sobre seu papel no contexto social e na vida política é um constituinte essencial da empreitada do analista crítico e da própria Análise Crítica do Discurso (Van Dijk, 1999).

Diante dessas reflexões, sugere-se a ACD como a variação teórica - não a única, é verdade - legítima ao alcance dos objetivos desta pesquisa dissertativa. Isto porque, as relações de poder e de domínio são intrínsecas às questões de gênero. Logo, propõe-se uma análise discursiva baseada nas entrevistas e nos depoimentos colhidos, que retratam histórias de vida e refletem implícita ou explicitamente o jogo de dominação numa sociedade tal qual acontece na sociedade contemporânea: concebida sob ditames religiosos, capitalistas e autoritários.

2.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE E CATEGORIAS ANALÍTICAS EMPREGADAS

O ponto de partida da teoria crítica da Análise do Discurso é a existência de macro-níveis e micro-níveis sociais. O discurso, bem como outras formas de interação social praticadas pelos atores sociais, se situa tipicamente no micro-nível da ordem social, ao passo que, as instituições, os grupos e as relações de grupos, portanto, o poder social, se estagnam em seu macro-nível. A ACD se propõe a estudar o discurso envolto na reprodução do poder, evidenciando assim o abismo entre os níveis. Veja-se o seguinte exemplo:

Un discurso racista de un miembro del Parlamento es un acto perteneciente al micro-nivel, ejecutado por un político individual o por el miembro de un partido, pero al mismo tiempo es parte constitutiva de un acto legislativo de la institución parlamentaria en el macronivel, o de la política de inmigración de una naciónestado. El distingo, esto es, depende de la focalización de nuestro análisis; y existen múltiples niveles intermedios de análisis (mesoniveles) (VAN DIJK, 1999, p. 25).

A ACD se constitui, ainda, de diferentes níveis descritivos, podendo se estender a um membro de um grupo, às relações entre causa e efeito, ao contexto e estrutura sociais e às representações sócio-mentais.

Nos dizeres de Meyer (2003) acerca da metodologia da ACD, esta se constitui em uma investigação social empírica, na qual é possível estabelecer uma distinção entre os métodos de extração e os de avaliação, isto é, entre as formas de coleta de dados e os procedimentos desenvolvidos para sua análise. Na visão do autor, os procedimentos metodológicos para a coleta dos dados regem a observação, enquanto que os métodos de avaliação regulam a transformação dos dados em informação e a maior restrição de oportunidades abertas à inferência⁸ e à interpretação.

Em Van Dijk (1994) pode-se visualizar a existência de critérios de método para a ACD bem sucedida, nesse norte, evidencia o autor que a mesma a) busca uma crítica generalizada de atos repetidos - nunca isolados - e inaceitáveis; b) busca uma crítica estrutural de instituições e de grupos, mais que de pessoas, pois, os efeitos do discurso produzido por membros do macro-nível possuem um maior alcance e intensidade; c) Focaliza atos e atitudes que indiquem abuso de poder e evidenciem a dominação; e d) se situa em uma perspectiva de dissidência, de contra-poder, sendo ao mesmo tempo, uma ideologia de resistência e de solidariedade.

Para o autor a maneira mais eficaz de se fazer a ACD é delimitar o discurso nas seguintes categorias: Sociedade, Cognição e Discurso. Segundo o autor, a inter-relação entre essas categorias, quando versar sobre discursos institucionalizados públicos, deve ser analisada também sob um contexto discursivo. Esse contexto, por sua vez, pode ser analisado em outras três diferentes categorias: Poder, Controle e Acesso.

A Sociedade é o conjunto de grupos sociais, na qual cada grupo se define pela união daqueles que têm os mesmos objetivos, interesses e propósitos, ou seja, afinidades, ainda que de um ponto de vista objetivo. Cada um desses grupos sociais possui ponto de vista próprio

⁸ Termo utilizado para tentar dar conta das operações que permitem a extração de sentido implícito dos atos de discurso, aquele sentido que é produzido pelo sujeito falante, e reconstruído (ou produzido) pelo destinatário. Assim, o locutor pode tornar implícito, conscientemente ou não, sentidos nos enunciados, apoiando-se nos diferentes componentes do contexto (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2008, p. 276).

acerca do mundo, de forma que seleciona as características que lhe apetecem e cancelam as demais, embora sejam todas pertencentes a um único referente (DORSA, 2013).

Sobre a Cognição e os processos cognitivos, que se manifestam na interface entre a Sociedade e o Discurso, Van Dijk (2005) se volta para a Teoria das Memórias com o fim de explicar suas correlações com a Análise do Discurso. Para o autor os possíveis efeitos e funções sociais do Discurso dependem das diferentes formas usadas para a sua compreensão.

A dimensão cognitiva do Discurso, portanto, se situa na memória, pois é nela que se armazena a informação que éposta a disposição da pessoa pelos sentidos humanos. Existem, nesse viés, três tipos de memória, a de curto prazo, a de médio prazo e a memória de longo prazo.

Van Dijk (2005) enfatiza as memórias de curto e de longo prazo em sua análise, sendo que a primeira é necessária para a manipulação da informação que requeira pouco tempo para seu processamento. Por exemplo, quando se quer compreender sons, palavras, frases ou orações, e se caracteriza por ser limitada, quando cheira precisa ser ao menos um pouco “esvaziada”. A segunda, por sua vez, é usada na manipulação das informações que requeiram muito tempo para serem processadas, depois de passarem pela primeira.

Esses princípios são também aplicados ao Discurso, pois o leitor ou o ouvinte se deparará com sons e sinais sentidos pela audição ou visão que depois, serão comparados com o conhecimento sonoro e linguístico arquivado e em sequencia interpretados como fonemas e sequências de fonemas. O importante nesse processo é que um modelo cognitivo com essa sequência de estruturas de palavras e frases não segue as regras, tal como explicadas pela gramática e ganham sentidos diversos, individuais, de acordo com as experiências de vida de cada indivíduo, o que gera diferenças de leitura de um mesmo texto.

Ocorre que, conforme leciona Dorsa (2013), após inúmeras pesquisas realizadas nessa área, Van Dijk concluiu que a memória de longo prazo só armazena sentidos globais. Nessa perspectiva Bandini *apud* Dorsa (2013) ressalta que as regras ordenadas da gramática de texto são abandonadas por Van Dijk, que passa a postular a existência de recursos aprendidos e utilizados pelo leitor no decurso da compreensão do Discurso. Isto posto, resta evidenciada a natureza cognitiva do texto, por meio de um processo cognitivo das informações.

Para Falcone (2012) essa compreensão pressupõe dois conceitos fundamentais: no primeiro deve-se levar em conta que a cognição é uma propriedade desenvolvida individual e socialmente, pois a mesma é adquirida, aprendida, formada e transformada pelos processos de

interações sociais e individuais de percepção; já no segundo, a sociedade é uma construção humana e resulta de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais. Essas interações só podem ser realizadas a partir de crenças, conhecimentos, normas e valores compartilhados. Isso requer atores cognitivos, capazes de chegar a tais conclusões (sobre si mesmos) e em relação aos outros (outros grupos sociais).

A natureza dessas elaborações mentais é cognitiva, mas sua função é eminentemente social, pois, possibilitam a interação. Significa dizer que interagimos porque compartilhamos os mesmos sistemas de crenças, que são os nossos conhecimentos. E esses conhecimentos não são totalmente sociais, já que alguns estão relacionados às nossas experiências individuais e biográficas, mesmo que esse processo de construção seja intrinsecamente social.

É disso que trata a relação constitutiva: uma compreensão de cognição e de discurso como propriedades de natureza social, que se formam a partir de elaborações de atores cognitivos, críticos e reflexivos. Desse modo, faz-se necessária uma AD que opere a partir dessa compreensão e, assim, possa dar conta de vários aspectos das estruturas discursivas que uma perspectiva não-cognitivista não consegue (por exemplo, a construção de textos distintos partindo de um mesmo tema, as distintas inferências que leitores/ouvintes realizam no processo de compreensão de um texto etc.) (FALCONE, 2012, p. 272).

A ACD, portanto, leva em consideração que o processo de construção de conhecimentos, de ideias, etc., é reflexo de ações coletivas e individuais. Justamente por isso Para isso, é preciso considerar a Cognição como resultante de ações intersubjetivas que são construídas pela interação social que simultaneamente a isso também a propicia, pois é através dos conteúdos interacionados que o homem se enxerga como tal. Assim, o Discurso está envolto por elementos socialmente constituídos, contextualmente situados, e cognitivamente elaborados (VAN DIJK, 2000).

O Discurso, nessa variante teórica, se consubstancia como um dos resultados das interações humanas, representando as Cognições formadas pela convivência social juntamente às subjetividades. Para Dorsa (2013), o Discurso sinteticamente pode ser entendido como a base das relações subjetivas do ser humano, o baluarte do toda atividade de pensamento, um processo intencional que leva o homem a interagir com as pessoas e com o mundo à sua volta é, há muito tempo, objeto de estudo de grandes intelectuais. Foucault, que, como já dito, foi um dos primeiros expoentes da ACD, expunha suas percepções sobre o assunto desde a década de 1960. Em seu célebre *Arqueologia do Saber*, refletiu que não se pode ficar retido ao conteúdo do próprio, sendo preciso, às vezes, acentuar as ausências. Nesta mesma obra assim se manifestou:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (Foucault, 1987a, p. 56)

O Discurso oriundo das relações de poder era uma das paixões de Foucault, que o descrevia como fruto de uma sociedade excludente e interditada. A sexualidade e a política são, sem dúvida, os dois grandes nós nesse jogo. Nesse contexto, o Discurso se revela como muito próximo dos desejos e do poder, “não é aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999b, p. 10).

Para Foucault (1999b), sempre existirão desniveis entre os Discursos por conta das relações de poder, haverá sempre um Discurso constrangedor e outros Discursos constrangidos, cujos conteúdos se submeterão aos limites do primeiro. Nessa dialogia não importa a substância daquilo que é discursado, mas importa, no entanto, o sua posição nessa tensão social. O dito ou feito em uma sociedade é definido por uma arbitrariedade que não se pauta em um significado maior, em uma fundamentação conceitual sólida, mas apenas naquilo que é estabelecido pelo Discurso dominador.

Em Van Dijk (1994, 1997 e 1999) é possível perceber concepções parecidas. Nas o Discurso não se concebe por uma filosofia, por uma ideologia, mas, socialmente. É, portanto, um evento de comunicação, oral ou escrita, proferido pela língua, mas não detido às regras estabelecidas pela linguística. O Discurso vai além, transcende as barreiras da língua e se consubstancia num metafórico voo de possibilidades comunicativas que os signos muitas vezes não dão conta.

A interação entre as figuras apresentadas forma as representações mentais fundamentais compartilhadas entre os indivíduos membros dos grupos sociais, formando as ideologias. Sobre Ideologia, Van Dijk (2003) é do parecer que seja um conceito bastante polêmico e permeado por eternas discussões. Assim, o autor optou por apresentá-la como multifacetada nas seguintes formas: a) um sistema de crenças, pois se relaciona com os sistemas de ideias sociais, políticas ou religiosas que comportam um grupo ou um

movimento; a) uma “falsa consciência” ou “crenças equivocadas”, numa alusão ao marxismo, que a enxerga como uma expressão de crenças populares equivocadas, promovidas pela classe dominante para legitimar seu *status* e esconder as condições socioeconômicas reais das classes dominadas; c) um conceito geral, que apresenta as ideologias como positivas ou negativas, as primeiras são aquelas que se manifestam como oposição ao domínio de algumas e às injustiças sociais, ao passo que as negativas, são aquelas que pretendem mantê-los; d) um fundamento das práticas sociais, no qual, as ideias dos grupos sociais e dos movimentos não só dão sentido ao mundo, como também fundamentam as práticas sociais de seus membros. Não são, no entanto, as práticas sociais em si.

As ideologias assumem um papel fundamental na ACD, uma vez que, como foi dito acima, as mesmas impulsionam o sentido da humanidade, de acordo com a interação entre os grupos dominantes e os grupos dominados, defendendo, justamente, seus respectivos ditames ideológicos manifestados nas relações sociais e de poder.

Sobre os dizeres de Van Dijk a respeito dessa “teia de relações sociais” estabelecidas pelo jogo de poder, reflete Dorsa (2013) que o Poder, enquanto categoria discursiva, busca o controle da mente - ou opinião - pública, interacionando de forma retórica as cognições sociais com a ideologia ou ponto de vista das elites, de poder (no contexto de gênero a maioria autodenominada “normal”).

A ACD diante desse cenário procura denunciar esse jogo de poder, evidenciado nos discursos escritos e orais. Os discursos institucionais estão sob o julgo desse “Poder”, assim como os veículos de comunicação de massas, a mídia, etc.. Assim, o discurso sob os olhos da vertente sócio cognitiva inter-relaciona-se à Sociedade e à Cognição, em uma constante interação entre o discurso individual (minorias de gênero) e o social.

O Poder, na perspectiva vandijkiana, é uma noção encapsulada pelo conceito de controle sobre as instâncias, sobre os atos e sobre as mentes das pessoas, ou seja, existe intimidade entre ambos os conceitos. Falar de poder implica falar de controle e, de fato, tem-se mais a falar do segundo que do primeiro, já que é justamente o Controle a manifestação do Poder, seu braço, sua aptidão de modificar a realidade.

Colocadas essas reflexões sobre o Poder, que será a primeira categoria de análise no presente trabalho, na qual se pretende extrair dos discursos analisados as proeminências do discurso dos grupos e das instituições acerca das minorias de gênero. No contexto da análise, tem-se que as instituições produtoras do discurso do Poder são o Estado, a Igreja e a Família, ao passo que os grupos, dentre outros, são as maiorias cissexualizadas, heterossexualizadas,

heteronormativizadas, heteroafetivas, institucionalizadas, religiosas, enfim uma gama de grupos reprodutores do discurso do poder em relação às minorias de gênero.

Acerca do Controle, como já foi dito, Van Dijk (1994) salienta que está muito próximo do Poder. Sob essa alegação, o Controle, para o autor, é uma categoria discursiva vista como estratégica, na qual os sujeitos sociais mais poderosos podem controlar não só o discurso, mas o contexto em que ele é proferido, selecionando o lugar, os participantes, os ouvintes, os atos de fala, o tempo, os temas, o gênero, os estilos, enfim exercem seu Poder de Controle de forma plena sobre as estruturas e as interações.

O Controle pode se dar, também, diretamente sobre o texto do discurso, pois os reprodutores do Discurso do Poder detêm controle sobre os meios de comunicação (veículo principal de exercício do Controle), desde a entonação, as estruturas temáticas e as sintaxes até as especificidades retóricas e léxicas do discurso.

Sobre o Controle é possível, ainda, dizer que se manifesta na limitação e na liberdade das ações dos outros e pode ser exercido de forma direta ou indireta. O autor cita a polícia como exemplo de controle direto. O controle indireto, por sua vez, é exercido pelo controle das mentes dominadas, no qual os grupos dominantes por meio do poder de acesso e de controle social, seja pela mídia ou pela reprodução massiva de seu discurso hegemônico, são legitimados a ter acesso ao discurso público ao ponto que um se confunde com o outro numa espécie de “pensamento generalizado”. O poder e a persuasão são os maiores controladores de atos linguísticos na modernidade. Diante de tal afirmativa, podem ser citados como exemplo os bordões ou chavões de personagens midiáticos que se incorporam ao discurso público como se dele sempre tivessem feito parte. A repetição e a intensidade dessa “ideologia vendida” se agrega de forma tão profundamente ao senso comum que as mentes passam a ser suas repetidoras, consciente ou inconscientemente. Van Dijk (1994) denomina esse fenômeno como Controle Mental Discursivo.

A terceira categoria discursiva utilizada é o Acesso, que, segundo Van Dijk (1994) é a capacidade do grupo do Poder de manter o Controle das mentes ao Acesso de discursos divergentes ao seu. As elites estabelecem as limitações de determinados tópicos: quem pode discursar, sobre o que discursar e a que momento discursar. Os dominados, por sua vez, têm um Acesso passivo aos meios de comunicação e controlado aos diálogos institucionais, um conteúdo já previamente “filtrado” pelo grupo hegemônico, detentor do poder.

A interação entre essas três categorias poderá demonstrar de que forma são desenhadas as minorias de gênero pelo discurso elitista, levando-se em consideração que

todas as minorias sociais são tidas como grupos fragilizados, marginalizados e afastados do centro do poder.

Da mesma forma a Análise Crítica do Discurso possibilitará a captação das necessidades humanas das minorias de gênero por meio da contraposição à sua realidade evidenciada nos discursos de poder. Essas necessidades subsidiarão a conclusão do que seria um “Desenvolvimento em escala humana” para essas pessoas, dadas às suas possibilidades na atual realidade social à que estão inseridas. Isto posto, a quarta categoria analítica será, portanto, o Discurso das Minorias de Gênero, isto é, a manifestação explícita e implícita das mesmas acerca da Ideia Central apresentada.

No momento da Análise dos Discursos cada uma das quatro categorias apresentadas de análises estarão inseridas em Eixos Centrais de Discursos que serão subdivididos em Ideias Centrais, nas quais estarão inseridos os discursos categorizados na íntegra, seguidos de sua análise, conforme modelo abaixo exemplificado:

EIXO X: DÁBLIO XIS ÍPSILON

Ideia Central 1: Jota Cá Ele Eme

Categoria Analítica 1: Abcdef

Discursos

Categoria Analítica 2: Abcdef

Discursos

Categoria Analítica 3: Abcdef

Discursos

Análise...

2.4 A ALTERIDADE EM EMMANUEL LÉVINAS

No decorrer do trabalho investigativo que originou a presente dissertação deu-se conta que a temática abordada requereria cuidados extras do pesquisador, tendo em vista a sua complexidade, suas multifaces e suas inesgotáveis discussões teóricas. Diante dessa inegável realidade entendeu-se por bem buscar uma metodologia que destacasse o máximo possível a “voz” dos entrevistados, sem que com isso se tornasse um dever na pesquisa a impessoalidade ou neutralidade do pesquisador.

Poucos se aventuram nessa empreitada. Porém foram encontrados nos fundamentos de uma hermenêutica filosófica de Gadamer (1997) elementos e recursos que auxiliariam essa busca. Segundo ele o sentido de uma obra superará as expectativas do seu autor e, buscar a compreensão de um conceito é, reconhecê-lo em primeira mão como preconceito que deve ser tornado consciente e, portanto, sob suspeição. “Tornará conscientes os próprios preconceitos, que a guiam na compreensão, com o fim de que a tradição se destaque, por sua vez, como opinião diferente, dando-lhe assim o seu direito” (GADAMER, 1997, p. 447).

Ainda segundo o autor, destacar o preconceito significa suspender sua legitimidade, já que, na medida em que um preconceito nos determina, não se o percebe como juízo. O preconceito somente pode ser destacado a partir do momento em que é estimulado, isto é, confrontado com a tradição, pois “o que incita à compreensão deve ter-se feito valer já, de algum modo, em sua própria alteridade” (Gadamer, 1997, p. 447). Quando se questiona um preconceito em face de outros argumentos, não significa que ele deva ser deixado de lado e que o novo argumento deva substituí-lo. Somente na medida em que se exerce o preconceito é que se torna possível experimentar as verdades de outro e lhe oferecer a possibilidade que este se exercite por sua vez. A compreensão, portanto, parte da alteridade diante de um conceito dado, realizável pela suspensão de juízos e estruturando uma *pergunta*, isto é, abrir e manter abertas possibilidades.

A expressão “alteridade” ganha projeção graúda na obra de Emmanuel Lévinas (1993, 1997 e 2007). A filosofia levinasiana, assim como a de Heidegger, é um dos pilares da filosofia contemporânea latino-americana e toma um sentido humanístico a partir das experiências do autor nos campos de concentração nazistas, onde permaneceu encarcerado por ser de origem judia. Lévinas (2007) parte do pressuposto da necessidade de mudança na sociedade atual, o que sugere as tendências de sua filosofia. Para ele a guerra é uma das características mais proeminentes da sociedade atual, oriunda da necessidade capitalista de concorrência e de competitividade de tal forma que a violência é legitimada por esse modelo, fazendo com que a superação de uns sobre os outros se torne uma tendência. O autor contesta essa questão partindo da reflexão de que a filosofia, desde Platão, tem se preocupado com a ontologia como filosofia primeira, de sorte que, apesar de aceitável tal proposição, é primordial nos dias de hoje que esta seja guiada não pela ontologia, mas pela ética, tendo-a como filosofia primeira. Em Lévinas é incompreensível, irracional e não-humano a legitimidade de se tirar a vida de alguém, posicionando-se duramente para uma “ética da vida” (COSTA, 2000).

A ideia de alteridade parte da diferenciação inicial entre particularidade e totalidade e

também entre o homem vivente e o homem pensante. Para Lévinas (1997), o homem vivente é aquele adstrito à sua interioridade, confundindo particularidade com totalidade. O Homem que vive com totalidade existe como totalidade, ou seja, como se tirasse tudo do aqui ou do agora, como se a vivência fosse vida ou morte. O homem pensante, por outro lado, vive sua particularidade e pratica da exterioridade experimentando-a como trabalho e apropriação. O vivente experimenta o exterior como sua própria substância, com imediatismo, como elemento e meio, alguma coisa privada de sua independência. O puro vivente ignora, portanto, o mundo exterior, não por mera ignorância, mas pela ausência do pensamento – “ele não pensa” (LÉVINAS, 1997, p. 34).

A Exterioridade das vítimas é o ponto de partida e de chegada de todo agir ético crítico que busca fonte de resistência na Ética da Libertação. O diálogo crítico radical deve envolver-se nas tramas da sensibilidade e da identidade em busca de alteridade – no indo e vindo infinito de mediações, como fez o poeta ao afirmar um libertar de identidade sensível na materialidade da vida (PEPLER, 2009, p. 7125).

Em Lévinas (1997) a exterioridade pode ser compreendida como a consciência dos problemas pelo qual o mundo exterior - além do Eu - passa, trata-se de uma postura *ética* e é imprescindível para a alteridade. O homem vivente não é desprovido dessa consciência, mas ela apenas não o impacta, já que ele é o centro do seu mundo interior. A interioridade é para o homem pensante o oposto da exterioridade, ao passo que para o homem vivente não existe exterioridade.

[...] os sentimentos de aceitação e tolerância são pressupostos de uma prevalência da manifestação interior do eu (no exercício do eu tolero, eu aceito, etc). A relação com o outro em Levinas é a relação de um desejo metafísico que nunca poderá ser satisfeito, é a relação com o Infinito e que implica uma responsabilidade infinita e desinteressada. A responsabilidade ética deve seguir os sentidos traçados pela Exterioridade – que não esperara reciprocidade, porque na relação de responsabilidade com o outro o ponto de partida deve ser o critério material, ao contrário não passaria de uma relação utilitarista que nutre expectativa de retorno, além de assimétrica (PEPLER, 2009, p. 7124).

O homem tem uma necessidade de relação com o infinito e, partindo desse pressuposto, Lévinas (2007) define o *desejo do infinito* com um sentido que vai além do sentido cartesiano. A necessidade de relação com o Outro leva o Eu à sensação perpétua de incompletude, estando sempre em busca da realização de objetivos adicionais àqueles que já foram por ventura realizados. Essa insatisfação transfigurada em desejo (*do infinito*) só pode ser satisfeita mediante a relação – dialética – com o Outro. Apesar disso a satisfação total é impossível, pois viola a natureza do homem. Tem efeito contrário, retroalimentando o *desejo*, formando um ciclo *infinito*.

O que Lévinas pretende é apontar para outro procedimento. O infinito como ente é anterior à idéia do infinito e sua infinição reside no fato de ele não caber na idéia que dele se tem. O infinito é infinito não pelo fato de que uma subjetividade transcendental o pensa como tal. É infinito em virtude do fato de que a idéia que se tem dele pensa mais do que pode pensar, pensa um ente que não cabe nela, que a excede. A infinição está na desproporção entre a idéia do ente e o ente ideado. [...] A idéia do infinito explode a quadratura ontológica da totalidade de sentido e significado do mundo. Há significado para além do mundo dos sentidos. Ainda que o sentido precise do contexto do mundo para surgir no horizonte de compreensão do ente em seu modo de ser, parece que o significado não depende necessariamente de um contexto intramundano para dar-se na aproximação com o “trans-ontológico”, com o trans-intra-mundano, com o “meta-físico”, como diria Lévinas (COSTA, 2000, p. 108-109).

A pessoa que não alimenta o *desejo do infinito*, essa relação concreta de alteridade, totaliza-se em si mesma. As verdades oriundas das relações humanas são, para Lévinas (2007), verdades passageiras, pois não é possível compreender totalmente as pessoas – tomá-las para si em *totalidade* – por conta da incompletude humana, pois tanto as coisas quanto as pessoas mudam na constância de suas relações. Para o autor tal premissa é o argumento maior de uma ética como filosofia primeira, pois a pergunta antológica sobre *o que é o ser* não possui uma resposta completa, pois a *infinitude* impossibilita justamente, o fechamento de uma resposta. A alteridade se dá, nesta perspectiva, quando se interpreta o mundo, as coisas e as pessoas nessa dimensão de incompletude (LÉVINAS, 2007).

A alteridade é, portanto, o descobrimento do papel do Eu face ao Outro, que faz surgir um amplo espectro de imagens do Outro, do Nós e do próprio Eu. Essas imagens, dessemelhantes, coincidem pelo fato de serem representações, mais ou menos inventadas, de pessoas desconhecidas, diferentes e que vivem em mundos distintos dentro do mesmo planeta físico. O homem percebe sua finitude, entre outras coisas, porque depende do encontro com o Outro, com aquilo que não é o Eu. O Eu é adstrito à sua própria verdade ou à sua falta de conteúdo. Sem o contato com o externo, com as coisas, o Eu não passa de uma auto-realização vazia, capaz de refletir, é verdade, mas necessariamente seria essa uma reflexão sem sentido, pois não haveria enfretamento ou oposição de ideias (Lévinas, 1997). Na filosofia levinasiana a oposição máxima se dá, justamente, com o Outro, que é a forma mais apropriada de participação de uma pessoa com outra pessoa, a relação intersubjetiva ou interpessoal. O fluxo dessas relações em formação do Eu poderia ser exemplificado pelos fenômenos da linguagem, da tradição e do trabalho. O que uma pessoa faz aos outros é o que ela é (ORDÓÑEZ *et al*, 2013).

Para Habermas (2004), esse sentimento de responsabilidade pelo outro surgiu paralelamente à ideia de estado-nação, que permite uma consciência artificial de

pertencimento a um “mesmo povo”, cristalizada em torno da percepção de uma ascendência, de uma língua e de uma história em comum. A homogeneização cultural, salienta o autor, não é pré-requisito fundamental para a construção dessa consciência, quando não se faz presente, o nacionalismo se transfigura em uma religião civil enraizada na cultura da maioria.

Analisa Habermas (2004) que o modelo de Estado democrático de direito, de caráter eminentemente coletivo, conta com recursos limitados para assegurar a coexistência de formas de vida diferentes em igualdade de direitos. Nesse sentido se faz necessária uma mudança de perspectiva, na qual os envolvidos devem deixar de lado a pergunta sobre o que é melhor para o coletivo e passar a questionar o que é igualmente bom para cada um. No âmbito da diversidade, da multiculturalidade, por exemplo, o que se exige é a tolerância em face de práticas que o “nós”, o coletivo considera eticamente reprovável a partir de sua perspectiva.

O preço por “suportar” diferenças éticas desse tipo também é juridicamente exigível, desde que se assegure o direito a uma coexistência de diferentes formas de vida. Pois um direito como esse, “abstrato” de uma perspectiva ética, constitui o ponto de referência para uma regulamentação que, por se poder aceita-la pelas mesmas razões em face do objetivo comum a todos, prescinde da única alternativa existente, qual seja: o acordo a que se chega nos conflitos de valor que não admitem acordo, e que é essencialmente mais doloroso, por ameaçar integridades (HABERMAS, 2004, p. 323).

Habermas (2004) é do parecer que a sociedade, bem como as inter-relações humanas das quais é cenário, devem se estruturar sobre uma razão-comunicativa, cujas normas morais não devem ser estipuladas por um grupo majoritário apenas, mas por todas as pessoas que entre si celebrem o contrato social a partir de conselhos populares. Nesse viés, as normas teriam em si uma validação moral, um endosso popular por ser, justamente, fruto dos anseios de todos e não meras imposições de uma maioria religiosa, de uma maioria econômica ou de uma maioria política, por exemplo. A validação moral deve ser pré-requisitada por todas as vontades alheias entre si, sob pena de não ser absoluta. Tal validação, nos dizeres do autor, é mais importante do que a norma moral em si. “O conteúdo racional de uma moral baseada no mesmo respeito por todos é responsabilidade solidária geral de cada um pelo outro. A desconfiança moderna de um universalismo [...] faz desaparecer a estrutura relacional da alteridade e da diferença [...]” HABERMAS (2004, p.7).

A solidarização das responsabilidades de uma pessoa para com outra, do Eu sobre o Outro e vice-e-versa se refere, nos dizeres de Habermas (2004), a uma flexibilização no Nós enquanto comunidade moral, constituída por uma ideia negativa da abolição da discriminação e do sofrimento, e da inclusão dos marginalizados em uma relação de deferência mútua. Para ele, a inclusão não significa o confinamento dentro do próprio Eu e fechamento diante do

alheiro – do Outro. Significa, na verdade, que as fronteiras dessa comunidade estão abertas para todos, inclusive àqueles que são estranhos um ao outro e assim querem permanecer.

Convém advertir que a alteridade é muito mais do que se colocar no lugar do Outro. Primeiro por ser fisicamente impossível, afinal dois corpos não ocupam um mesmo espaço simultaneamente, e, segundo, porque é impossível sentir pelo outro, de sorte que a prática da alteridade é a consciência da responsabilidade que se tem sobre o Outro enquanto semelhante. É respeitar o Outro enquanto Outro, exterior à experiência e à compressão do Eu. Sem a alteridade o outro é visto como obstáculo, como adversário, é tomar o Outro a um Eu *totalizado*. A proposta é que o homem contemporâneo atravesse os limites da *totalidade* do ser em si mesmo e se dê a chance de *exterioridade*, se abra ao Outro transcendendo-o em direção ao *infinito*.

A alteridade como “metodologia” significa conceber o Outro pela ideia de *infinito*, assumindo-o como *exterioridade*, excedendo a ideia de domínio e de posse sobre ele, transcendendo-o, pois nele se produz o *infinito*. A posse do Outro e de tudo que dele venha dará lugar na pesquisa, especialmente na coleta e análise dos dados (discursos), ao acolhimento da exterioridade do Outro (entrevistados) no pesquisador, de forma que não será ele “analista” de dados somente, mas o Outro (entrevistados) falando através dele.

3 O DESENVOLVIMENTO COMO DIREITO HUMANO

O presente capítulo dedica-se ao estudo de uma nova proposta de desenvolvimento. A razão disso não é outra senão a preocupação explícita de inúmeros autores sobre o frenesi consumista do capitalismo, característico de muitas nações do Ocidente, mas cada vez mais presente em todas as partes do mundo face às novas delimitações das fronteiras culturais.

A forma do Grande no mundo industrial insiste no conhecido estresse megalopata em dimensões ampliadas – mas então devem preocupar-se as pessoas na rua, que antes teriam apoiado um ministro das Relações Exteriores. Isso deve começar cedo; alunos ingleses costumam trocar correspondências com crianças da mesma idade no Quênia, e quase nenhum indivíduo do Primeiro Mundo pode passar por cursos intermediários ou superiores sem ser treinado para um poliglotismo mínimo (SLOTERDIJK, 1999, p. 61).

Ao conceito de Desenvolvimento, segundo Furtado (2000) é dado dois sentidos diferentes: um que converge para uma evolução do sistema social de produção à medida que este, pela acumulação e progresso das técnicas se torna mais eficaz, isto é, eleva a produtividade do conjunto de sua força de trabalho e outro, que converge para a satisfação das necessidades humanas.

A compreensão moderna à escala do senso comum de desenvolvimento é reproduutora da visão trumaniana⁹ (ou americana, ou ainda capitalista) sobre o assunto, sinonimizadora dos verbos, “desenvolver”, “industrializar” e “enriquecer”. Nessa perspectiva boa parte das nações modernas adotou o “industrializar” e o “enriquecer” como objetivo maior de suas políticas econômicas independentemente, muitas vezes, de seus respectivos contextos sócio-político-econômicos. Nesse sentido, salienta Sen (2000, p. 28-29), “é sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza, que é, como observou Aristóteles, ‘meramente útil e em proveito de alguma coisa’”.

As doutrinas capitalistas alimentaram e alimentam dia após dia o sonho do “desenvolver” do então denominado mundo subdesenvolvido. Significa dizer que o mundo tornou-se bipartido após a Segunda Grande Guerra, estabelecendo um estado de constantes atritos políticos entre os dois lados. Segundo a “Teoria dos Mundos”, o Primeiro Mundo, capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América, e o Segundo, socialista, encabeçado pela União Soviética. Com fronteiras muito bem definidas, nesse período, o Primeiro Mundo, do ponto de vista ocidental, tornou-se o mundo desenvolvido e sinônimo de democracia, ao passo que o restante do mundo seria não desenvolvido e antidemocrático ou subdesenvolvido.

⁹ Ver o discurso de posse presidencial de Harry Truman, 1949.

Essa divisão, muitas vezes forçada, fez surgir entre ambas as potências uma verdadeira corrida política, militar, armamentista, tecnológica, social e ideológica que se espalhou também pelas nações de suas respectivas zonas de influência. Aos países não alinhados a nenhuma das duas, deu-se o nome de “terceiro mundo”, que anos depois seria o termo utilizado para fazer referência às nações não industrializadas.

A reflexão sobre o processo de Desenvolvimento nesse período teve como causa principal a tomada de consciência do “atraso econômico” em que vivia a maioria dos países. Indicadores mais específicos como mortalidade infantil, alfabetização, etc. não foram lembrados. Nesse ponto o que de fato contribuiu para sistematizar as ideias de Desenvolvimento foram indicadores tais como: de bem-estar social, modernização e tudo mais que pudesse remeter às formas de vida idealizadas pelas nações industrializadas (FURTADO, 2000).

O Primeiro Mundo alcançava as nações ricas da América do Norte e Europa Ocidental, além do Japão, Coréia do Sul, Birmânia, Irã, Turquia e Filipinas na Ásia, Austrália e Nova Zelândia na Oceania, África do Sul e sua zona de influência na África e as Guianas na América do Sul. O termo Primeiro Mundo também é usado para descrever os países tidos como desenvolvidos, embora haja exceções. O Segundo Mundo estava localizado geograficamente a leste da Europa Ocidental, abarcando toda a Ásia Central até o Mar da China Meridional, além das nações do Chifre da África e Cuba. Era o bloco socialista de nações.

Nesse período de bipolarização mundial existiam inúmeras diferenças sociais, políticas e econômicas entre os polos, mas ainda assim, tais diferenças eram menores que as do bloco capitalista de nações, que apesar da denominação Primeiro Mundo, abarcava países de economia extremamente debilitada, como por exemplo, Angola, Namíbia, Zimbábue e Birmânia.

Terceiro Mundo, por sua vez, é conotação que descrevia os países não alinhados nem ao bloco capitalista e nem ao bloco socialista de nações, se estendendo também aos países neutros. É um conceito que originalmente não possui dimensão econômica já que congrega nações desenvolvidas como Suíça, Suécia e Finlândia, e não desenvolvidas como Brasil, Argentina, México e Índia.

Nesse contexto os Estados Unidos da América iniciaram uma política de formação de ideologias que tornavam sinônimas expressões como “capitalismo” e “democracia”, e “socialismo” e “totalitarismo”, fazendo uso de slogans que sempre associavam riqueza,

felicidade e liberdade aos primeiros e pobreza, terror e dominação aos últimos. O modo de vida americano, sempre arquitetado em cima de muitas posses, de automóveis, de artigos de luxo, de belas paisagens, de grandes cidades e marcas famosas se sistematizou como modelo a ser seguido em praticamente todo o mundo ocidental, que passou a partilhar do “sonho americano¹⁰”.

Para Furtado (2000) uma das grandes transformações produzidas pela Segunda Guerra foi a emergência de novas formas de hegemonia internacional fundadas no controle das tecnologias, informação e na manipulação ideológica. Ideologia, segundo Zizek (1999) pode ser entendida como conjunto de ideias, crenças e conceitos. destinado a convencer de sua “veracidade”, sendo que na verdade, existe mascarado um inconfesso interesse particular de poder.

Eagleton (1997) sugere que a ideologia se dissemina pelo discurso, ou seja, pelo uso da linguagem entre determinados sujeitos humanos para a produção de um efeito específico. O enunciado, nessa perspectiva, não pode ser descrito como ideológico sem se prestar atenção em quem está falando, com quem está falando e com que finalidade está falando. Um exemplo disso é o citado por Zizek (1999) em que o termo “ideologia proletária” é utilizado pelo leninismo-stalinismo para significar a força motriz “subjetiva” da revolução.

Sob tais fundamentos percebe-se que o hemisfério ocidental pós Segunda Guerra e décadas seguintes, como também boa parte do Oriente, sofreu e vem sofrendo uma espécie de “lavagem cerebral”, cujo objetivo principal seria uma “americanização” generalizada que captaria todos os povos. Tal “americanização”, com uma conotação simbólica proposital, para o escopo de tornar o mundo, ou melhor, a humanidade, padronizada em seus objetivos, modos de vida, voltados para o ideário progressista. Para Furtado (2000, p. 27) “a formação do sistema econômico mundial apoiou-se assim, tanto no progresso de transformação das estruturas sociais como no processo da “modernização” dos estilos de vida”.

Concomitante a isso o gênero humano assistiu a algumas de suas maiores tragédias, a imensa desigualdade social, com o surgimento de uma pequena classe de super-ricos e uma avassaladora maioria de miseráveis. O império capitalista tomou proporções desmedidas no final do século XX, vencendo a guerra ideológica contra a União Soviética e passando a

¹⁰ Era um sonho que praticamente nem mesmo as classes altas na Europa poderiam tornar realidade, do qual muitos norte-americanos também duvidavam. O sonho americano tem muitas vertentes. Não há dúvida de que entre elas se conta o sonho de riqueza, bem como de extensão quase infinita de terra, cujos tesouros parecem estar à espera que alguém venha aproveitá-los ou levá-los. Está estreitamente ligado ao crescimento, à expansão e à apropriação, mas abrange muito mais, como a ideia de liberdade real dos indivíduos (HESSE, 2008).

influenciar econômica e culturalmente de forma desmesurada toda a humanidade, gerando inúmeros conflitos em regiões mais conservadoras, oferecedoras de algum tipo de resistência.

O processo industrial no todo destrói mais “reservas” naturais e humanas do que ele próprio pode produzir ou regenerar. Nesse sentido, é tão auto-gerador quanto um câncer, tão criativo quanto fogos de artifício, tão produtivo quanto o cultivo de drogas. O que durante mais de 200 anos foi festejado como produtividade humana quase sem contestação, está cada vez mais sendo visto agora em seu caráter destrutivo e vicioso. [...] gerações mais jovens, mais vividas, mais consumidoras, mais desvalorizantes, substituíram as gerações antigas relativamente conservadoras, relativamente econômicas [...] (SLOTERDIJK, 1999, p. 91).

Na segunda metade do século XX, apesar do repetitivo discurso desenvolvimentista capitalista, surgiram novas percepções sobre o assunto, num contexto de guerras e de grandes crises diplomáticas. No auge dessas discussões, sob pressão de diversos intelectuais, ambientalistas e humanistas, com 160 votos a favor e apenas um contra, dos Estados Unidos da América, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs-se a se manifestar em favor do “desenvolvimento” como um direito de todos.

3.1 O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1995, 2010), o Desenvolvimento Humano difere do Desenvolvimento Econômico, uma vez que, o segundo mede ou percebe o bem-estar de uma sociedade baseando-se nos recursos ou na renda que ela pode gerar. Para Sen (2000) esta é uma das perspectivas mais restritas do Desenvolvimento, que o identifica como o inchaço do Produto Nacional Bruto, das receitas pessoais, que se preocupa com a industrialização, com o avanço contínuo das tecnologias e com a modernização social.

O olhar do Desenvolvimento Humano, por seu turno, busca voltar-se diretamente para as pessoas, bem como para suas oportunidades e capacidades. O acúmulo de bens, a renda ou a riqueza, nessa perspectiva, são fatores relevantes, mas se apresentam como elementos de meio no processo de Desenvolvimento e não como um fim em si. Trata-se de verdadeira desconstrução do senso comum sobre o Desenvolvimento, de uma impactante mudança de perspectiva, uma vez que, no Desenvolvimento Humano, o crescimento econômico é desfocado em favor do crescimento da pessoa humana por meio de suas possibilidades rumo a uma vida com mais qualidade – não na dimensão material somente, mas também na dimensão

imaterial, isto é, psicológica e, até mesmo, espiritual, priorizando o bem-estar individual e o respeito à dignidade humana.

A concepção contemporânea de Desenvolvimento Humano ou em Escala Humana se embasa primeiramente nas regras da Organização das Nações Unidas – ONU sobre os Direitos Universais do Homem (1948), o Direito ao Desenvolvimento (1986) e os anuários publicados pelo PNUD e interpretações de diversas áreas do conhecimento, que vêm se sedimentando desde então. Os direitos humanos, segundo Bobbio (1988), não nascem todos de uma vez e nem de uma vez por todas. Esta ideia é defendida, também, por Hannah Arendt (1989) quando propõe que tais direitos sejam uma invenção humana, em constante construção e reconstrução. Esse processo de sedimentação analisa os direitos humanos e os contextualizam dentro de uma realidade social e histórica e é importante para o amadurecimento do conceito, da compreensão e da aplicabilidade desses direitos à realidade, dada a sua indiscutível importância, em tempos de tamanha globalização.

A compreensão recente de Direitos Humanos, segundo Piovesan (2006, p. 6) “compõe um construído axiológico, fruto da nossa história, de nosso passado, de nosso presente, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social”. Ainda segundo a autora, essa concepção é fruto da crescente internacionalização dos direitos, movimento recente, cuja essência foi o fim da Segunda Guerra Mundial, nascendo como resposta às atrocidades cometidas no conflito. O intuito precípua dessa nova leva de direitos é redesenhar o cenário internacional tendo como paradigma um referencial ético ocidental e como princípio central a dignidade da pessoa humana.

Vale dizer, no âmbito do Direito Internacional, começa a ser delineado o sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos. É como se se projetasse a vertente de um constitucionalismo global, vocacionado a proteger direitos fundamentais e limitar o poder do Estado, mediante a criação de um aparato internacional de proteção de direitos (PIOVESAN, 2006, p. 7).

Ainda nos dizeres de Piovesan (2006, p. 9), “o processo de universalização dos direitos humanos permitiu a formação de um sistema internacional de proteção destes direitos, [...] na busca da salvaguarda de parâmetros protetivos mínimos – do ‘mínimo ético irreduzível’”. Há quem diga, no entanto, que os Direitos Humanos são “[...] um outro princípio do pertencer-se coletivamente num horizonte moderno de unidade” (Sloterdijk, 1999, p. 60), utilizados como mecanismo possibilitador de uma “hiperpolítica¹¹”.

¹¹ “En todo o caso, se trata de una reflexión sobre lo actual way of life de la horda en la que la competencia es ley de supervenencia” (MARTIN-GAITERO, S/D, p. 123).

A interpretação das Nações Unidas do Desenvolvimento como direito humano foi o primeiro e o maior passo em favor da formulação de novas propostas de Desenvolvimento valorizando o “ser” ao invés do “ter” em uma referência aos imperativos do consumismo capitalista, tido como uma espécie de “obsessão” do mundo ocidental. Essas novas concepções permitem a antropocentralização no processo de desenvolvimento, isto é, desenvolver pelo homem e para o homem.

Montoro (2009, p. 29-30) apresenta-se como defensor desses “novos direitos” quando comenta sobre a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, na qual menciona-se que a crescente violação dos direitos humanos, sejam em escala social ou individual, flagrantes situações decorrentes do colonialismo, neocolonialismo, *apartheid* e similares, racismo, dominação estrangeira, ocupações, agressões e ameaças constantes à soberania de diversas nações, além das já cotidianas ameaças de guerra, contribuem para o estabelecimento de normas de fomento ao estabelecimento de condições propícias para o desenvolvimento da humanidade.

Ainda sob as reflexões do autor, o Desenvolvimento mencionado é o ponto central de uma discussão que envolve economia, sociedade, cultura e política, que visa ao incremento do bem-estar de toda a humanidade enquanto indivíduos aptos à participação ativa, livre e significativa no processo de desenvolvimento e na distribuição de seus benefícios.

A primeira Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986) possibilitou que fossem traçadas novas estratégias para assegurar a erradicação da pobreza, das desigualdades sociais, etc., e delineou novos rumos, perspectivas e conceitos acerca do desenvolvimento. A grande contribuição da referida Declaração, como já mencionado, foi a inclusão do ser humano como sujeito central do processo desenvolvimentista, sendo o protagonista desse processo e ao mesmo tempo o beneficiário direto. Nesse viés, dentre inúmeras outras importantes preocupações, a Declaração se diz inquieta com a negação de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais a qualquer ser humano, conforme se extraí do fragmento abaixo, de seu introito:

Preocupada com a existência de sérios obstáculos ao desenvolvimento, assim como à completa realização dos seres humanos e dos povos, constituídos, *inter alia*, pela negação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e considerando que todos os direitos humanos e as liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes, e que, para promover o desenvolvimento, devem ser dadas atenção igual e consideração urgente à implementação, promoção e proteção dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e que, por conseguinte, a promoção, o respeito e o gozo de certos direitos humanos e liberdades

fundamentais não podem justificar a negação de outros direitos humanos e liberdades fundamentais [...] (Res. 41/128, ONU, 1986).

O citado trecho, juntamente com artigos posteriores, inaugura a concepção dos direitos humanos elencados na Declaração Universal de 1948 enquanto direitos não somente relativos ao desenvolvimento, mas também direitos que possibilitam o desenvolvimento humano, inclusive individual. É dizer: “é direito de todo ser humano lutar pelo seu pleno desenvolvimento”.

O desenvolvimento humano complementa, assim, a realização dos direitos humanos através de uma atenção contínua às interligações entre objectivos, prioridades e compensações estratégicas. Esta força complementar do desenvolvimento humano reside na resposta a contextos diferentes e evolutivos, na identificação de barreiras ao progresso humano e oportunidades para sinergias e no estímulo de soluções locais (PNUD, 2010, p. 19).

A noção de liberdades fundamentais do homem será muito importante para a compreensão do Desenvolvimento Humano ou em Escala Humana, tal qual se defenderá a seguir. Significa dizer que nada justifica no contexto do Desenvolvimento Humano, a negativa de direitos inerentes à pessoa humana relativos às suas liberdades fundamentais, ou seja, à sua natureza enquanto ser dotado de dignidade. A liberdade fundamental pode ser compreendida, portanto, como sendo o direito essencial intrínseco à existência humana e, portanto, indisponível conforme se extraí do texto da Declaração:

Art. 1º, §1º: O direito ao desenvolvimento é um direito humano inalienável, em virtude do qual toda pessoa e todos os povos estão habilitados a participar do desenvolvimento econômico, social, cultural e político, para ele contribuir e dele desfrutar, no qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados (Res. 41/128, ONU, 1986).

Novamente a Declaração de 1986 se refere à necessidade de se ver os direitos humanos e as liberdades fundamentais desfrutados. Nesse sentido, mais que um direito, o gozo e a fruição das liberdades fundamentais do homem devem ser uma realidade e os estados, segundo o Artigo 2º, da própria Declaração, têm o dever de formular políticas nacionais adequadas para o desenvolvimento que visem ao constante aprimoramento do bem-estar de toda a população e dos indivíduos, promovendo a distribuição equitativa dos benefícios resultantes desse processo.

Sen (*apud* Piovesan, 2006, p. 11-12), concebe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas podem usufruir, sendo uma finalidade em si mesma, por meio do desenvolvimento como liberdade. Segundo ele, “a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e

de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade” (SEN, 2000, p. 18).

Na percepção apresentada, o Desenvolvimento Humano com Direito Humano constrói-se a partir das liberdades humanas, que, por sua vez, se sintetizam numa liberdade fundamental. Significa dizer que o Desenvolvimento é feito ou factível em função do ser humano e não somente de questões econômicas. Ser desenvolvido não equivale a ser rico, pois questões outras emergem a partir desta colocação. Tais reflexões permitiram, pois, a apresentação ou a introdução da temática, bem como a contextualização na presente proposta de pesquisa. Apesar disso há a necessidade de pormenorizar o Desenvolvimento Humano ou em Escala Humana para finalmente adequá-lo de modo claro e objetivo, perfeitamente ao intuito da pesquisa, que é trazê-lo à realidade das minorias de gênero.

3.2 O DESENVOLVIMENTO HUMANO: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO A PARTIR DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD

Infere-se de toda essa discussão que o Direito ao Desenvolvimento, embora considerado um direito humano, é ainda um direito em ampla discussão. Diante disso tem-se constatado uma série de percepções e propostas de um conceito único, porém, ainda inatingível. O que se tem sobre essa nova perspectiva de desenvolvimento são considerações específicas de aplicações do assunto em cada área do conhecimento.

Defende-se que, assim como os próprios Direitos Humanos, o Desenvolvimento Humano também é um constante “quimera” conceitual, isto é, por estar arraigado às necessidades humanas, tal como estas, tende a estar sempre em constante mudança. Eis o porquê da dificuldade em sintetizar uma noção de Desenvolvimento Humano que satisfaça a toda a sua complexidade. “De facto, o desenvolvimento humano é uma ideia em evolução – não um conjunto de preceitos fixos e estáticos – e, à medida que o mundo muda, as ferramentas e os conceitos analíticos evoluem” (PNUD, 2010, p. 1).

Por intermédio de um histórico conceitual apresentar-se-á a evolução da conceituação de Desenvolvimento Humano de acordo com os relatórios anuais do PNUD sobre o Desenvolvimento de 1990 a 2014.

Em 1990, o primeiro relatório anual do PNUD sobre o desenvolvimento trouxe a ideia basilar do programa como slogan: “as pessoas são a verdadeira riqueza das nações”. Essa premissa tornou-se o conceito que guiou todos os demais relatórios, que anualmente discutem uma ou mais temáticas relevantes ao período que aborda. Nessa visão, o escopo do

Desenvolvimento Humano era a satisfação das necessidades humanas básicas, acrescendo a necessidade de participação das pessoas no processo de Desenvolvimento.

No ano de 1994, o relatório anual trouxe à tona a questão da Segurança Humana, conceituando-a como liberdade em relação ao medo e liberdade em relação à necessidade, proteção às ameaças crônicas, a doença e a repressão, bem como, contra perturbações súbitas e nocivas dos padrões da vida cotidiana (PNUD, 1994, p. 22).

No relatório de 1995, o PNUD reescreveu sua premissa humanista enfocando questões de gênero, denominando o Desenvolvimento Humano como processo mediante o qual se oferece às pessoas melhores oportunidades, potencializando suas qualidades humanas. As mais importantes são: vida longa e saudável, educação, acesso aos recursos necessários para se ter uma vida decente, liberdade política, garantia dos direitos humanos e, a mais relevante de todas, o respeito a si mesmo.

Em 2010, constatou-se que de fato o mundo era um lugar melhor para se viver se comparado com 1990 e esse avanço poderia gerar reflexos no próprio habitat humano, criando e aprimorando políticas de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento humano é a ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam activamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento num planeta partilhado. As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupos (PNUD, 2010, p. 2).

Nessa edição, teve-se finalmente a comprovação científica de que o aumento expressivo na qualidade de vida humana não tem ligação significativa com o crescimento econômico, principalmente nos países subdesenvolvidos.

Um dos resultados mais surpreendentes da investigação sobre o desenvolvimento humano nos anos recentes, confirmado neste Relatório, é a inexistência de uma correlação significativa entre o crescimento económico e os melhoramentos na saúde e na educação. A nossa investigação demonstra que esta relação é particularmente fraca nos níveis baixo e médio do IDH. Isto está ligado a alterações no modo como as pessoas se tornam mais saudáveis e adquirem maior instrução. A correlação nos níveis actuais, que contrasta com a inexistência de correlação nas alterações ao longo do tempo, é um retrato que reflecte padrões históricos, já que os países que ficaram ricos foram os únicos que puderam pagar os dispendiosos avanços nas áreas da saúde e da educação. Mas os melhoramentos tecnológicos e as alterações nas estruturas sociais permitem que até os países mais pobres consigam actualmente alcançar ganhos significativos (PNUD, 2010, p. 4).

Ainda no relatório de 2010, o PNUD se viu na necessidade de atualizar mais uma vez sua concepção de Desenvolvimento Humano, contemplando aspectos como sustentabilidade,

igualdade e capacitação. Teve-se o primeiro debate acerca da equidade e suas implicações no campo do Desenvolvimento, assim como as primeiras linhas sobre felicidade e sobre o bem-estar individual, uma nova faceta do Desenvolvimento Humano, subjetiva, estimulada pela constatação de que a felicidade não é completamente explicada pelo rendimento.

Foram propostos também, no relatório de 2010, dentre outras interessantes ponderações, os três componentes do desenvolvimento humano: o *bem-estar*, a *capacitação e agência* e a *justiça*. O *bem-estar* está relacionado à expansão das liberdades, para que as pessoas possam prosperar; a *capacitação e agência* dizem respeito à geração de resultados valorativos por meio do fomento para a habilitação das pessoas e dos grupos sociais para a ação; a *justiça*, por fim, assegura a expansão da equidade, a sustentação dos resultados por longo prazo e o respeito aos direitos humanos e objetivos da sociedade. A interação mútua desses três componentes traduz-se metaforicamente na formação do Desenvolvimento Humano.

Existem três elementos das capacidades humanas, fundamentais para o Desenvolvimento Humano: i) as liberdades de processos, ou seja, a liberdade para as pessoas dirigirem suas próprias vidas, ii) as oportunidades a elas proporcionadas e iii) os princípios inerentes à justiça que definem os processos e os resultados através das populações, do tempo e do espaço. A faixa verde é o mundo partilhado, que interliga as liberdades e a sua expansão, que devem ser alcançadas dentro dos limites éticos estabelecidos pela partilha dos recursos limitados do planeta (PNUD, 2010).

Se em 2010 o Relatório Anual das Nações Unidas para o Desenvolvimento traçou as primeiras linhas sobre a equidade, em 2011 trouxe a compreensão desse conceito e sua aplicabilidade nas questões relativas ao desenvolvimento.

Inicialmente a equidade é vista, grosso modo, como sendo sinônimo de igualdade. Mas, apesar da semelhança de sentidos, a equidade possui uma conceituação bem mais complexa e extensiva que a igualdade. Em um segundo momento histórico, a equidade ganhou uma conotação de justiça distributiva, tal qual idealizada por Aristóteles (1991), de modo que evidenciava as desigualdades injustas entre as pessoas.

O pensamento contemporâneo, salienta o PNUD (2011, p. 21), sobre a equidade defende que “resultados justos são aqueles que as pessoas aceitariam ‘sob um véu de ignorância’, se não soubessem o estatuto que viriam a deter na sociedade”. A equidade é muito mais facilmente perceptível na seara do direito, que pode ser sintetizada na adaptação

de uma regra a um caso específico com o objetivo de possibilitar a justiça equitativa, isto é, o mais próximo possível do justo para ambas as partes.

Em 1979 Amartya Sen propôs que pensássemos sobre a igualdade em termos de capacidades. A igualdade não é necessária nem suficiente para a equidade. Diferentes capacidades e preferências individuais conduzem a diferentes resultados, mesmo com oportunidades e acesso a recursos idênticos. Os níveis absolutos de capacidades interessam: a desigualdade entre milionários e multimilionários é menos importante do que as desigualdades entre pobres e ricos. E as características pessoais também interessam: os grupos pobres e desfavorecidos, incluindo pessoas com deficiências mentais ou físicas, necessitam de um maior acesso aos bens e serviços públicos para alcançarem a igualdade de capacidades (PNUD, 2011, p. 21).

A equidade nessa concepção torna-se instrumento capaz de possibilitar uma igualdade não material, isto é, assegurar àqueles que por razões inerentes às suas capacidades e aptidões tenham o mesmo acesso às oportunidades e, assim como os demais, participem ativamente do processo de desenvolvimento, sendo gerenciadores de seu próprio bem-estar individual. A equidade não é sinônima de igualdade, pois está mais próxima do significado de equivalência, uma vez que revela o uso da imparcialidade para reconhecer as diferenças de cada um, fazendo da equivalência instrumento para possibilitar a igualdade, sendo o igual interpretado num sentido de equitativo. É a adaptação da regra com o intuito de deixá-la mais justa. Nos dizeres de Aristóteles (1991): “devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade”. Rousseau (2006) em clara referência a esse pensamento se manifesta acerca da igualdade como não devendo ser o empate dos graus de poder e riqueza de todas as pessoas, mas que o poder esteja acima de qualquer tipo de violência e que nunca seja exercido sem o endosso do povo e das leis. Quanto à riqueza, essa não necessariamente deve ser a regra entre os homens, mas que nenhum cidadão seja tão pobre para ser obrigado pelas circunstâncias a se vender. Em sua Oração aos Moços, Ruy Barbosa (1999), também embasado numa concepção aristotélica assim se manifestou:

A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real.

Em 2012, o Relatório Anual Sobre o Desenvolvimento do PNUD trouxe reflexões sobre a nova ordem sócio-política e econômica mundial, frisando a ascensão dos países do Sul (que outrora estavam inseridos no bloco dos países do terceiro mundo) no processo do

Desenvolvimento. Tal fator fez com que novamente fosse dedicada à discussão da equidade uma boa parte do relatório, no qual se frisou:

Uma componente essencial do desenvolvimento humano é a equidade. Toda a pessoa tem o direito a viver uma vida plena de acordo com seus próprios valores e aspirações. Ninguém deve ser condenado a uma vida curta ou a ser miserável, por ter nascido na classe ou no país “errados”, no grupo étnico ou raça “errados”, ou com o género “errado”. A desigualdade reduz o ritmo de desenvolvimento humano e, nalguns casos, pode inclusivamente impedi-lo por completo (PNUD, 2012, p. 3).

Em 2013, uma política de reforço à equidade se firmou a partir desse relatório no estudo do Desenvolvimento Humano, trazendo como uma de suas diretrizes o aumento da equidade entre os gêneros, dado o seu caráter de essencialidade para o processo de Desenvolvimento.

Finalmente no Relatório Anual de 2014 o PNUD tem como diretriz para o Desenvolvimento Humano fomentá-lo, diminuindo as vulnerabilidades. Para isso, o órgão das Nações Unidas desenvolveu o conceito de *vulnerabilidade* e suas correlações com a temática desenvolvimentista, partindo do princípio de que não se pode ter a plena consciência do progresso do Desenvolvimento Humano sem explorar e avaliar a questão das vulnerabilidades humanas.

O conceito de vulnerabilidade adotado pelo PNUD, na acepção desenvolvimentista, é mais amplo que o conceito literal, enfatizando as estreitas relações entre a redução da vulnerabilidade e o fomento ao Desenvolvimento Humano. Dessa forma, entende-se por *vulnerabilidade humana* a descrição da possibilidade de deterioração das capacidades e opções das pessoas, ou seja, sua liberdade fundamental.

No relatório de 2014, se argumenta em favor da crescente necessidade de melhorar de maneira perene e sustentável as capacidades dos indivíduos e das sociedades com o fim de reduzir as vulnerabilidades, muitas já estruturadas e interligadas ao ciclo de vida das pessoas. Desta feita o progresso do Desenvolvimento Humano deve ser esculpido pelo fomento de sua resiliência para garantir a solidez das opções, atuais e futuras, das pessoas e sua capacidade de autodeterminação.

Existem três grupos principais de pessoas consideradas vulneráveis. O primeiro constitui uma minoria social, tais como os pobres e os trabalhadores informais, suscetíveis às crises econômicas e sanitárias por terem suas capacidades (político-econômicas) limitadas. O segundo grupo constitui-se das minorias de gênero, dos deficientes, dos migrantes e dos improdutivos do ponto de vista capitalista, passíveis de sofrerem com os desastres naturais, as mudanças climáticas e os perigos oriundos das atividades industriais por estarem localizados

em lugares desestruturados socialmente, pela posição social que ocupam e pelas condições de vida. O terceiro e último grupo compõe-se de comunidades e regiões consideradas vulneráveis por serem suscetíveis a conflitos políticos e civis em decorrência da sua pouca coesão social, das falhas de suas instituições políticas e da deficiência de governança.

Pela política de combate às vulnerabilidades e promoção da resiliência “devem-se prevenir as ameaças, promover as capacidades humanas e proteger as pessoas, especialmente as mais vulneráveis¹²” (PNUD, 2014, p. 7).

Diante de vinte e quatro anos de periodização do Relatório Anual das Nações Unidas para o Desenvolvimento, pelo PNUD, pode-se perceber que o conceito inicial de Desenvolvimento Humano vem sendo quase que anualmente aprimorado, modificado em decorrência dos anseios sociais globais, incorporando-os à sua própria definição, sempre que pertinentes. Historicamente, os Estados Unidos da América vêm fazendo oposição às novas regras do Desenvolvimento e às novas concepções de Desenvolvimento Humano emergentes.

Notadamente, inúmeros estudiosos propuseram novas percepções acerca do Desenvolvimento Humano. No entanto, dada a impossibilidade de apresentar todas, optou-se aqui por discutir aquela que mais se adapta à proposta inicial da pesquisa, isto é, de apresentar o Desenvolvimento Humano sob a ótica das minorias. Essa teoria é chamada de Desenvolvimento em Escala Humana, formulada por Elizalde, Max-Neef e Hopenhayn em 1986.

3.3 O DESENVOLVIMENTO EM ESCALA HUMANA

No final do século XX, em um contexto da intensificação das desigualdades sociais, do início da queda do regime soviético, da nova onda de globalização, da profunda crise na América Latina e dos temores do gênero humano sobre o destino do planeta, surgiu uma das teorias mais interessantes que visavam à propositura de novas possibilidades para o Desenvolvimento – o Desenvolvimento Em Escala Humana, formulado por três estudiosos chilenos, ligados à CEPAUR (Centro de Estudos e Promoção de Assuntos Urbanos). Esses três autores são Antonio Elizalde, Manfred Max-Neef e Martín Hopenhayn, que, em 1986, conceberam *Desarollo a Escala Humana: Uma opción para el futuro*, publicação inicial que

¹² Tradução livre do espanhol: “[...] deberían prevenir las amenazas, promover las capacidades y proteger a las personas, especialmente a las más vulnerables”.

apresentou ao mundo suas considerações sobre uma nova proposta de Desenvolvimento Humano.

Essa nova proposta para o Desenvolvimento tem como ponto de partida a teoria das necessidades humanas fundamentais e concebe o Desenvolvimento como forma de romper radicalmente com as visões dominantes que lidavam com o Desenvolvimento como análogo ao crescimento econômico, disseminar a democracia, de modo a promover a autodeterminação das pessoas habilitando-as a serem protagonistas de suas próprias histórias.

Este trabajo propone, como perspectiva que permita abrir nuevas líneas de acción, un Desarrollo a Escala Humana. Tal desarrollo se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crecientes de auto-dependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y de la sociedad civil con el Estado. [...] Pero para servir su propósito sustentador deben, a su vez, apoyarse sobre una base sólida. Esa base se construye a partir del protagonismo real de las personas, como consecuencia de privilegiar tanto la diversidad como la autonomía de espacios en que el protagonismo sea realmente posible (MAX-NEEF, 1993, p. 30).

A referida teoria se funda no tema das necessidades humanas, um sistema formado por subsistema, que, nos dizeres de Elizalde (2003, p. 59-60), são: “el subsistema de las necesidades, el subsistema de los satisfactores y el subsistema de los bienes” que se afetam mutuamente dentro do sistema maior.

O primeiro desses subsistemas, as necessidades humanas, ainda nos dizeres de Elizalde (2003), incluem a interioridade do ser humano, isto é, estão arraigadas no interior do ser e somente podem ser vivenciadas de formas subjetiva, pessoal. Não se trata, no entanto, de individualidades, pois constituem o ser humano, sendo peculiares à natureza do homem, de modo que todas as vezes que se falar em natureza humana se falará, consequentemente, do subsistema das necessidades. As necessidade são fundamentais e inerentes ao gênero humano, imutáveis, mesmo por sua vontade, razão pela qual são consideradas universais, ou seja, partilhadas por todos os seres humanos, independentemente da cultura, ou do momento histórico vivido.

O segundo subsistema apontado pelo autor são os satisfactores, neologismo, que, ao contrário do subsistema das necessidades humanas, se modificam ao longo da história e com a variedade de culturas. São, portanto, os motivos pelos quais se dá conta das necessidades humanas. Cada cultura, cada sociedade, cada circunstância histórica busca e configura da melhor maneira possível as formas de atualização das necessidades de seus membros. “Sin embargo en cuanto formas de hacer las cosas, los satisfactores por una parte son inmateriales

y por otra parte constituyen la interfaz entre lo que es la exterioridad y la interioridad, entre los bienes y las necesidades fundamentales” (Elizalde, 2003, p. 60-61).

O último subsistema, o dos bens, constitui-se dos artefatos materiais da cultura e são essencialmente frutos da exterioridade do homem. São os objetos, as coisas que potencializam a capacidade dos satisfatores para poderem dar conta das necessidades humanas. Os bens, aqui, não são meros subterfúgios do consumismo, são instrumentos aptos a auxiliarem os satisfatores em sua função precípua. Nessa perspectiva consideram-se bens tudo aquilo que é produzido na exterioridade do homem, “fuera de nuestra propia piel” (ELIZALDE, 2003, p. 61).

Esses bens devem ter sempre peso entrópico, mantendo-se dentro de um limite que não se deve transgredir, sob pena de, em algum momento, atingir uma quantidade tal que vai além da satisfação de necessidades, tornando-se resíduo, um conjunto de desperdícios, fomentado indiretamente pelos processos econômicos e sendo um dos primeiros sinais do crescimento desordenado. Esse fenômeno está contido numa ideologia de escassez, na qual somente terá importância, quando alguns bens estiverem a beira da escassez absoluta.

Para Elizalde (2000) nossa visão do mundo está dominada pela ideologia da escassez, ou seja, como alguns recursos (os econômicos) são escassos e limitados, tendemos a ver todos os recursos como limitados e temos feito invisíveis aqueles que são abundantes. Nossa cosmovisão, ancorada na escassez, os faz invisíveis, é dizer que a visão “economicista” das coisas, predominante na humanidade contemporânea, invisibiliza os recursos abundantes, preconizando os escassos agregando-os demasiado valor econômico. Isso quer dizer que somente os valorizaremos quando escassos forem. É a oposição entre os princípios do capitalismo e os da sustentabilidade

As necessidades, os satisfatores e os bens econômicos têm uma inter-relação permanente e dinâmica. Segundo Max-Neef (1993, p. 56-57), entre eles desencadeia-se uma verdadeira dialética histórica, pois, se por um lado os bens econômicos têm a capacidade de afetar a eficiência dos satisfatores, estes, por sua vez, determinarão a idealização, criação e construção daqueles. Os satisfatores possuem a capacidade de se construir e se desconstruir dentro de uma matriz que ordena as necessidades em duas categorias, as necessidades existenciais e as necessidades axiológicas de subsistência. As primeiras são: ser, ter, fazer e estar. As segundas são: proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade, e liberdade. O estudo das necessidades humanas é primordial para os objetivos da pesquisa, razão pela qual o assunto será discutido em item próprio.

Quanto aos satisfatores, para Max-Neeff (1993) estes podem ter diversas características que abrem um grande leque de possibilidades, distinguíveis em cinco grupos tipos básicos, quais sejam: satisfatores violadores ou destrutivos, os pseudossatisfatores, os satisfatores inibidores, satisfatores singulares e os satisfatores sinérgicos.

Os satisfatores violadores ou destrutivos possuem efeitos paradoxais, pois, em sendo aplicados com intenção de satisfazer uma necessidade, não somente aniquilam a possibilidade de sua satisfação num prazo mediato como também impossibilitam, pelos seus efeitos colaterais a satisfação de necessidades outras. Um exemplo disso é a satisfação da necessidade de proteção por meio do armamentismo, que impossibilita a necessidade de participação, liberdade, etc.

Os pseudossatisfatores são assim chamados por proporcionarem uma falsa sensação de satisfação de uma necessidade. São exemplos disso a satisfação da necessidade de identidade ou pertencimento pela adoção de símbolos de *status* ou modismos, ou a satisfação da necessidade de afeto por meio da prostituição. A relação causa-efeito, aparentemente satisfaz a necessidade, porém é por demais mediata e tênue, não cumprindo sua função satisfatória de fato.

Os satisfatores inibidores são aqueles que, pela maneira com que satisfazem uma necessidade, dificultam a possibilidade de satisfação de outras. Um exemplo é a satisfação da necessidade de proteção por meio do paternalismo que inibe a satisfação de necessidades como o entendimento, a participação, a liberdade e a identidade.

O próximo grupo de satisfatores são os singulares, que são aptos a satisfazer somente a necessidade, sendo, no entanto, neutro em relação às outras. Um exemplo é o voto, satisfator da necessidade de participação, mas que em nada influí na satisfação de outras necessidades.

Por último, têm-se os satisfatores sinérgicos, que são aqueles cuja forma com que satisfazem uma necessidade estimulam e contribuem para a satisfação simultânea de outras. Um exemplo é a amamentação, que satisfaz de imediato a necessidade de subsistência do bebê, mas simultaneamente o faz também em relação às suas necessidades de proteção, afeto e identidade.

Toda essa dinâmica entre necessidades humanas, satisfatores e bens econômicos, converge para a necessidade de uma compreensão estratégica acerca do tema. Para Elizalde (2000), enquanto um satisfator é em sentido último o modo pelo qual se expressa uma necessidade, os bens econômicos são o meio pelo qual o sujeito potencializa os satisfatores para vivenciar as suas necessidades. Quando os meios de produção e consumo conduzem à

compreensão dos bens como um fim em si mesmo (ideologia do “ter”) a falsa satisfação compromete e vivência plena da satisfação de uma necessidade, criando-se, consequentemente, uma sociedade alienada, em busca de uma produtividade sem sentido, “la vida se pone, entonces, al servicio de los artefactos en vez de los artefactos al servicio de la vida” (ELIZALDE, 2000, p. 56).

No ano de 2010, uma pesquisadora equatoriana chamada Catherine Walsh, ao aprofundar seus conhecimentos sobre o Desenvolvimento em Escala Humana e aplicando-os a uma ideologia de “bem-viver”, sintetizou novas interpretações acerca da questão humanista do Desenvolvimento. Suas considerações enriqueceram ainda mais a compreensão do assunto. É possível dizer que Walsh (2010) aprimorou o entendimento do Desenvolvimento em Escala Humana, formulando a questão do Desenvolvimento Humano Social, por meio de uma concepção de Desenvolvimento como *“buen vivir”*, traduzido livremente como “bem-viver”, ideologia que busca construir uma nova forma de coexistência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza.

Em seu sentido mais geral, *buen vivir* denota, organiza e constrói um sistema de conhecimento e vida baseado na comunhão dos homens com a natureza e na totalidade espacial-temporal-harmoniosa da existência. Ou seja, na interrelação necessária entre seres, conhecimentos, lógicas e racionalidades de pensamento, ação, existência e vida. Essa noção é parte e parcela da cosmovisão, cosmologia ou filosofia dos povos indígenas de Abya Yala, mas também, e de modo um pouco diferente, dos descendentes da Diáspora Africana (WALSH, 2010, p. 29).

Enquanto política desenvolvimentista o *“buen vivir”* permite uma oportunidade de construir coletivamente um novo modelo de desenvolvimento embasado no fomento do equilíbrio entre qualidade de vida, democratização do estado e atenção especial a questões biocêntricas, construindo uma relação integral entre seres, saberes e natureza.

O objetivo dessa nova percepção do Desenvolvimento é a formulação de uma nova sociedade, igualitária, fraterna, solidária, autocomplementar, participativa, social e responsável projetando-se num novo modelo socioeconômico e ambiental que se afasta do capitalismo. *“Buen vivir”* procura a satisfação das necessidades humanas, atingir a qualidade de vida e uma morte digna, “o florescer saudável de todos” (WALSH, 2010, p.30).

O Desenvolvimento em Escala Humana, bem como o Desenvolvimento Humano Social, ou *“Buen vivir”*, buscam, por meio da satisfação das necessidades humanas, promover o desabrochar das capacidades do homem enquanto ser dotado de consciência, para ser protagonista de seu próprio processo desenvolvimentista e potencializar suas capacidades humanas. Entende-se essa proposta como meio apto para se chegar à liberdade fundamental,

que é justamente a possibilidade do ser humano de ter escolhas e fazê-las de acordo com seus anseios éticos e sociais. Trata-se de uma forma de autodeterminação pautada na satisfação das necessidades básicas do ser, como se discutirá a seguir.

3.4 AS NECESSIDADES HUMANAS

Uma política voltada para um Desenvolvimento alternativo, que centraliza o homem no processo desenvolvimentista, é, para Max-Neef (1993), uma política voltada para a satisfação das necessidades humanas em sentido amplo, transcendente à racionalidade econômica dominante, pois esta compromete o ser humano em sua totalidade. “*Las relaciones que se establecen – y que pueden establecerse – entre necesidades y sus satisfactores, hacen posible construir una filosofía y una política de desarrollo auténticamente humanista*” (MAX-NEEF, 1993, p. 49).

Ainda segundo o autor, as necessidades humanas revelam a face mais convincente do ser das pessoas, porque é palpável em sua condição existencial. Se se quiser avaliar um meio social em função das necessidades humanas é preciso examinar em que medida o meio reprime, tolera, ou estimula, que as possibilidades disponíveis ou dominantes sejam recriadas e ampliadas pelos próprios indivíduos ou grupos que o compõem.

A construção de um Desenvolvimento humanista exige a compreensão da dialética entre necessidades, satisfatores e bens econômicos para pensar formas de organização econômica em que os bens potencializem os satisfatores para as vivências das necessidades em sua plenitude.

Para o PNUD (1995), as oportunidades humanas (aqui compreendidas também como necessidades, pois ambas são requisitos para o Desenvolvimento Humano) eram, dentre outras, a vida prolongada e saudável, a educação, o acesso aos recursos necessários para uma vida digna, a liberdade política, a garantia dos direitos humanos e o respeito a si mesmo.

Já Elizalde (2000) defendia a existência de nove necessidades humanas básicas, quais sejam: subsistência, proteção, afeto, entendimento, criação, participação, ócio, identidade e liberdade e, para cada uma delas existe um satisfator. Para o autor não existe nenhuma necessidade de menor categoria que as demais.

Walsh (2010) entende que a possibilidade do desenvolvimento não repousa na sociedade em si, mas, sim, nos indivíduos que a compõem. O desenvolvimento depende da forma com que as pessoas assumem suas vidas. Quando os indivíduos têm o controle de suas

vidas, atuando sobre suas condições de vida, então tem-se desenvolvimento. É o que se entende por “protagonismo de si mesmo”, neologismo que deve ser compreendido como a síntese da liberdade humana fundamental. É a capacidade individual do homem de poder autodeterminar-se, cabendo ao Estado, portanto, apenas proporcionar-lhe os meios para isso, por intermédio da satisfação das demais necessidades: a liberdade, a saúde e a educação.

No contexto humanista de Desenvolvimento comprehende-se que as necessidades humanas têm caráter universalista, porém a forma com que os satisfatores se manifestam varia em cada sociedade, cultura ou grupo social, razão pela qual se defende que políticas desenvolvimentistas devem ser idealizadas do micro para o macro, ou seja, do indivíduo humano para a sociedade. Apesar disso algumas características das necessidades humanas também têm caráter universal, atingindo qualquer ser humano, independentemente do tempo e do lugar que se encontrem. Max-Neef (1993, p. 48) assim as enumera:

- a) cualquier necesidad humana fundamental no satisfecha de manera adecuada produce una patología; b) hasta el momento, se han desarrollado tratamientos para combatir patologías individuales o de pequeños grupos; c) hoy en día, nos vemos enfrentados a una cantidad de patologías colectivas que aumentan de manera alarmante, para las cuales los tratamientos aplicados han resultado ineficaces; d) para una mejor comprensión de estas patologías colectivas es preciso establecer las necesarias transdisciplinariedades.

Diante deste pensamento é de se ponderar que a não satisfação plena das necessidades humanas geram patologias individuais e coletivas. Partindo dessa premissa, pode-se deduzir também que a forma de se evitar uma patologização em massa da humanidade, que porventura já vem acontecendo em alguns nichos sociais é, justamente, possibilitando a fruição pelo homem das liberdades humanas e de seus direitos humanos e sociais, ou seja, possibilitando uma vida com qualidade, requisito presente (implícita e explicitamente) em todas as teorias de Desenvolvimento Humano abordadas, desde os conceitos do PNUD, do Desenvolvimento em Escala Humana e do Desenvolvimento Humano Social “*buen vivir*”. Nesse sentido, Marques (2013) já define o Desenvolvimento em Escala Humana e uma vida humana qualitativa, com base na dignidade, como exigências do século XXI.

3.5 QUALIDADE DE VIDA

Conforme se viu as novas perspectivas de Desenvolvimento têm por base o melhoramento da qualidade de vida, o respeito às diversidades e ao princípio da dignidade da

pessoa humana. Nas palavras de Elizalde, Max-Neef e Hopenhayn (2010, p.37) “esta otra racionalidad se orienta por el mejoramiento de la calidad de vida de la población y se sustenta en el respeto a la diversidad y en la renuncia a convertir a las personas en instrumentos de otras personas y a los países en instrumentos de otros países”. Essa colocação faz surgir novos questionamentos acerca do Desenvolvimento em Escala Humana, qual seja: o que é qualidade de vida? Os mencionados autores assim respondem: “La calidad de vida dependerá de las posibilidades que tengan las personas de satisfacer adecuadamente sus necesidades humanas fundamentales” (2010, p. 16).

Percebe-se, por conseguinte, que a adequada satisfação das necessidades humanas é o pré-requisito para uma vida com qualidade. Sob tal requisito é prudente afirmar que qualidade de vida é um assunto muito debatido na contemporaneidade e que não se tem um consenso a respeito da temática; tem-se, sim, uma série de estudos voltados para diferentes áreas do conhecimento, nos quais foi aprofundado um conceito específico para cada uma delas.

Para (Barbosa, 1998), por exemplo, a qualidade de vida é obtida a partir de elementos objetivos (sociais) e subjetivos, baseados na percepção que os indivíduos constroem em seu meio. Segundo Almeida, Gutiérrez e Marques (2012, p. 15), “identificam-na em relação ora à saúde, ora à moradia, ao lazer, aos hábitos de atividade física e alimentação, mas o fato é que essa forma de saber afirma falando que todos esses fatores levam a uma percepção positiva de bem-estar”.

Walsh (2010, p. 29) entende a qualidade de vida como a possibilidade de satisfação das necessidades básicas. Está interligada ao bem-estar individual, de acordo com categorias ontológicas (ser, ter, fazer) e axiológicas (subsistência, compreensão, afeto, participação, etc.). É responsabilidade do indivíduo conseguir esse “bem-estar”.

Nesse contexto entende-se que “bem-estar” é uma percepção de mundo, baseada em subjetividades formadas a partir das significações que o indivíduo tem daquilo que lhe é bom, afável, agradável, etc. Esse conjunto de significações está apto a permitir ao homem autodeterminar-se “feliz”, encaixando-se como elemento subjetivo da qualidade de vida. É importante frisar que essas significações em algum momento se equivalem aos satisfatores das necessidades humanas que, como já foi demonstrado, proporcionam a sensação de “bem-estar”, de satisfação ou análogos.

Para Siqueira e Padovam (2008, p. 202), é possível relatar um adequado nível de bem-estar quando o indivíduo reconhece a manutenção de um nível elevado de satisfação com

a vida, alta frequência de experiências emocionais positivas e em contrapartida, baixa frequência de experiências emocionais negativas. Para os autores, o bem-estar, enquanto percepção subjetiva, tornou-se um importante indicador de qualidade de vida. Esse jogo de anseios e satisfações não deve ser entendido como meros estados psicológicos, ou patológicos, dos indivíduos, mas como instrumentos aptos a diferenciar os níveis de bem-estar que as pessoas conseguem alcançar em suas vidas (Diener *apud* Siqueira e Padovam, 2008, p. 202).

Sob tais prerrogativas defende-se que a noção real de qualidade de vida somente pode ser obtida a partir de percepções subjetivas em desfavor de elementos objetivos. Tal afirmação é possível partindo-se da compreensão de que os satisfatores das necessidades humanas são mutáveis, adequáveis à realidade individual de cada pessoa, sendo somente ela própria capaz de descrever o que lhe proporciona o bem-estar. Nesse viés o único pré-requisito universal que se pode verificar para a fruição do bem-estar individual é, justamente, a aptidão do ser humano de autodeterminar-se, pautando-se nas liberdades humanas e na possibilidade de satisfação apropriada de suas necessidades humanas.

A compreensão de uma qualidade de vida com base em subjetividades é bastante sólida, uma vez que, já em 1995, a Organização Mundial da Saúde (OMS) entendia que a qualidade de vida é a percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.

Minayo *et al.* (2000) também entende a qualidade de vida de um ponto de vista social, como sendo uma noção primordialmente humana, que se aproxima do grau de satisfação encontrado na vida do indivíduo.

Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural (MINAYO, 2000, p. 10).

Almeida, Gutiérrez e Marques (2012, p. 19), em comentário à visão de Minayo, salientam que, apesar de ser uma visão social (aparentemente compreendendo a qualidade de vida de um ponto de vista objetivo), esbarra numa compreensão do termo que considera questões subjetivas, tais como: bem-estar, satisfação nas relações sociais e relatividade cultural. Segundo os autores, esse entendimento depende da carga de conhecimento individual

do ambiente em que se está inserido e das expectativas próprias em relação ao conforto e ao bem-estar.

Ainda segundo Almeida, Gutiérrez e Marques (2012, p. 21), não é possível uma análise da qualidade de vida sob o viés subjetivo sem levar em consideração, também, algumas variáveis históricas, sociais, culturais e de interpretação individual sobre as condições de bens materiais e de serviços disponíveis ao sujeito. Isso foge a uma caracterização objetiva, pois não se busca apenas identificar níveis de vida, mas adentrar-se na esfera individual, comunicando-se com fatores emocionais, expectativas e possibilidades dos indivíduos, ou grupos, em relação às suas próprias realizações e percepções acerca de sua própria vida, levando em consideração, inclusive, questões imensuráveis, como felicidade e prazer de viver.

Para Walsh (2010, p. 29) a possibilidade de desenvolvimento não repousa na sociedade em si, mas nos indivíduos. Não se relaciona, também, com a transformação das instituições e das estruturas sociais, mas depende da maneira com que as pessoas, especialmente os pobres, assumem suas vidas. A partir do momento que os indivíduos detêm o controle de suas próprias vidas, atuando sobre suas condições de vida, tem-se o desenvolvimento e o progresso social. Para a autora, o indivíduo e a qualidade de vida formam um princípio binomial, que é sustentado por quatro critérios-chave: a liberdade, a autonomia, a coexistência e a inclusão social.

Ainda na perspectiva desta autora, os dois primeiros critérios encorajam a ação individual, a força de vontade, a autodeterminação, que são liberdades humanas, metas do desenvolvimento, assim como os meios que as possibilitam. A inclusão social e a coexistência são, por sua vez, complementos dos primeiros e permitem ligar a autonomia e liberdade individuais ao social.

Diante de tais ponderações, é possível concluir que a qualidade de vida, compreendida como requisito para o Desenvolvimento deve estar embasada nas particularidades de cada indivíduo e suas próprias percepções acerca do “bem-estar”. Tais percepções devem ser, por sua vez, concebidas num contexto favorável ao próprio indivíduo, ou seja, num ambiente onde lhes sejam asseguradas as condições necessárias para o exercício de suas liberdades humanas. Há a necessidade de um contexto socialmente construído a partir da liberdade, da autonomia, da coexistência e da inclusão social, de modo a assegurar ao indivíduo a possibilidade de ser protagonista de sua própria história, gestor de suas próprias condições de vida e sem riscos para esse exercício. Esse contexto favorável é factível a partir

da igualdade de oportunidades, de boas condições sócio-político-econômicas e também, culturais.

Para finalizar tais reflexões um exemplo deve ser citado, que é o papel social/institucionalizado da mulher, no qual, segundo Rodrigues (*apud* Marques, 2013), não há mulher que se sinta bem em seu papel de mulher quando comparado ao papel do homem. Inclusive as mulheres que não tiveram uma educação tradicional, que estudam e trabalham, que têm independência econômica, sentem que não tiveram e não têm oportunidades iguais às dos homens. Essa disparidade é um empecilho cultural para a fruição do “bem-estar”, da qualidade de vida, das liberdades humanas e, consequentemente, do Desenvolvimento em Escala Humana dessas mulheres.

4 MINORIAS DE GÊNERO E HETERONORMATIVIDADE: UMA HEGEMONIA DA VISÃO BINARISTA DA SEXUALIDADE HUMANA

Ao se eleger o preconceito dispensado às minorias de gênero em contexto de desenvolvimento humano como alvo investigativo imediatamente surgiu a necessidade de se debruçar sobre as questões de gênero, com o intuito de elucidar e trazer à tona a temática, promovendo também a vaporização do conhecimento sobre esse assunto, praticamente ignorado pelo senso comum. O presente capítulo, portanto, aborda as questões de gênero sob um prisma interdisciplinar, além de trazer diversos aspectos sobre as minorias e sua formação, por meio de conhecimentos fornecidos pelas ciências humanas e sociais, em especial a sociologia, a história, a filosofia e o direito.

4.1 O PORQUÊ DE “HEGEMONIA”

A opção pelo uso da expressão “hegemonia” se deu após algumas reflexões sobre a possibilidade de se fazer uso de um conceito formulado pela vertente de pensamento marxista-ocidental contextualizando-o não somente à luta de classes, mas também, à luta de grupos sociais por novos direitos em um contexto sociopolítico configurado para a manutenção de seus status de “socialmente marginalizados”, como é o caso das minorias de gênero em uma sociedade edificada sobre bases heteronormativizadas. Desse modo, entendeu-se por bem utilizar o conceito gramsciano de hegemonia, fazendo as adequações indispensáveis de sua abrangência ao presente contexto, sem que com isso fosse prejudicada a sua compreensão. Vale ressaltar que este espaço é usado apenas para justificar a compreensão da heteronormatividade como uma espécie de hegemonia da visão binarista da sexualidade humana, não tendo como pretensão estender as concepções de Gramsci às discussões sobre gênero propriamente ditas, reconhecendo-se, nesse sentido, os limites de seu conceito.

Para Gramsci (2002), hegemonia é o domínio ou a direção de uma classe social sobre as outras. No entanto, será utilizada em primeiro plano a perspectiva de Cox (1999) sobre o conceito, o que permite a compreensão da hegemonia gramsciana não apenas como de uma nação sobre outra, mas de classes sobre outras, ou, ainda, grupos sociais sobre outros, não reduzindo o conceito à dimensão ideológica, pelo contrário, articulando-o às dimensões sociais, econômicas e políticas. Nesse sentido, Zizek (1999) salienta que o conceito de hegemonia é o centro do pensamento de Gramsci sobre a política e ideologia. Para este autor,

Hegemonia é entendida por Gramsci, portanto, como a organização do consentimento, que são os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem o recurso da violência ou da coerção, não estando claro, segundo o autor, se Gramsci usa a hegemonia para se referir unicamente aos aspectos não coercitivos da organização do consentimento ou se faz uso da expressão para explorar a relação entre as formas coercitivas e não coercitivas de obtenção do consentimento.

Gramsci (2002) reflete que é comum um grupo social que se encontra em situação de subordinação em relação a outro grupo social adotar as concepções de mundo do dominante, mesmo que estas contradigam sua atividade prática. Para o autor, essa concepção impõe resulta num contraste entre o pensar e o agir e na coexistência de duas concepções de mundo que se manifestam nas palavras e na ação efetiva.

Nesse contexto, a consciência crítica é obtida por meio da disputa de hegemonias contrastantes, no campo da ética em primeiro lugar, na política em segundo, por fim culminando numa elaboração superior de uma concepção do real que permite sob a intervenção de um elemento complexo determinado pelo desenvolvimento histórico a conglomeração de uma “vontade coletiva” que tende a se tornar universal e total. A ampliação da base de dominação por intermédio de alianças e conquista de outros grupos pelo consenso são os fundamentos para o estabelecimento da hegemonia (ALVES, 2010).

A hegemonia não deve ser compreendida como uma relação de subordinação direta ao grupo hegemônico, mas como um “jogo de interesses” no qual o grupo hegemônico estabelece relações de compromisso com o grupo hegemonizado, levando-o a enxergar que sacrifícios por parte do grupo dominante serão feitos em prol da manutenção da hegemonia. No entanto, tais sacrifícios nunca envolverão de fato os aspectos essenciais do grupo hegemônico (GRAMSCI, 2002).

Para Gramsci a hegemonia se dá de duas formas: pelo domínio e pela direção intelectual e moral. Segundo ele, um grupo social domina outros grupos visando à liquidação ou submissão (inclusive pela força, se necessário) dos grupos contrários e à direção dos grupos aliados e afins (Alves, 2010). É justamente aqui que se encontra a razão de uma “hegemonia da ideia binarista da sexualidade humana”: a heteronormatividade. Com o tempo, um consenso se construiu e ainda se constrói sobre o assunto, de modo que, como diria Gramsci (2000): o grupo hegemônico (heteronormativo, heterosexual, falocentrista, machista, etc.), constituído nessa variante de pensamento especialmente por instituições como a família, o Estado e a Igreja, vai “negociando” com o grupo hegemonizado, ou seja, com os diferentes, que estão nessa análise representados pelas minorias de gênero, aparentando

consentir-lhes certos direitos, porém nada que de fato possibilite uma mudança na estrutura social. É algo característico da hegemonia gramsciana a impossibilidade do grupo hegemonizado ascender à direção da estrutura hegemônica, sendo este tolerado, bem quisto até, desde que em seu lugar de “dominado”.

Nesse trabalho é defendida a ideia de que a manifestação da hegemonia pela direção intelectual e moral, ou seja, pelo discurso, se impõe pela maioria heteronormativizada em relação às minorias de gênero. Para subsidiar tal pensamento, serão apresentados nos itens seguintes argumentos históricos e sociológicos que o possibilitam enquanto teoria. Por fim, entende-se que como referência às sexualidades não heteronormativas ou heterossexistas se deve utilizar a expressão “não-hegemônicas”, expressão que, segundo Miskolci (2009), é utilizada nos estudos *queer*.

4.2 CONCEPÇÕES SOBRE MINORIAS E SUA FORMAÇÃO

A respeito das minorias e sua formação é válido mencionar que estão sempre ligadas a temáticas como relações de poder, preconceito e seus congêneres. Nesse sentido, a marginalização é um fenômeno historicamente muito presente nas sociedades humanas desde seus primórdios, isto porque o ser humano é dotado de uma extraordinária aptidão para inventar diferentes modos de vida e formas de organização social. As diferenças entre culturas fazem nascer diferenças também entre os homens, mas também permitem reconhecer algo comum a todos: a extraordinária capacidade de elaborar costumes, crenças, línguas, instituições, modos de conhecimento, que apontam para uma humanidade plural (LAPLATINE, 2006, p. 21-22).

Essa pluralidade, esse dinamismo e essa diversidade que caracterizam o gênero humano dão margem também a diferentes reações quando defrontados ou quando comparados. Um exemplo ilustrativo disso é o episódio da Torre de Babel (Gênesis, 11, 1-9), formulado por Sloterdijk (1999, p. 11-13). A catástrofe descreve a cena original da perda de consenso entre os homens. A dispersão e a pluralidade da espécie humana aparecem à luz desse relato bíblico como resultado de uma intervenção divina contra o poder da humanidade unida. A humanidade em Babel aparece como a espécie metafisicamente virulenta, que deve ser humilhada com a queda da pluralidade. A dispersão é motivada como uma medida antimimética (ato de tornar-se dessemelhante, ou seja, tornar-se diferente), uma “castração política”, cita o autor. O fracasso da Torre estabelece a ausência da unidade humana como

decreto divino, algo como “Deus não queria o Consenso, Unidade”, pois uma humanidade “toda poderosa” é capaz e erigir um conflito com um Deus “todo poderoso”.

No Novo Testamento, mais precisamente em *Atos dos Apóstolos*, na narrativa de Pentecostes (Atos, 2, 1-11), o consenso é recriado na fé em Deus, por meio de um “dom de línguas” trazido pelo Espírito Santo. Na passagem Pedro tem uma visão que dizia que aqueles que por Deus fossem purificados não deveriam ser recusados, independentemente da origem. Esse sinal é visto com um propósito inverso do evento ocorrido na Torre de Babel e, por isso, as diferentes línguas tornaram-se inteligíveis entre si. Novamente o Deus “todo-poderoso” reafirma sua condição de “Unidade” dos seres humanos por meio da fé.

Laplatine (2006) traz outro exemplo das possibilidades humanas de encarar o diverso, o diferente, quando identificou duas reações no homem europeu nas suas descobertas, na época das grandes navegações: o fascínio pelo estranho e a recusa pelo estranho. A primeira consiste no enaltecimento da cultura das sociedades ditas primitivas e a censura da cultura europeia, enquanto que a segunda, consiste na censura e exclusão de tudo que é avesso à cultura europeia.

A fascinação pelo estranho implica em contrapor a figura do bom selvagem¹³ à do mau civilizado. Nesse sentido, as seguintes manifestações e relatos de historiadores, religiosos e viajantes: a) Las Casas: esse dominicano, em 1550, opõe-se à classificação dos índios como bárbaros, afirmado que eles têm aldeias, vilas, cidades, reis, senhores e uma ordem política que em alguns reinos é melhor que a dos europeus; b) Américo Vespúcio: sobre os índios da América afirma que se trata de pessoas bonitas, de corpo elegante e que nenhum possui qualquer coisa que seja seu, pois tudo é colocado em comum; c) Cristóvão Colombo: sobre os habitantes do Caribe afirma que não há no mundo homens e mulheres nem terra melhor; d) La Hotan: em 1703 escreve que os hurons vivem sem prisões e sem tortura, passam a vida na docura, na tranquilidade e gozam de uma felicidade desconhecida dos europeus (LAPLATINE, 2006, p. 38-53).

Bartolomé de Las Casas, considerado o primeiro defensor dos direitos humanos em solo latino-americano, utilizou-se das ideias de Francisco de Vitória, primeiro representante da Escola Filosófica de Salamanca que, partindo da exegese das filosofias aristotélica e de Tomás de Aquino, definiu uma nova ordem internacional que consistia na limitação do poder

¹³ Laplatine (2006) entende que a fascinação pelo estranho está condicionada à concepção de que os povos extraeuropeus eram bons por natureza ou pelo menos frágeis face ao poderio bélico europeu. Quem dissemina essa ideia é Bartolomé de Las Casas na sua *Brevíssima Relación de la Destrucción de las Indias* que constrói uma visão positiva dos “povos selvagens”, isto é, não-europeus. A partir de *Elogio a Loucura* de Erasmo de Rotterdam e da *Utopia* de Tomas Morus a discussão sobre a natureza do homem se intensificou. Autores como Hobbes em *Leviatã* idealizaram a índole humana como má por natureza, ao passo que outros como Rousseau, concluíram que esta é boa por natureza, citando como exemplo os “bons selvagens” do Pacífico e das Antilhas. No interior dessa discussão, salienta o autor que os colonizadores, estudiosos e sacerdotes, construíram duas ideias centrais que se destacaram naquele período histórico: a primeira tratava o “selvagem” como bom e o civilizado como mau, ao passo que a segunda considerava o “selvagem” como mau e o civilizado com bom.

do papa, questionando a cessão das terras indígenas aos conquistadores espanhóis e defendeu os direitos dos nativos americanos (NASCIMENTO, 2013).

Se a cultura do fascínio pelo exótico tivesse caído no gosto da maioria dos europeus, provavelmente muitas desgraças teriam sido evitadas em todas as partes do mundo. O sentimento xenofóbico de aversão ao estranho se sedimentou no “mundo civilizado” e foram contrapostas “a figura do mau selvagem e do bom civilizado” (ASSIS e KÜMPPEL, 2011).

A percepção aversiva somada a uma suposta superioridade do pensamento europeu ensejou alguns dos mais nefastos episódios da história conhecida da humanidade, tais como a escravidão e o holocausto. Estes talvez sejam os dois exemplos mais emblemáticos que se deva dar. No entanto seria injusto apontar a política expansionista e de domínio europeu como única causa dos fenômenos excludentes, visto que muito antes disto se têm registros de comportamentos muito parecidos em todos os cantos do mundo.

Os gregos e outros povos descobriram a dificuldade de manter as pessoas juntas em cidades e Estados para uma vida comunitária satisfatória. Há documentos antigos e raros que possibilitam reconhecer como a negatividade política avançou nos textos escritos entre egípcios, chineses e judeus (Sloterdijk, 1999). Como lembra Giddens (2005), as pessoas que vêm de fora são imaginadas como estranhas, bárbaras, moral ou mentalmente inferiores. Esse pensamento foi experimentado por praticamente todas as culturas, em menor ou maior grau, e a ele dá-se o nome de etnocentrismo¹⁴.

Em determinadas situações, dois grupos¹⁵ que possuam o mesmo nível de poder aplicam mutuamente linhas de fechamento. Assim seus membros se mantêm separados uns

¹⁴ Nos dizeres de Pierre Clastres (1979) o etnocentrismo é figura multifacetada, se manifestando em primeiro lugar na convicção de que sociedades sem estado são “incompletas”. Apesar de ser verdade que sociedades ditas primitivas não contam com um Estado, dizer que são incompletas ou imperfeitas é um julgamento que dissimula uma opinião, um juízo de valor que prejudica a possibilidade da construção de uma antropologia política como ciência rigorosa. Essa ideia condena tais sociedades a não serem sociedades verdadeiras do ponto de vista de sociedades politizadas como a nossa, que sempre se usam como referência ao seu próprio mundo. A segunda face do etnocentrismo, segundo Clastres, é a convicção de que toda sociedade está fadada a uma mesma história, de sentido único, cíclica que, a partir da “selvageria” percorrerá etapas que a conduzirão à civilização. O autor salienta que a evolução evidente da uma sociedade não serve como fundamento de uma ideia que correlaciona de forma arbitrária o estado de civilização com a civilização do Estado, se assim o fosse, indaga o autor: “o que manteve os últimos povos ainda selvagens?”. Para ele a sociedade deixa de ser primitiva quando se instauram as primeiras relações de poder, pois, no mundo primitivo o homem trabalha para si e para sua subsistência, ao passo que quando surge o elemento poder, surgem as relações de domínio, o senhor e o servo, surge o trabalho alienado, não para subsistência própria de quem emprega a força de trabalho, mas para a subsistência de outrem, de quem detém poder sobre o trabalhador.

¹⁵ Optou-se apenas pela expressão *grupos*, pois a reflexão se estende tanto aos grupos étnicos quanto aos grupos sociais. As minorias étnicas, conforme se viu, são etnias que em determinada sociedade são minorias numéricas, como é o caso dos bascos na Espanha e dos guarani-kaiowás no Brasil ou, às vezes, são maiorias numéricas, porém subjugadas por alguma razão a outra(s) etnia(s) detentora(s) de alguma forma de poder (geralmente bélico, econômico ou político) para isso, é o caso dos hutus em relação aos tutsis em Ruanda. Os grupos sociais, por sua vez, na visão de Giddens (2004) são unidos por laços de lealdade que lhes conferem consistência, o que

dos outros, mas um grupo não domina sobre o outro. Entretanto o que se constata de mais comum nesse processo é um grupo ocupar uma posição de poder acima do outro. Sob essa percepção, a justificativa apontada por determinados grupos para a submissão de outros é uma visão primária do que se tem por direito natural, que não se confunde com o direito romano.

A invocação desse direito, tido como natural, quase sempre vem acompanhada de prerrogativas dadas de uma forma convencional, seja pelo apelo religioso ou pelo mítico. Por este apelo um grupo (étnico ou social) se descobre empoderado por um Deus Supremo e do alto de tais prerrogativas sentem-se no direito ou no dever de subjugar outros povos. É perceptível, nesse sentido, um discurso recorrente na existência de uma superioridade de ordem divina ou natural de determinado povo. Observe-se:

a) Sepúlveda: esse jurista espanhol, em 1550, afirma que os europeus, por superarem as nações bárbaras em prudência e razão, mesmo que não sejam superiores em força física, são, por natureza, os senhores; portanto, será sempre justo e conforme o direito natural que os bárbaros (preguiçosos e espíritos lentos) estejam submetidos ao império de príncipes e de nações mais cultas; b) Gomara: em seu livro História geral dos índios, escrito em 1555, afirma que a grande glória dos reis espanhóis foi a de ter feito aceitar aos índios um único Deus, uma única fé e um único batismo e ter tirado deles a idolatria, o canibalismo, a sodomia, os sacrifícios humanos, e ainda outros grandes e maus pecados, que o bom Deus detesta e que pune; c) Oviedo: na sua História das Índias, de 1555, escreve que as pessoas daquele “país” são, por sua natureza, ociosas, viciosas, de pouco trabalho, covardes, sujas e mentirosas; d) Cornelius de Pauw: no seu livro Pesquisas sobre os americanos, de 1774, refere-se aos índios americanos como raça inferior, insensíveis, covardes, preguiçosos, inúteis para si mesmos e para a sociedade, e a causa dessa situação seria a umidade do clima. Ainda no século XIX, Stanley compara os africanos aos “macacos de um jardim zoológico” (ASSIS e KÜMPEL, 2011).

Note-se que Sepúlveda (1550) literalmente acomoda no direito natural o fato de os “bárbaros” serem submetidos ao império de príncipes e de nações mais cultas, pois, por força da natureza, muito embora mais fracos em força física, são os europeus dotados de maior razão. Oviedo (1555) e Cornelius de Pauw (1774) atestam que os nativos americanos são por sua natureza, ociosos, viciosos, sujos, covardes, etc., sendo assim uma “raça inferior”. Já Gomara (1555) defende a dominação europeia por seu caráter catequético, fazendo com que os indígenas abandonassem seus hábitos pagãos e adotassem o monoteísmo, agradando assim ao bom Deus cristão. Por fim Stanley, sobre os africanos, compara-os a “macacos de um jardim zoológico”, defendendo claramente a supremacia do modo de vida europeu.

os que em um grupo são fatores sociais. É o caso, por exemplo, das populações de gays, lésbicas, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais, que são minorias sociais.

Discutir o direito natural certamente não é uma tarefa das mais fáceis. No entanto, para a compreensão dos fenômenos de exclusão e de superioridade de uns sobre outros, criando assim as chamadas minorias, tem-se que se embasar em Rousseau e suas ponderações sobre o “estado de natureza” do homem, para descrever o “homem natural”.

Em seu *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos das Desigualdades Entre os Homens*, originalmente publicado em 1754, Rousseau (2010) questiona se aqueles que mandam necessariamente valem mais do que aqueles que obedecem e se a força do corpo e do espírito, a sabedoria ou a virtude, se concentram sempre nos mesmos indivíduos na proporção do poder e da riqueza. Essa reflexão, por mais simples que pareça, é um verdadeiro “xequemate” na percepção vigente na época sobre as desigualdades humanas, apontadas como um mero desejo divino, sendo a vontade de um ser superior a responsável pela desgraça de uns e pela fortuna¹⁶ de outros, “aos subjugados a ira e aos subjugadores a benevolência de Deus”.

Para Rousseau o homem natural era um ser adaptado às sensações propiciadas pelo “estado da natureza”, cujos desejos se limitavam ao seu campo de percepção. Tal afirmativa, típica da filosofia rousseauiana, demonstra que o homem natural não contava com a imaginação (ou razão) para formular desejos mais elaborados, que transpassassem o limite das sensações e das necessidades mediatas e imediatas. Os únicos bens de que o homem natural se apropriou, não por acaso, foram a alimentação, o repouso e a reprodução. O incremento da razão, instrumento da adaptação do homem ao meio social, possibilitaria o surgimento da cultura, da linguagem e da sociedade, o gatilho para essa sociabilidade seria o contato com forças hostis (ROUSSEAU, 2010).

Ainda segundo o autor, o homem até então nômade, quando se deparou com um ambiente propício que assegurasse a satisfação completa de suas necessidades, passou a desejá-lo. O desejo tem uma conotação simbólica de suma importância, pois se o homem desejava de acordo com suas necessidades, naturalmente desejaria aquilo que possibilitasse sua satisfação. A partir do momento que o homem descobriu a arte de apropriar-se das coisas

¹⁶ Para Maquiavel (2008) a *fortuna* é a segunda forma de aquisição do poder, sendo a primeira a *virtude*. É a sorte, é o poder que “cai nas mãos” do afortunado por uma obra (de Deus) alheia à sua própria vontade. Segundo o autor, a *fortuna* não assegura ao príncipe ou ao detentor do poder a estabilidade e longevidade no reinado, pois, quem se torna poderoso apenas pela ocasionalidade da *fortuna* sem maiores esforços, tem dificuldades na manutenção do seu poder. Um principado ou um domínio arquitetado somente em torno da *fortuna* é instável e volátil, pois segundo Maquiavel (2008), os afortunados não sabem sequer porque devem manter o principado. O intrigante na expressão maquiavélica é justamente o seu caráter independente da vontade humana, remetente à vontade de um ser que detém a faculdade de afortunar alguns com o poder, com o principado. A *virtude* em detrimento da *fortuna* é a capacidade do príncipe de controlar, de dirigir e de superar as intempéries políticas, econômicas e sociais no seu domínio. O príncipe virtuoso é capaz de conquistar e administrar a *fortuna*, pois detém a qualidade necessária para tal, isto é, o conhecimento prático da realidade do mundo.

surgiram as desigualdades, uma vez que, daquilo que um se apropriava, o outro já não poderia se apropriar.

O homem deixa seu “estado natural” e passa a “ser social”, tomando gosto pelo sentimento de posse sobre as coisas. Com a interação com outros grupos, geralmente por meio do conflito, os homens se veem como proprietários uns dos outros. Esse é o estágio inicial do surgimento de instituições como a religião. Rousseau se apresenta avesso às religiões que chama de “reveladas”. Segundo ele a religião ordena a pessoa a crer que o próprio Deus arquitetou a desigualdade. “Os homens são desiguais porque Ele quis que o fossem; proíbe-os, porém, de formar conjecturas, tiradas somente da natureza do homem e dos seres que o rodeiam sobre o que poderia ter acontecido ao gênero humano se tivesse ficado abandonado a si mesmo” (ROUSSEAU, 2010, p. 41).

Em *Do Contrato Social* Rousseau (2006) apresenta as duas “vagas mestras” do seu pensamento filosófico: a liberdade e a igualdade. Para o autor o homem, já em sociedade, só pode ser distinguido de outro por razões naturais ou físicas, como a idade, a saúde ou a aptidão para determinadas coisas, sendo impróprias as distinções baseadas nas convenções sociais, como a moral e a política.

Se indagarmos em que consiste precisamente o maior de todos os bens, que deve ser o fim de qualquer sistema de legislação, chegaremos à conclusão de que ele se reduz a estes dois objetivos principais: a *liberdade* e a *igualdade*. A liberdade porque toda dependência particular é igualmente força tirada ao corpo do Estado; a igualdade, porque a liberdade não pode subsistir sem ela (ROUSSEAU, 2006, p. 62).

Os juízos de valor, nessa perspectiva, são ilegítimos, pois vão ao encontro da prerrogativa do bem comum e não expressam elementos que possibilitem a transformação da sociedade, que já se mostrava demasiadamente tirana. Nesse sentido, todas as energias dos homens deveriam convergir para a formação de uma “vontade geral”, que precisaria ser refletida pela lei. Essa vontade geral é a síntese de todas as vontades individuais, uma espécie de substrato coletivo. É o acordo de todos os interesses e se forma por oposição de cada um. É também aquilo que os anima no sentido de levá-los para um único objetivo de forma espontânea, natural e inconsciente (ROUSSEAU, 2006).

Evidenciadas algumas essencialidades sobre o surgimento das desigualdades, vale frisar que falar em minorias implica em falar numa série de possibilidades conceituais, não se limitando à superioridade de um povo (minoria étnica) ou de um grupo social em relação ao outro. Segundo Giddens (2005, p. 207), para a sociologia uma das características dos grupos minoritários, ou minorias, é a situação de desvantagem quando comparados com a população majoritária e possuem um senso de solidariedade de grupo e a noção de que juntos formam

um grupo. A experiência de ser objeto de preconceito e discriminação normalmente reforça os sentimentos recíprocos de lealdade e interesses em comum.

Vale esclarecer primordialmente que o termo minoria não é uma concepção literária, mas aqui se refere à posição de subordinação de um determinado grupo dentro da sociedade, independentemente de sua representação numérica. Existem minorias que são maioria quantitativa, como, por exemplo, os pobres nas sociedades marcadas pela alta concentração de renda e de poder ou a minoria sunita no Iraque, que dominava sobre a maioria xiita, que apesar da grande proporção, não detinham o poder ou o direcionamento do Estado.

Giddens (2005, p. 208) ainda explana que alguns estudiosos usam o termo “minorias” para se referirem coletivamente a grupos que tenham sofrido fenômenos sociais de exclusão nas mãos de uma maioria socialmente dominante. Sob a ótica desses estudiosos, o termo “minorias” atrai a atenção para a difusão da discriminação e realça a existência de atributos comuns entre as experiências de vários grupos subordinados dentro da sociedade. Dessa forma é possível vislumbrar diversas conjecturas de minorias, como, por exemplo, minorias raciais, étnicas, religiosas, linguísticas, de gênero, de orientação sexual, etc.

Apesar da importância do estudo de todas as formas de minorias apresentadas, há de se fixar sobre as minorias de gênero, cuja compreensão da formação e da dinâmica é o objetivo deste capítulo.

4.3 GÊNERO E HETERONORMATIVIDADE¹⁷: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

A problemática de gênero e sua repercussão sempre estiveram presentes nas discussões que envolvem o comportamento humano, as masculinidades e as feminilidades e suas variações, principalmente na esfera sexual. Para Louro (1996), o conceito de gênero veio a contrapor-se ao conceito de sexo. Este último refere-se às diferenças biológicas entre homem e mulher, enquanto que o primeiro diz respeito à construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino, isto é, às características e às atitudes atribuídas a cada um deles, em cada sociedade. É o agir e o se sentir como homem ou como mulher em cada contexto sociocultural.

Sociologicamente sexo se refere às diferenças anatômicas e fisiológicas que caracterizam o corpo masculino e o corpo feminino, respectivamente. Gênero, por sua vez,

¹⁷ Crença na heterossexualidade como característica do ser humano “normal”. Desse modo, qualquer pessoa que saia desse padrão é considerada fora da norma, o que justificaria sua marginalização (JESUS, 2013, p. 29).

estende-se às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre as pessoas de ambos os sexos. O gênero se associa às noções socialmente construídas de masculinidades e/ou feminilidades e não é, necessariamente, um produto intrínseco à biologia do indivíduo (GIDDENS, 2004).

Simone de Beauvoir¹⁸, há mais de cinquenta anos, proferiu a célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, introduzindo o elemento cultura à construção do gênero (Louro, 2008). Seguindo essa perspectiva, o conceito de gênero se opõe a uma ideia de essência, que explicava os comportamentos distintos entre homens e mulheres sob um ponto de vista naturalista. “Gênero” busca enfatizar e discutir a construção histórica, social e cultural das manifestações comportamentais de homens e mulheres, distanciando-se sistematicamente de um conjunto de ideias que as atribuem unicamente à natureza (FELIPE, 2012).

Com seu *O segundo sexo*, Beauvoir lançou em 1948 as bases do feminismo no século XX enquanto manifestação de pensamento. A autora (1970) debate sobre os papéis sociais de gênero de diversos pontos de vista, correlacionando-os com as estruturas de poder na sociedade da época, demasiadamente patriarcal. Em sua análise, Beauvoir (1970) denomina de “segundo sexo” a mulher, evidenciando seu lugar de subalternidade em relação ao homem e apontando argumentos e fundamentos históricos para a instauração dessa realidade.

Existem outros casos em que, durante um tempo mais ou menos longo, uma categoria conseguiu dominar totalmente a outra. É muitas vezes a desigualdade numérica que confere esse privilégio: a maioria impõe sua lei à minoria ou a persegue. Mas as mulheres não são, como os negros dos Estados Unidos ou os judeus, uma minoria; há tantos homens quantas mulheres na terra. Não raro, também os dois grupos em presença foram inicialmente independentes; ignoravam-se antes ou admitiam cada qual a autonomia do outro; e foi um acontecimento histórico que subordinou o mais fraco ao mais forte: a diáspora judaica, a introdução da escravidão na América, as conquistas coloniais são fatos precisos. Nesses casos, para os oprimidos, houve um passo à frente: têm em comum um passado, uma tradição, por vezes uma religião, uma cultura (BEAUVOIR, 1970, p. 12).

Para a autora a causa primeira dessa divisão se deve a uma tradução da dualidade de sexos voltada para o conflito. Trata-se de um sentimento de oposição e não de complementação, como deveria ser. Foi compreendido que se um dos dois conseguisse impor sua superioridade, esta deveria ser estabelecida de forma absoluta. As estruturas dessa superioridade foram e vêm sendo lançadas desde uma dimensão abstrata, religiosa, até a dimensão do trabalho, por meio das que serão chamadas de “estratégias discursivas”

¹⁸ (1908-1986). Foi filósofa, escritora, existentialista e feminista francesa de grande renome. Autora de uma série de livros, dos quais se destaca “O segundo sexo” de 1949.

controladas pelos homens: a existência de um Deus macho, o “pecado” de Eva, a fraqueza de Pandora, dentre muitos outros, são exemplos que refletem a vontade de domínio masculina.

Essas estratégias se perduraram no tempo e no espaço, engendrando-se na cultura humana a partir da socialização. Ainda para Beauvoir (1970) essa disputa entre os sexos durará enquanto houver um reconhecimento recíproco de semelhanças, isto é, enquanto se perpetuar a feminilidade como uma construção social edificada a partir de um ponto de vista eminentemente masculino. Surge nessa perspectiva a noção de gênero como construção social, pensamento compartilhado e aprimorado por diversos expoentes das ciências sociais, como, por exemplo, Pierre Bourdieu e Judith Butler.

As diferenças biológicas entre os sexos (corpo masculino e corpo feminino) e a diferença anatômica entre os órgãos性uais pode ser vista como uma justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros inclusive em relação aos papéis sociais de cada um, como, por exemplo, na divisão social do trabalho (BOURDIEU, 2002).

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo, desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problemáticamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois. A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença de uma relação mimética entre gênero e sexo, na qual gênero reflete o sexo ou é por ele restrito (BUTLER, 2003, p. 24).

Ainda de acordo com Butler (2003), o gênero nem sempre é constituído coerentemente ou consistentemente nos diferentes contextos históricos, ele estabelece interseções com modalidades raciais, clássicas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente construídas. O resultado dessa interação é a impossibilidade de separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais (relações de poder ou de dominação) em que invariavelmente ela é produzida e mantida. A biologia, a partir deste ponto de vista, não é considerada o “destino” dos seres, já que ninguém é naturalmente homem ou mulher, masculino ou feminino, pois tais adjetivos são resultados de um processo cultural que amolda as identidades de gênero em determinado tempo e espaço (contexto social). Bourdieu (2002) referenda essa argumentação defendendo que a produção ou (re)produção dos gêneros está engendrada nas relações de dominação, que ditam o sistema socialmente construído de possibilidades de manifestação. Nesse sentido, segundo o autor, a realidade social condiciona a subjetividade de gênero.

Admitindo-se que o gênero é socializado, isto é, os papéis de gênero são formados a partir da ação de agentes sociais, como a família, a mídia e a escola, tem-se que ele é desenvolvido no indivíduo através de contatos com tais agentes sociais, e por meio de uma progressiva interiorização das normas e expectativas sociais que correspondem ao sexo. As diferenças de gênero são determinadas pela cultura, não pela biologia, razão pela qual existem as desigualdades de gênero, pois homens e mulheres são socializados em papéis diferentes (GIDDENS, 2004 e 2005).

Na perspectiva de Felipe (2012), além da ideia de gênero também é importante compreender o que se chama de identidade sexual, que é o modo como se direciona o desejo e o prazer humanos, se são pessoas do sexo oposto, de ambos os sexos ou do mesmo sexo. Assim é importante ressaltar que na presente pesquisa não se discutirá sobre a identidade ou a orientação sexual dos indivíduos, mas tão somente às questões de gênero, isto é, a identidade adotada por, ou atribuída a uma pessoa, baseando-se no sexo, na psicologia ou no papel social por ela exercido.

O gênero, nos dizeres de Guerra (2012), a partir dessa perspectiva sociocultural, é construído num processo que envolve inúmeras variáveis, tais como circunstâncias, experiências, papéis sociais, históricos e culturais. Esse processo não é ordenado ou linear e é alterável pelas relações de poder, não estando encerrado numa ordem biológica, pré-determinada. Sob essas ponderações, quando se tem a notícia de que uma mulher em uma família qualquer está grávida, imediatamente, muito antes mesmo da curiosidade sobre a saúde do feto, se tem a curiosidade sobre seu sexo.

O sexo do futuro bebê é o ponto de partida para uma série de idealizações permeadas por desejos, sonhos, esperanças e vontades dos genitores e familiares que pré-moldarão de imediato a futura vida. Quando o bebê nascer, do seu nome à cor do seu quarto, ou de seu enxoval, absolutamente tudo estará pronto a partir dos desejos, dos anseios e dos ideais de sua família, que se baseou apenas na verificação da existência ou não de um pênis na gênese corporal do pequeno ser.

Após o nascimento já se criam na família inúmeras expectativas, da educação à profissão, tudo em função do sexo da criança. Essas expectativas estão ancoradas na concepção naturalista de gênero que explica os comportamentos masculinos e femininos a partir do sexo de nascimento, uma forma confortável e fácil de entender o assunto, já que não possibilita problematizações, justificando-se tudo a partir do discurso do “já se nasce assim” (FELIPE, 2012). Sob esse ponto de vista o gênero se manifesta a partir da genitália com a qual a criança nasceu, sendo a sina daqueles que nascerem com pênis serem machos,

apresentarem comportamentos de machos e assumirem o papel social de homem e daquelas que nascerem com vagina serem fêmeas, apresentar comportamentos de fêmea e assumirem o papel social de mulher, desprezando por completo outras variáveis importantes. A isso se chama de heteronormatividade, termo cunhado pela primeira vez por Michael Warner em *Introduction: Fear of a Queer Planet* em 1991, que envolve expectativas, demandas e obrigações sociais em função do gênero das pessoas.

Warner e Butler fazem parte de uma corrente filosófica e crítica literária norte-americana chamada Teoria Queer ou Estudos Queer, surgida nos anos 1980 que, como o próprio nome sugere, esquisito em tradução livre, rompe com toda a teoria social preexistente, isto porque, “o pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não-hegemônicas. A despeito de suas boas intenções, os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual” (MISKOLCI, 2009, p. 151).

Os estudos *queer* problematizam concepções clássicas do sujeito, identidade, agência e identificação, rompendo com a concepção iluminista do sujeito como base de uma ontologia e de uma epistemologia. O sujeito nessa perspectiva é algo sempre entendido como provisório, flutuante, mutável, circunstancial. Essa é uma abordagem ancorada na obra de Michel Foucault e Jacques Derrida, cujas obras “abrem fogo” contra a repressão que marcava os estudos sociais até a década de 1970 (MISKOLCI, 2009).

Foucault (1999a) denuncia e analisa a invenção de “sexualidades menores” por meio do discurso para os processos sociais de regulação e de normalização. Como salienta Miskolci (2009, p. 154) “os teóricos *queer* compreendem a sexualidade como um dispositivo histórico do poder”, e ainda “sublinham a centralidade dos mecanismos sociais relacionados à operação do binarismo hetero/homossexual para a organização da vida social contemporânea, dando mais atenção crítica a uma política do conhecimento e da diferença”. Nos estudos *queer* todas as inquietações de Foucault ganham um nome – heteronormatividade:

Um nome que esclarece tanto a que ele direciona à ordem social como seus procedimentos neste sentido. A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade (MISKOLCI, 2009, p. 156).

A heteronormatividade é uma preocupação constante das instituições (família, igreja, escola, etc.) que se dedicam à ideia de que os seres humanos se dividem em duas categorias distintas e complementares: macho e fêmea, e que cada sexo possui papéis naturais predefinidos na vida. Dessa forma, sexo físico (de nascimento), identidade de gênero e papel

social de gênero devem enquadrar todas as pessoas dentro de normas integralmente masculinas ou femininas, consideradas normais. Tudo aquilo que se encontrar fora desse padrão é tido como anormal, doentio, desvio de conduta, sofrendo, consequentemente, inúmeras formas de discriminações (FELIPE, 2012).

Essa concepção binarista¹⁹ (macho ou fêmea, homem ou mulher) se sustenta em linhas tênues, uma vez que, apesar de toda a argumentação do discurso naturalista, o “problema” das minorias nunca foi solucionado. Em razão disso, historicamente em relação às minorias de gênero existe um discurso autoritário, moralista e religioso de culpabilização, que simultaneamente a) condena a existência da característica diferente, b) atribui ao indivíduo diferente a responsabilidade por ser diferente, c) promove a reprovação do diferente pela totalidade do grupo dominante, mais homogêneo, d) obriga direta ou indiretamente o indivíduo diferente a abrir mão de sua diferença (se possível) para assegurar a manutenção da identidade e do pertencimento ao grupo dominante, e) sugere ao grupo dominante punições ao indivíduo diferente que se negue a ou não possa abrir mão de sua diferença e f) promove a exclusão do indivíduo diferente do grupo dominante.

Esse processo, que está na essência da marginalização e da exclusão social sofrida pelas minorias de gênero, é reproduzido a todo o momento, implícita ou explicitamente, e é adotado também por boa parte da mídia. Essa visão heteronormativa é responsável por uma série de fatos em relação às minorias de gênero, como, por exemplo, a disseminação do ódio e da intolerância, crimes com características homofóbicas e/ou transfóbicas, pela atual situação de vulnerabilidade das minorias de gênero, pela marginalização sofrida pelas mesmas, por suicídios embebidos nesse tipo de discurso, etc.

4.3 MINORIAS DE GÊNERO: TRANSEXUAIS, TRAVESTIS E INTERSEXUAIS

Gênero, portanto, é um conceito construído por meio da socialização do indivíduo. É algo socialmente estabelecido e atribui aos homens e às mulheres seus respectivos papéis e identidades. Porém, como salienta Giddens (2004, p. 114), “as diferenças de gênero raramente são neutras – em quase todas as sociedades, o gênero é uma forma significativa de estratificação social. O gênero é um fator crítico na estruturação dos tipos de oportunidades e das hipóteses de vida que os indivíduos e os grupos enfrentam”.

¹⁹ Também denominado como “dimorfismo sexual”. Crença, construída ao longo da história da humanidade, em uma dualidade simples e fixa entre indivíduos dos sexos feminino e masculino. Quando essa ideia está associada à de que existiria relação direta entre as categorias sexo (biológica) e gênero (psicossocial), incorre-se no cissexismo (JESUS, 2013, p. 28).

Homens e mulheres, masculinidades e feminilidades, esse binômio de significações atribui valores diferentes a cada um, de acordo com o contexto sociocultural de cada sociedade. Nessa perspectiva, apesar de as mulheres serem maioria em números absolutos nas sociedades contemporâneas, tornam-se minoria nas relações de poder. É verdade, no entanto, que a lento passo isso está mudando²⁰.

As mulheres são, portanto, a primeira minoria de gênero evidenciada pelas relações desiguais entre os gêneros, porém não estão no foco da presente pesquisa. Entender-se-ão por minorias de gênero, em estrito senso, as pessoas que, simplesmente, nos dizeres de Silva Júnior (2011, p. 98), “ultrapassam as fronteiras de gênero esperadas/construídas culturalmente para um e para outro sexo. Assim são homens e mulheres que mesclam, nas suas formas plurais de feminilidade e de masculinidade, traços, sentimentos, comportamentos e vivências que vão além das questões de gênero como, corriqueiramente, são tratadas”. São os transexuais, travestis e intersexuais, que, juntamente com outras distinções, formam o grupo dos transgêneros.

Para compreender quem são as pessoas transgêneras é preciso compreender de antemão, nos dizeres de Jesus (2013), quem é cisgênero. Para a autora (p. 10) “chamamos de cisgênero, ou de “cis”, as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento”. O transgênero é, portanto, a pessoa não cisgênero. Etimologicamente a raiz *cis*, na língua latina quer dizer “do lado de cá, do mesmo lado”, enquanto que *trans* significa “do outro lado”. Transgênero e Transexual são, portanto, alusões à possibilidade de as minorias de gênero “mudarem de lado” em relação ao sexo e/ou ao gênero.

São consideradas minorias de gênero as pessoas acima elencadas porque a característica que as diferenciam do grupo majoritário/dominante está, justamente, correlacionada com a questão do gênero, em específico com a identidade de gênero, que é a compreensão ou o entendimento que a pessoa tem em relação ao gênero com que se identifica, de que faz parte.

Essa caracterização não tem como objetivo fazer surgir um eventual terceiro gênero, mas, em relação às expectativas sociais e às tendências de associação entre sexo e gênero, acabam essas pessoas recaindo na periferia da sociedade, sofrendo, por consequência de sua

²⁰ É importante ressaltar que certos direitos vêm sendo conquistados pelas minorias de gênero. Em primeiro lugar, apesar da grande relevância dos direitos voltados às minorias sexuais, estes não serão tratados aqui, pois, não é o intuito da pesquisa discuti-los a fundo, mas vale citar, dentre outros, o recente reconhecimento da possibilidade do casamento igualitário entre casais do mesmo sexo, direitos previdenciários, adoção por casais homossexuais, etc. No que seja pertinente às transexuais, travestis, intersexuais é possível mencionar o reconhecimento jurídico e o custeio pelo Sistema Único de Saúde (SUS) da cirurgia de mudança de sexo e a legislação permissiva do uso do Nome Social em repartições públicas, documentos públicos, universidades, etc.

diferença, de sua transgeneridade e/ou transexualidade, todo o processo de exclusão social, preconceitos e até mesmo violência, típicos das minorias. Assim são consideradas minorias de gênero em função do preconceito de gênero que sofrem e não somente preconceito por conta da orientação sexual ou preconceito sexual, como é o caso dos homossexuais.

Vale ressaltar que, apesar de os(as) transexuais, os(as) travestis e os intersexuais serem tratados em subitens próprios, não são os únicos grupos que fazem parte dos transgêneros. Existem diversas outras denominações, que serão sinteticamente conceituadas ao longo das discussões. É importante frisar, também, que apesar da abordagem mais aprofundada sobre os três grupos principais, não é a pretensão desta pesquisa aprofundar o estudo, esgotar conceitos e estabelecer longas discussões sobre o assunto, mas é objetivo, explanar sobre os temas de forma satisfatória para se compreender cada uma das variações das minorias de gênero que serão fontes de dados no capítulo seguinte.

4.3.1 Transexuais

Antes de abordar o estudo sobre os(as) transexuais, torna-se importante frisar que será utilizado o termo “transexualidade” para se referir à condição psíquica do indivíduo transexual, que será explicada no decorrer dos próximos parágrafos. Essa despatologização²¹ da transexualidade é defendida em razão de que a Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda considera a dissociação entre o sexo físico e o sexo psíquico uma patologia, denominada “disforia de gênero”, motivo pelo qual os profissionais de saúde ainda utilizam-se do termo transexualismo (o sufixo ‘ismo’, na medicina, significa ‘doença’, ao passo que o sufixo ‘dade’ significa ‘modo de ser’) (SILVA JÚNIOR, 2013).

Os primeiros estudos sobre o assunto se deram, ainda que de forma superficial, no século XIX por Jean Esquirol (1772-1840). Nos anos de 1940 a transexualidade passou a ser estudada mais profundamente pelo endocrinologista Harry Benjamin (1885-1986) e, mais tarde, pelo psicanalista Robert Stoller (1924-1991), cujas pesquisas tornaram-se referência na psicologia clínica e na psiquiatria. Seguindo esse curso, Berenice Bento (2004) elaborou uma

²¹ Conceito introduzido por uma campanha internacional pela exclusão da transexualidade, da travestilidade e das manifestações de gênero escapam à noção binária homem/mulher da Classificação Diagnóstica e Estatística de Doenças – CID, da Organização Mundial de Saúde, e do Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais – DSM, da Associação Psiquiátrica Americana. Em nível nacional, a campanha se estende à reformulação do processo transexualizador no Sistema Único de Saúde, tendo em vista a adoção de uma concepção de saúde que reconheça a pluralidade de identidades de gênero como uma manifestação natural dos seres humanos e que atenda as demandas das pessoas trans sem a necessidade de condicionar esse atendimento a um diagnóstico psiquiátrico e/ou psicológico (JESUS, 2013, p. 29).

distinção com base nas principais obras e conceitos destes dois autores entre o *transexual stolleriano* e o *transexual benjaminiano*.

Segundo Bento (2004), o transexual stolleriano é o indivíduo que padece de uma sexualidade “anormal”. A gênese da transexualidade, nessa perspectiva, está na relação da criança com a sua genitora. A mãe da criança transexual é uma mulher que tem inveja dos homens, que possui um desejo inconsciente de ser homem e com o nascimento de um filho fica tão feliz que transfere seu desejo para ele. Para o psicanalista, esse fato gera uma ligação tão extrema entre mãe e filho que bloqueia o estabelecimento do Complexo de Édipo, por conta da inexistência de uma figura paterna como rival natural. O bem-transcorrer do Complexo de Édipo é decisivo para a constituição das identidades de gênero e sexual da criança. “Stoller colocará em dúvida um diagnóstico de transexualidade se o paciente tiver uma mãe diferente daquele que ele caracterizou como a mãe típica do transexual” (BENTO, 2004, p. 149).

Ainda nas palavras de Bento (2004), dada suas origens psicanalíticas, Stoller não se afasta muito de seu predecessor, Sigmund Freud, que em sua discussão sob o enigma da feminilidade constatou com surpresa que as meninas responsabilizavam sua mãe pela ausência de um pênis em suas anatomias e não as perdoavam por terem sido assim postas em desvantagem. A esse processo se dá o nome de Complexo de Castração.

Na variante teórica da transexualidade stolleriana, a mãe é uma mulher que não consegue resolver esse complexo de castração. Sua inveja do pênis faz de seu filho seu falo e ela descarregará nele todos os cuidados e mimos que dispensaria a seu próprio pênis. Isso gera uma simbiose extremada entre mãe e filho, afastando a figura paterna e comprometendo a instauração do Complexo de Édipo. A experiência transexual feminina inverte essa lógica, a inveja fálica se metaforiza numa “inveja da vagina” e o pênis, que é visto como significante universal, símbolo de poder e de status, perde essa simbologia, transformando-se em uma coisa que não permite o viver, indesejável, que sobra na gênese do corpo. A transexualidade masculina, por sua vez, recusa um ajustamento a uma definição de feminilidade padronizada, socialmente estabelecida, “normal”, renegando a maternidade e os seios, que são as partes do corpo que lhe dão mais visibilidade como mulheres, que “mais denunciam” (BENTO, 2004, p. 150-152).

A “cura” para a transexualidade, do ponto de vista stolleriano, era o induzimento ao Complexo de Édipo com vistas ao afloramento da feminilidade ou masculinidade, tidas como “normais”. Quanto mais cedo a mãe desse conta dos “desvios” dos filhos, mais fácil seria o tratamento. Ocorre que os médicos não curam nem o corpo nem a mente, realizam apenas

uma função moral por meio da autoridade profissional que se fundamenta numa inversão de papéis, na qual se supõe que a fonte dos conflitos esteja no sujeito e não nas normas sociais de gênero. A despolitização desse conflito gera a naturalização das condutas e a posterior ocultação das relações de poder que se engendram com vistas à naturalização das verdades que estruturam o funcionamento do dispositivo da transexualidade (BENTO, 2004, p. 152-155).

Harry Benjamin também dedicou parte da vida ao estudo da transexualidade e de sua “cura”. “Diz-me que hormônios tens e te direi o que és!”. Para Bento (2004, p. 160), esta seria a melhor sentença para sintetizar a visão benjaminiana da transexualidade. Na perspectiva do endocrinologista, o enigma da identidade de gênero estaria escondido nos hormônios e qualquer discussão sobre o tema estaria condenado ao fracasso se não levasse em conta essa “verdade absoluta”.

Para a doutrina benjaminiana o sexo é um elemento plúrimo, composto por vários outros sexos, o genético, o gonádico, o fenotípico, o psicológico e o jurídico. O sexo genético é o responsável pela determinação do gênero e do sexo em sentido amplo, por meio dos cromossomos XX, para mulheres, e XY, para homens. A determinação do gênero, para os benjaminianos, estaria vinculada à composição hormonal do organismo. Assim, uma má-formação cromossomática mudaria o diagnóstico de transexualidade para hermafroditismo (BENTO, 2004, p. 159).

A “normalidade” requereria que os níveis constitutivos do sexo não estivessem em desacordo, qualquer nível de deslocamento entre os compostos do sexo representaria uma doença. O sexo psicológico, na perspectiva de Benjamin, é o mais flexível, podendo ocorrer mesmo estando em oposição aos demais. Nesse caso haveria problemas drásticos para as pessoas que incorressem nisso, pois essa oposição caracterizaria a transexualidade, doença curável apenas com a cirurgia de transgenitalização²². (BENTO, 2004, p. 161).

Michel Foucault (1926-1984), em sua clássica *História da Sexualidade* fornece explicações para o surgimento desse discurso de patologização da transexualidade e sua perduração por mais de dois séculos. O autor (1999) apresenta a sociedade burguesa do século XIX como uma sociedade curiosa, pois, diferentemente do que se imaginava, a instauração de um discurso moralista, repressivo e punitivo em relação à sexualidade, despertou uma onda de estudos sobre as sexualidades humanas, nos quais o domínio sobre as questões relativas ao

²² Procedimento cirúrgico por meio do qual se altera o órgão genital da pessoa para criar uma neovagina ou um neofalo. Preferível ao termo antiquado “mudança de sexo”. É importante, para quem se relaciona ou trata com pessoas transexuais, não enfatizar exageradamente o papel dessa cirurgia em sua vida ou no seu processo transexualizador, do qual ela é apenas uma etapa, que pode não ocorrer (JESUS, 2013, p. 30).

sexo, outrora detido com exclusividade pelos discursos da culpa e do pecado, cedeu espaço a uma era científica, com vistas à definição do que era normal e do que era patológico.

A ordem burguesa nesse período rege o poder em todas as esferas, sejam elas política, econômica ou social sob a justificativa da manutenção de distinções e hierarquias. Os limites das liberdades são justificados não mais em nome de um Deus, mas em nome de uma “Natureza”, cuja sustentação necessita de uma nova ordem social. A ordem pública passa a ser organizada e gerenciada por cientistas em um sistema positivista (LEITE JÚNIOR, 2011).

A sexualidade nesse período foi insistentemente patologizada por uma ciência subordinada à moral, cujos imperativos foram travestidos de normas médicas. “A pretexto de dizer a verdade, [...] atribuía às menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações [...]” (FOUCAULT, 1999a, p. 54).

Essa “tendenciosidade” das ciências médicas assegurou na dinâmica do poder certos “superpoderes” aos ditos detentores da verdade, superpoderes estes que invadem a vida privada ditando comportamentos, inclusive sexuais. “Vinculou-se, com isso, a uma prática médica insistente e indiscreta, volúvel no proclamar suas repugnâncias, pronta a correr em socorro da lei e da opinião dominante; mais servil ante às potências da ordem do que dócil às exigências da verdade” (FOUCAULT, 1999a, p. 54).

Ao médico fora dado o poder de falar pelo seu paciente, de por ele considerar-se doente e de por ele buscar a cura. Foucault (1999a) denuncia esses fatos de forma bastante incisiva e responsabiliza diretamente essas “manifestações de poder” pela padronização da sexualidade galgada nas genitálias. Nos dizeres de Knudsen (2007), a problemática transexual contextualizada nessa narrativa evidencia verdadeira violência, um constrangimento diante de uma suposta coerência apontada para o sexo biológico que se reflete numa expressão da sexualidade adstrita aos limites impostos pela heterossexualidade estável e antagônica.

A concepção binária, clássica da sexualidade e do gênero, demonstra o caráter discricionário de sua própria manifestação, de modo que, em relação à transexualidade, a compreensão da dinâmica entre o sexo e o gênero está condicionada à diferença sexual e à hipótese de uma heterossexualidade natural para os corpos (Bento, 2004). Limitar as identidades de gênero a apenas duas seria uma forma de manter o cenário social. É certo que a definição de gênero alberga relações de poder. Gênero é um efeito de uma prática discursiva, que é efeito e uma prática reguladora que possui um objetivo determinado (KNUDSEN, 2007). Apenas no final do século XX e início do século corrente foi possível vislumbrar uma modificação desse discurso patologizador.

Transexuais são, assim, pessoas que nascem com determinado sexo biológico, mas que se sentem pertencentes ao gênero oposto. Não há duplicidade em sua aparência ou estrutura física sexual. No entanto sentem que seu corpo não corresponde à sua identidade, à sua alma. Sentem desconforto ao olhar para seus genitais, não se tocam nem permitem que outras pessoas o façam. No caso dos biologicamente homens, tentativas de mutilações do pênis podem ocorrer, tamanho o horror de não ter seu corpo em correspondência com o seu sentimento (Picazio, 1999). É uma autopercepção convicta e permanente da pessoa como pertencente não somente ao sexo, mas também ao gênero oposto. Este sentimento não se limita aos aspectos externos ou corporais, mas passa por todo um sistema subjetivo através do qual um homem, por exemplo, pensa, age e percebe a si mesmo inserido na sociedade como uma mulher (Winck, 2007). É uma mulher prisioneira de um corpo masculino ou um homem prisioneiro no corpo feminino (CHILAND, 2008).

O conceito de transexualidade é consolidado em alguns aspectos. Porém, enquanto Picazio (1999), Winck (2007) e Chiland (2008), em seus conceitos trazem a aversão ao corpo biológico e a necessidade de mudança de sexo como característica geral do(a) transexual. Bento (2004) é do parecer que a existência desses deslocamentos não significa que todos os(as) transexuais exigem as mesmas intervenções cirúrgicas. Pelo contrário, muitos não as querem. Reivindicam somente um reconhecimento formal, como a mudança de documentos, por exemplo. Nesse caso, a aparência do gênero identificado é obtida por outros meios, como hormônios, silicone, maquiagem, etc.

A ideia de generização, como se todos os transexuais fossem iguais, nunca é bem-vinda. Para a autora, as pessoas vivem diferentes níveis de conflitos e divergências com as normas de gênero e, muitas vezes, divergem do que foi estabelecido como “transexual oficial” que odeia o corpo, que é assexuado, que deseja realizar as cirurgias para que possa exercer a sexualidade “normal”, a heterossexualidade, com o órgão apropriado. O que reivindicam, em verdade é uma inteligibilidade social. Não há, portanto, uma transexualidade oficial, mas sim transexualidades. “Se a sociedade divide-se em corpos-homens e corpos-mulheres, aqueles que não apresentam essa correspondência fundante tendem a estar fora da categoria do humano” (BENTO, 2004, p. 170).

Outro ponto divergente sobre a transexualidade é a classificação em transexualidade masculina e transexualidade feminina. Ramsey (1998), Picazio (1999), Winck (2007), Chiland (2008), e muitos outros autores, embasados em concepções médicas, entendem que transexuais masculinos são os homens biológicos que se percebem como mulher e transexuais femininos as mulheres biológicas que se percebem como homens. Ocorre que Bento (2006),

Nery (2011) e Jesus (2013) defendem que essa classificação fundada na medicina privilegia a primazia do sexo biológico sobre a identidade de gênero. Atualmente são mais adequadas denominações baseadas no gênero com o qual a pessoa se identifica. “Mulher transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Homem transexual é toda pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como homem” (JESUS, 2013, p. 15).

Silva Júnior (2013) define os(as) transexuais como pessoas que se sentem em desconexão psíquica com o sexo de seu nascimento, isto é, existe uma dissociação entre o sexo biológico e sua identidade de gênero. São pessoas que sofrem de transexualidade, sufixo defendido por autores que “defendem a experiência transexual como uma questão de gênero e não uma doença, reivindicando, assim, a despatologização da condição de transexual” Vechiatti citado por Silva Júnior (2013, p. 28). A compreensão e os conceitos sobre transexualidade foram apurados, evoluídos e na contemporaneidade existe um intenso movimento, de diversas áreas do conhecimento, para a sua despatologização. Apesar disso ainda é visto pela Organização Mundial da Saúde como transtorno de identidade de gênero ou disforia de gênero, incluído no rol dos transtornos da personalidade, no item F64.0, com a seguinte denominação:

Refere-se aos indivíduos que apresentam uma sensação contínua e profunda de desconforto físico e psíquico com relação ao seu sexo anatômico, manifestando simultaneamente um desejo intenso de pertencer ao sexo oposto ao seu, que buscam concretizar mediante a transição com suporte clínico (terapia de reposição hormonal, apoio psicossocial, cirurgias cosméticas e cirurgia de redesignação sexual) (OMS, 1995).

Note-se que o conceito da OMS leva em consideração somente o que Bento (2004 e 2006) chama de “transexual oficial”. A respeito disso a autora (2006) argumenta que é necessário desconstruir o caráter patologizante atribuído pelo saber oficial à experiência transexual, começando-se pela problematização da linguagem que cria e localiza os sujeitos que vivem a essa experiência. Na lógica da patologização, o saber oficial nomeia as pessoas que passam pelo processo transexualizador²³ de mulher para homem, de “transexuais femininos”, e de homem para mulher de “transexuais masculinos”. Nesse raciocínio os(as) transexuais nunca conseguirão se desvincilar do seu destino biológico, já que o gênero

²³ Processo pelo qual a pessoa transgênero passa, de forma geral, para que seu corpo adquira características físicas do gênero com o qual se identifica. Pode ou não incluir tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos variados (como mastectomia, para homens transexuais) e cirurgia de redesignação genital/sexual ou de transgenitalização (JESUS, 2013, p. 30).

significante da transexualidade será sempre o de nascimento, sempre negando e recordando todo o tempo que ele ou ela nunca será um homem ou uma mulher de verdade.

Outro ponto negativo da patologização da transexualidade, segundo Bento (2006), é o fato de os(as) transexuais serem “reféns” de seus médicos. Ou seja, dentro da relação de poder instalada entre médicos e pacientes, essa relação é incrivelmente desigual. Os(as) pacientes esperam das mãos de seus médicos um laudo indicando a possibilidade de cirurgia. Essa relação, dita “de gato e rato”, obriga os(as) transexuais a proferirem o discurso que se quer ouvir, atribuindo a si mesmo(a) uma patologia, ainda que seja somente para instigar a “autorização” para a realização da intervenção cirúrgica. Estas, segundo a autora, são as regras do jogo do “dispositivo da transexualidade”.

“A transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, nem é uma doença debilitante ou contagiosa. Não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha nem é um capricho” (Jesus, 2013, p. 14). Sob essas bases, no Manual de Comunicação LGBT (S/D, p. 17) o indivíduo transexual é definido como a “pessoa que possui uma identidade de gênero diferente do sexo designado no nascimento. Homens e mulheres transexuais podem manifestar o desejo de se submeter a intervenções médico-cirúrgicas para realizar a adequação dos seus atributos físicos de nascença (inclusive genitais) a sua identidade de gênero constituída”.

Diante de tais discussões, é preciso deixar claro que no presente trabalho dissertativo a transexualidade será tratada como experiência de vida, mera condição psíquica do indivíduo e jamais como doença, distúrbio ou transtorno. É defendida totalmente pelos argumentos apresentados a despatologização da transexualidade e qualquer referência às transexuais femininas e aos transexuais masculinos será feita em total consonância com a subjetividade dos sujeitos (nome social²⁴), deixando de lado, portanto, a conotação oficial da Organização Mundial da Saúde.

4.3.2 Travestis

A segunda minoria de gênero que será tratada no presente estudo são os/as travestis, que são pelo senso comum vistos como aquelas pessoas que “se vestem” de acordo com o sexo oposto ao seu sexo biológico, contrariando assim as convenções sociais de binarismo,

²⁴ Nome pelo qual as travestis e pessoas transexuais se identificam e preferem ser identificadas, enquanto o seu registro civil não é adequado à sua identidade e expressão de gênero (JESUS, 2013).

macho-homem-masculino e fêmea-mulher-feminino. Sofrem preconceitos semelhantes aos dos transexuais e são ainda mais incompreendidos, pois, diferentemente destes, os travestis não procuram o trânsito definitivo entre os sexos ou gêneros, mas apenas um trânsito temporário e reversível.

O termo “travesti” com significado aproximado do contemporâneo, isto é, associado ao uso erótico de roupas do sexo oposto e como categoria clínica, foi utilizado pela primeira vez em 1910 por Hirschfeld, que já defendia que o desejo de se travestir com roupas associadas ao sexo oposto não está ligado diretamente à orientação sexual (LEITE JÚNIOR, 2011).

Os(as) travestis, assim como os(as) transexuais, foram estudados por Stoller e Benjamin. O primeiro, segundo Chiland (1998), julgava que a gênese do “travestismo” era o fato de ter se fantasiado o menino de menina contra sua vontade, e que ele foi ridicularizado a tal ponto que sua virilidade foi atingida. O “travestismo” na maturidade seria, portanto, a retomada voluntária e ativa de um comportamento que de humilhação foi metaforizado em triunfo. Nos dizeres de Leite Júnior (2011), para Stoller os(as) travestis estavam associados à periculosidade de uma perversão e a uma falsidade de conotação sexual, enquanto os/as transexuais estavam fadados à infelicidade de uma aberração sexual não pervertida, uma disforia ou transtorno.

Já Harry Benjamin foi um dos responsáveis pela diferenciação entre transexuais e travestis e pela criação do padrão científico e a popularização do termo travestismo. O endocrinologista foi percussor de uma série de estudos que solidificaram o discurso médico que associava os travestis às perversões sexuais e parafiliais, especialmente ao fetichismo, herança sentida até nos dias atuais. Benjamin diferenciava três formas de “travestismo”: o *principalmente psicogênico*, que é a pessoa travesti no sentido clássico, idealizado por Hirschfeld, cujo tratamento seria psicológico, pois ele quer que a sociedade mude sua atitude em relação à sua perversão, e não o contrário; o *intermediário*, que oscila entre o travestismo e o transexualismo e entre a hetero e a homossexualidade. O tratamento para esse tipo seria hormonal. E por fim, o *transexual somático-psíquico*, cujo tratamento recomendado seria psicológico, hormonal e cirúrgico (LEITE JÚNIOR, 2011).

Existem inúmeras discussões sobre uma definição de travesti. A mais tradicional associa o travesti ao papel ou à função social de cada uma das identidades de gênero. Nesse sentido Picazio (1998) define os(as) travestis como uma minoria mais numérica que os transexuais, constituída de pessoas que se identificam mais com o papel social do outro sexo do que com aquele do seu próprio. Segundo o autor, é errônea a visão que se tem de que os

travestis são transexuais não operados. Não há correlação, pois os(as) travestis geralmente estão perfeitamente satisfeitos com seus órgãos sexuais. São inverdades, igualmente, que todos são homens (que se vestem de mulher), que todos sejam homossexuais (existem muitos travestis heterossexuais), e que todos sejam trabalhadores do sexo (há travestis em praticamente todas as profissões), sendo tais inverdades meros estereótipos, fruto do grande preconceito dispensado a essas pessoas.

A grande questão que sobrevoa o estudo da travestilidade é a da intensidade das diferenças entre os(as) transexuais e travestis. As diferenças no conceito de Picazio (1998) soam claras, associando a transexualidade à necessidade do trânsito definitivo (físico e social) entre os性os, ao passo que a travestilidade deve ser associada de forma restrita ao papel social de cada sexo e não a mudanças anatômicas. Segundo o mesmo padrão de pensamento, Millot citado por Knudsen (2007), concorda com Picazio, mostrando que os travestis “brincam” com o gênero por meio de fenótipos, roupas e comportamentos miméticos, demonstrando o caráter simbólico da identidade de gênero. Porém a própria Knudsen (2007), juntamente com Bento (2006), defende outro ponto de vista:

Mas o travesti também altera o corpo, como bem sabemos. Próteses de silicone nas mamas, nas nádegas, nas maçãs do rosto, raspagem do pomo de Adão, injeções de hormônio freqüentes para alteração da voz, diminuição dos pelos, enfim toda uma série de procedimentos que fazem de sua relação com o corpo uma relação de transformação (KNUDSEN, 2007, p. 103-104).

Essa discussão requer novamente a abordagem do que Bento (2006) chama de inteligibilidade social. Segundo a autora o corpo é uma espécie de instrumento a serviço do ser, enquanto indivíduo dotado de vontades e desejos. Significa dizer que o corpo não é estático, tampouco determinado pela natureza, mas um processo dinâmico, constantemente ativo, transmutável, incrementável, podendo, desse modo, desafiar e exceder as normas sociais convencionadas sobre sexo e gênero. “Nos transexuais existe um processo de construção dos corpos que buscam ajustar-se ao modelo dimórfico. Mas existem também aqueles, como os *drag kings*²⁵, as *drag queens* e os travestis, que jogam com as ambiguidades e reconstruem seus corpos com este objetivo” (Bento, 2006, p. 161). Na perspectiva de gênero como ato performativo, homens e mulheres também estão permanentemente se refazendo por meio do discurso que proferem, por meio de seus gestos, de seu vestuário e de intervenções cirúrgicas em seus corpos. A prova disso são as cirurgias plásticas de embelezamento ou mesmo cirurgias de alargamento do pênis (KNUDSEN, 2007, p. 105).

²⁵ Artista que se veste, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem não tem relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual (JESUS, 2013, p. 27).

A perturbação que a travestilidade causa, nessa vertente teórica, está também ancorada no jogo de poder das aparências, originada do discurso patologizador das diferenças e das liberdades sexuais. Essa “fobia” se materializa na noção de que os travestis “parecem, mas não são”, em oposição à discussão sobre a transexualidade, que se preocupa sem debater em que grau os transexuais são ou pertencem ao outro sexo. A multiplicidade de experiências que essa construção e desconstrução de corpos proporciona, gera desconforto em relação aos ditames da heteronormatividade e causa incerteza nos códigos de inteligibilidade (Pelúcio, 2007 e Leite Júnior, 2011). Essa postura leva à marginalização e à exclusão social dessas pessoas, em razão de que:

A nossa sociedade tem estigmatizado fortemente as travestis, que sofrem com a dificuldade de serem empregadas, mesmo que tenham qualificação, e acabam, em sua maioria, sendo, em grande parte, excluídas das escolas, repudiadas no mercado de trabalho formal e forçadas a sobreviverem na marginalidade, em geral como profissionais do sexo (JESUS, 2013, p. 16-17).

Frente a tamanha variedade de concepções sobre a travestilidade, utilizar-se-á nesta pesquisa a definição fornecida pela ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais) no Manual de Comunicação LGBT (S/D), que define o(a) travesti como sendo a pessoa que nasce do sexo masculino ou feminino, mas que tem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade. Muitos(as) travestis modificam seus corpos por meio de hormonoterapias, aplicações de silicone e/ou cirurgias plásticas, porém isso não gera uma regra. Os(as) travestis não querem realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança do órgão genital).

Diante da definição da ANTRA, reconhece-se a existência e a importância de muitos outros conceitos, alguns talvez até mais apropriados. Porém, no momento da coleta de dados, em que entrevistas foram feitas e depoimentos ouvidos, é importante utilizar-se das definições mais usuais nos próprios círculos das minorias de gênero na expectativa de se eliminar qualquer tipo de ruído ou possíveis dificuldades de compreensão naquilo que for abordado. Dessa forma, elimina-se também, por parte do pesquisador, a chance de, mesmo que sem a intenção, utilizar-se de concepções teóricas outras que poderão dificultar ou comprometer a percepção dos dados, uma vez que aqui não se tem a intenção de discutir conceitos nessa altura da pesquisa.

4.3.3 Intersexuais

Os(as) intersexuais são aquelas pessoas que nascem com ambos os sexos biológicos e que, como é de praxe na medicina, sofreram uma cirurgia “reparadora” ainda quando bebês ou crianças, para que seu corpo se associasse, de qualquer maneira, com um ou com o outro gênero. Ocorre que essa cirurgia nada repara. Pelo contrário, prejudica, já que não leva em consideração nenhum aspecto psicológico ou sociológico da criança, optando-se pelo órgão sexual que “mais se assemelha” à sua constituição física. A referida cirurgia é psicologicamente violenta, na qual os médicos e os pais simplesmente “escolhem” de forma unilateral o gênero da criança e, tempos depois, quando a criança começa a se identificar de fato com um gênero específico, pode se identificar com o gênero oposto ao órgão sexual mantido. O intersexualismo é, portanto, segundo Silva Júnior (2013), o distúrbio biológico oriundo desse ato e, a pessoa intersexo sofre da mesma forma discriminação de gênero pelo fato de não agir em conformidade com seu sexo biológico.

Jesus (2013, p.25) entende o intersexual como sendo:

Uma pessoa cujo corpo varia do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações dos cromossomos, localização dos órgãos genitais (testículos que não desceram, pênis demasiado pequeno ou clitóris muito grande, final da uretra deslocado da ponta do pênis, vagina ausente), coexistência de tecidos testiculares e de ovários. A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais tem-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais.

É possível observar que, diferentemente da transexualidade e da travestilidade, existe uma consonância entre os conceitos de intersexualidade. Nesse sentido, compreender-se-á como intersexual na presente pesquisa, assim como nos itens anteriores, a concepção do Manual de Comunicação LGBT (S/D, p. 14) sobre o intersexual, qual seja: “é o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino e do masculino”.

Defendidos os pontos de vista sobre a ideia de propagação do preconceito por meio do discurso embasado em uma hegemonia heteronormativa, chega o momento de dar voz,

também por meio do discurso, às minorias de para que evidenciem seus anseios e angústias nesse contexto e formalizem suas necessidades para a fruição do seu direito ao desenvolvimento. Esta é a proposta do capítulo seguinte.

5 ANÁLISE DISCURSIVA: A REALIDADE DAS MINORIAS DE GÊNERO A PARTIR DE SUAS PRÓPRIAS PERCEPÇÕES

No decorrer dos quatro capítulos anteriores foram abordados aspectos teóricos e metodológicos que serviram de base para a investigação. Neste capítulo, no entanto, serão apresentados os resultados da pesquisa de campo, realizada entre junho e novembro de 2014 em Coxim e Campo Grande – MS, envolvendo entrevistados voluntários autodenominados transexuais, travestis ou intersexuais, focalizados por este pesquisador a partir de indicações de outros voluntários, encontrados em redes sociais, mediante mecanismos de busca ou em eventos voltados ao público LGBTT.

Dentre as 21 entrevistas realizadas, foram selecionadas 10 que passam a compor este capítulo, a partir dos critérios de proporcionalidade, ou seja, cinco entrevistas com travestis, quatro entrevistas com transexuais e uma entrevista com intersexuais, de idade e profissões distintas. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e transcritas na íntegra para fins de análise, sendo após submetidas à uma Análise Crítica do Discurso.

O roteiro das entrevistas foi guiado por eixos temáticos com vistas à categorização dos discursos nas seguintes áreas: educação, convívio familiar e social e mercado de trabalho e um último de tema livre, no qual os entrevistados tinham liberdade de falar sobre o assunto que desejassem ou julgassem relevante para o assunto abordado na pesquisa. No eixo livre, as temáticas abordadas foram diversas, porém todas se correlacionaram de alguma forma com os seguintes temas: 1) o que é ser transexual, travesti ou intersexual, 2) como agem e 3) como se veem frente à religião e prostituição.

Cada um dos Eixos Temáticos tratados nas entrevistas foi sequencialmente numerado, de modo a facilitar a abordagem e a análise dos discursos proferidos. Os discursos citados foram transcritos na íntegra sem transcrição, pois se acredita que o discurso puro possibilita um maior alcance de análise. Porém, quando o entrevistado fez alguma referência a objetos ou pessoas sem mencionar expressamente, de acordo com o contexto da entrevista, foram acrescentadas tais referências por escrito entre parênteses ao longo dos próprios discursos. Nomes de pessoas, cidades, instituições e qualquer referência que possibilite o reconhecimento foram reduzidos às iniciais.

As Ideias Centrais foram numeradas dentro de cada Eixo Temático em sequência numérica. Os discursos, por sua vez, foram precedidos da letra “D” e enumerados em

sequência dentro da cada uma das Ideias Centrais, de modo que não há correlação entre os discursos ordenados com o mesmo número em Ideias Centrais distintas, da mesma forma que não há correlação ordenada com os entrevistados, o que quer dizer que “D1” na Ideia Central 1 não tem correlação com “D1” na Ideia Central 2, tampouco significa que foram proferidos pelo mesmo entrevistado.

5.1 EIXO TEMÁTICO I: AS MINORIAS DE GÊNERO E O ACESSO À EDUCAÇÃO

O acesso à educação é sem dúvida um dos pontos mais cruciais dos direitos humanos e sociais, pois é a educação a força propulsora do desenvolvimento humano. Nesse sentido, é simultaneamente, uma necessidade humana fundamental e um direito humano fundamental, conforme assinala a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 que em seu artigo 26 prescreve:

Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional dever ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito. A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz. Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos.

O direito à educação para todos, do mesmo modo, está previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 que prescreve: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”; no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e em muitos outros diplomas legais nacionais e internacionais. Diante dessa pretensa universalidade de efetividade e acesso ao direito da educação foram forjadas as ideias centrais dessa seção. Neste contexto, é apresentada a Ideia Central 1 defendida pela pesquisa.

Ideia central 1: Às minorias de gênero é formalmente assegurado o direito à educação, porém, na realidade dessas pessoas, ir à escola é quase uma tortura cotidiana e as instituições ignoram esse fato

Na Ideia Central 1 serão apresentadas as seguintes categorias analíticas:

Categoria Analítica 1: Percepção dos entrevistados sobre o acesso à educação

Categoria Analítica 2: A visão dos entrevistados sobre si mesmo enquanto alunos

Categoria Analítica 3: A escola como *locus* de hostilidade e tortura psicológica

De acordo com **Categoria Analítica 1**, na percepção dos entrevistados, o Estado (por meio de seus dirigentes) não permite que as minorias de gênero demonstrem o que são em âmbito escolar, negando-lhes o direito básico de Ser, cuja violação, nos dizeres de Walsh (2010) é profunda infração ao princípio básico da dignidade da pessoa humana, vital para o direito ao desenvolvimento.

Para Elizalde, Max-Neef e Hopenhayn (2010) a educação, seja ela formal ou informal, mais que um direito é uma necessidade humana, tal como a alimentação e um abrigo, que se correlaciona com a consciência crítica, a racionalidade, a capacidade de análise e interpretação e a autodeterminação, promovendo, segundo Walsh (2010) a potencialidade para o protagonismo de si mesmo e a formação de lideranças na luta pela promoção social de populações marginalizadas.

Segundo Louro (2007), o enunciado da Ideia Central 1 é reflexo de uma “pedagogia da sexualidade”, cuja metodologia legitima até mesmo a violência para a “produção” de meninos e meninas de acordo com a norma cultural pré-estabelecida e convencionada de masculinidade e feminilidade. O propósito dessa pedagogia é produzir homens e mulheres “civilizados”, aptos à convivência social coerente e adequada ao contexto social em que se está inserido.

Já Foucault (1999a) diria que esses aparatos de poder e força normalizadora típicas da sociedade atual se confundem com a descrição de normas contra as quais lutariam aqueles sujeitos socialmente e discursivamente construídos sob o crivo da normalidade, de modo que se tornariam verdadeiros totens representativos de tudo que não é aceito, não é normal ou não é bem visto.

Ao ponderar que a agregação se define pela aceitação das diferenças, Barros (2015) explicita que na construção de uma sociedade, as diferenças devem conviver e dialogar nas diversidades; reflexão esta que leva este pesquisador a vislumbrar que esse deveria ser o caminho da educação para se evitar o sentimento de exclusão, de perda de identidade e liberdade de ação, sentimento de violência por parte das minorias de gênero, conforme os discursos abaixo:

D1: Quando eu já comecei na adolescência, que eu já queria “brincar” com as meninas na escola, por exemplo, tinha o professor que falava que “não”.

D2: (O professor falava) que menino tinha que jogar futsal e menina tem que jogar vôlei e eu queria jogar vôlei.

D3: Então assim, com seis anos de idade, quando eu comecei a fazer a pré-escola, eu sentia que “eu sempre me vi como menina”, só que eu sabia que se eu comentasse isso ia dar problema, tanto com meu pai, quanto com meus professores, porque o “pré” eu fiz numa escola católica chamada “S. F.”, lá em B. e lá, por ser católica é mais fechada, eu não tinha essa abertura, essa questão de conversar, de se expor, como algumas escolas particulares que tem psicólogos, etc.

Conforme se vê, o professor é a figura do opressor. Ele é exatamente a imagem personificada da opressão, que ocorre de forma explícita (D1 e D2) e implícita (D3). Percebe-se que esse tipo de ação docente explicitada pelos entrevistados, demonstra o medo de exposição em razão de uma condição diferente e não aceita, resultando em submissão, obediência e apagamento do direito comunicativo. O discurso institucional, nesse caso, está representado pela escola, o Poder e o Controle estavam, segundo a concepção dos entrevistados, nas mãos dos professores.

De acordo com a **Categoría Analítica 2**, as minorias de gênero recriminam a si mesmo a partir de uma tomada de consciência sobre seu valor, integridade e (des)ajustamento às normas sociais. Em razão do discurso preconceituoso que enfrentam passam a se esconder, a fingir que não são diferentes, há nesse contexto, o ocultamento da condição diferente para se que as minorias se sintam aceitas em ambiente escolar.

É possível compreender o preconceito em relação às minorias como uma espécie de pobreza humana, na concepção de Elizalde, Max-Neef e Hopenhayn (2010), porque a compreensão de “pobrezas” extrapola a noção de falta de recursos para subsistência, abarcando, também, a tridimensionalidade das necessidades humanas, o que quer dizer que, mesmo estando presentes recursos materiais que assegurem uma “riqueza” material, na ausência de satisfação de outros tipos de necessidades, há, portanto, outros tipos de pobreza.

Ainda, segundo os autores, as pobrezas são muito mais do que a convenção etimológica da palavra permite inferir, são verdadeiras “patologias”. Nesse sentido, cada

“pobreza” é uma patologia social, cuja não cura desencadeia um efeito corrosivo, epidêmico que como um efeito dominó desestrutura a sociedade pouco a pouco, tal como um cancro, gerando violência, marginalização, isolamento, pobreza material, etc. Esse discurso está implícito nos recortes discursivos abaixo, coletados a partir dos depoimentos.

D1: Até meus dez, doze anos de idade eu simplesmente achava que essa era uma coisa que eu sentia, mas que era pecado, que eu não podia sentir.

D2: Não terminei meus estudos, mas dentro da escola, nesse período que eu consegui estudar, que eu consegui ir para a escola, porque eu tive um conflito muito grande de querer desabafar com alguém, querer falar isso para alguém, mas ao mesmo tempo eu sabia que se minha mãe ou meu pai soubessem eu ia perder eles, eu ia perder minha família, ia perder meus amigos. Então eu fui “empurrando isso com a barriga”, passei minha adolescência inteira, até catorze ou quinze anos, que foi o tempo que eu frequentei a escola, escondendo isso, escondendo tudo que eu sentia. Quando eu sentia essa necessidade de estar no mundo feminino, eu tentava bloquear, eu fazia um autobloqueio, pensava outra coisa, tentava não ficar pensando nessa questão de viver o que eu sentia. Escondia isso (a transexualidade).

D3: Mas no período escolar eu não tive muito problema porque eles não sabiam, eu não externalizei essa questão com ninguém. Então assim, eu fui até a quinta série e na quinta série ficou uma coisa insuportável, porque assim, dentro de casa já era difícil de esconder, tem seu pai e sua mãe né!, Agora na escola que tem sei lá, trezentas, quatrocentas crianças, qualquer coisa que você fala ou faz pode virar uma piadinha entre colegas né, entre crianças, então na escola realmente o problema que eu tinha com conflito interno meu, não externo. Não tive nenhum problema externo. Mas eu saí da escola por causa disso, porque, mesmo não externalizando isso para ninguém, mesmo não passando isso para ninguém, eu ficava remoendo isso por dentro.

D4: Na escola eu nunca senti preconceito, preconceito dos outros, eu apenas ouvia piadinhas, faziam piadinhas e, era tudo brincadeira pra mim.

D5: Eu com catorze ou quinze anos eu era uma criança praticamente “normal”. Com quinze para dezesseis anos eu já era uma criança completamente isolada, porque, por exemplo, meus amiguinhos falavam que homem tem que “pegar” não sei quantas meninas, tem que ser isso, tem que ser aquilo, tem que ser forte e eu não me sentia dessa forma, na verdade eu criei um personagem para poder me livrar um pouco desse peso né, eu vivenciava um personagem né, eu não vivenciava o que era. Eu vivia para agradar as outras pessoas e não para agradar a mim.

D6: Porque assim...por eu ser vegetariano, na época vegetariano, é... eu não entrava na fila da merenda, ai a professora perguntava, falava meu nome e eu falava “não professora eu não como carne” e, os meninos me chamavam de “bichinha”, de “viadinho”, por ser vegetariano!!! Não tinha nada a ver, eu nunca tinha externalizado o que eu sentia e, por ser vegetariano eu já sofria bullying. Ai eu imaginava, “se por ser vegetariano eu já sou zoado assim, imagina no dia que os meninos souberem que eu me sinto menina”. Ai sim que bloqueou de vez. Por eu sofrer outras coisas antes dessa questão da transexualidade, eu criei essa carapaça, eu fiz esse personagem e enganei muito bem, enganei, porque ninguém nunca desconfiou, nunca!

D7: Então assim, nesse período de escola eu não sofri (preconceito) por causa disso, porque eu me fechei e as pessoas não viam em mim uma

criança afeminada. Até hoje em dia eu não sou (afeminada), eu não tenho trejeitos afeminados.

Os discursos acima revelam a visão do discurso institucional como uma forma implícita de repressão pessoal, seja pelo ocultamento da condição diferente (D7, por exemplo), seja pela visão distorcida de considerar natural, as formas de preconceitos demonstrados pelas piadinhas, pelos deboches e outras formas de bullying por parte dos colegas (D4, D5, D6).

Em D2, há um sentimento de desqualificação identitária, de segregação frente aos colegas, de medo da perda do afeto familiar e da ausência total da escola como um apoio a esses desafios enfrentados pelo entrevistado.

Em D3 e D4, por sua vez, manifesta-se no sentido de uma aceitação ou naturalização do que hoje se chama de bullying e, novamente, o sentimento de ocultamento da diferença subjaz como uma forma de se sentir aceito no ambiente escolar.

Em D5, há a perda da identidade própria em função de outra, criando-se um personagem que atenda aos padrões impostos e que é identificada pela expressão discursiva “*criei essa carapaça*”, ou seja, um personagem que esteja apto a esconder a transexualidade.

Em D7, percebe-se claramente quando o Poder e o Controle interferiram na personalidade dos entrevistados. A carapaça é ao mesmo tempo:

- i) uma máscara e um escudo, uma engenhosa estratégia psicológica que possibilita simultaneamente a aceitação, ainda que seja de uma figura que não representa a realidade de vida do entrevistado, representado pela expressão discursiva “porque eu me fechei e as pessoas não viam em mim uma criança afeminada”.
- ii) a possibilidade de proteger o verdadeiro Eu, existente, porém reprimido, escondido, condenado à satisfação por pequenas doses de afeto, que geralmente vêm condicionadas a uma ou outra atitude, representado pela expressão discursiva “Até hoje em dia eu não sou (afeminada), eu não tenho trejeitos afeminados”.

Frente a esse tipo de discussão, Elizalde, Max-Neef e Hopenhayn (2010) refletem que qualquer necessidade humana fundamental, como a de afeto, por exemplo, que não seja satisfeita de maneira adequada produz uma patologia. Tal afirmação é facilmente verificável como uma breve análise das sociedades contemporâneas, que investem de maneira exponencial, ano após ano, no desenvolvimento de tratamentos para combater patologias coletivas, individuais ou de pequenos grupos. Ainda segundo os autores, cada vez mais se enfrenta uma enorme quantidade de patologias coletivas, que aumentam de maneira alarmante

seja quantitativamente, seja qualitativamente, cujos tratamentos empregados se mostram frequentemente ineficazes.

Na **Categoria Analítica 3**, a escola se torna um ambiente hostil, as instituições falham na manutenção do acesso à educação pelas minorias de gênero, é o que se extraiu dos seguintes discursos:

D1: eu fiz somente até a quinta série, não terminei meus estudos, mas dentro da escola, nesse período que eu consegui estudar, que eu consegui ir para a escola, porque eu tive uma conflito muito grande de querer desabafar com alguém, querer falar isso para alguém. Então eu fui “empurrando isso com a barriga”, passei minha adolescência inteira, até catorze ou quinze anos, que foi o tempo que eu frequentei a escola, escondendo isso, escondendo tudo que eu sentia.

D1 é um desdobramento do sentimento da auto-culpa, que somado ao repúdio social à condição transexual provoca uma série de conflitos internos. Verdadeiras patologias que levam ao isolamento e à manutenção do status de excluído ou auto-excluído. O Acesso à educação no contexto de vida das minorias de gênero é institucionalmente assegurado apenas, não havendo maiores sucessos em sua manutenção e concretização, haja vista o despreparo dos exercitadores do Controle.

O índice de evasão escolar nessa parcela da população é alto, este é um dado consolidado e realmente ignorado pelo Estado, havendo pelos meios de comunicação, inclusive, um discurso que culpa essas pessoas por saírem da escola.

Reforça esse pensamento, Bento (2008, p. 129) quando afirma que não há mensuração da questão do preconceito, com relação à escola tudo aparece sobre o manto “invisibilizante da evasão”. Segundo a autora, há implicitamente um desejo de eliminação e exclusão daqueles que “contaminam” o espaço escolar, expressando que “há um processo de expulsão e não de evasão”.

Como se viu nos discursos, o fato é que a escola se torna um ambiente hostil às pessoas diferentes ao ponto de que a frequência às aulas se torna insuportável. Do diretor ao professor e aos colegas de turma existem manifestações implícitas e explícitas de preconceito, geralmente negativas, que fazem com que a escola deixe de ser um ambiente de aprendizagem para as minorias de gênero e passe a ser verdadeira câmara de tortura.

O ambiente escolar é intolerante, nesse sentido, aqueles que insistentemente querem permanecer na escola têm de fazer uso de artifícios que possibilitem a ocultação da diferença, pelo uso de diferentes processos de ressignificação da identidade. Em vários casos existe a internalização do preconceito, que passa a ser visto de forma natural, uma “brincadeirinha”

inofensiva que mascara um discurso de ódio. Essa naturalização do preconceito faz com que a pessoa dê permissão para ser facilmente objeto de descarrego dos preconceitos alheios. Ou ainda mais grave, a vítima do preconceito passa a se enxergar com uma aberração, de fato um erro que deve ser corrigido, iniciando uma guerra psicológica contra a própria natureza. Novamente, Foucault (1999a) sugere que a aceitação da autoridade do outro é o objetivo dos mecanismos de poder, o machismo, a heteronormatividade, o preconceito, etc. são maneiras de amoldar o convívio social às diretrizes de poder dominantes. De modo que, se as pessoas dotadas de autoridade repetem um discurso de reprovação, nada mais comum que o próprio reprovado enxergar-se como uma coisa reprovável, internalizando essas manobras discursivas, se culpando, se policiando e se submetendo em busca de uma inclusão.

Essa dinâmica na escola é violenta e, muitas vezes, os próprios funcionários, gestores e professores acabam partilhando do mesmo tipo de conduta. Quem deveria fazer a proteção das pessoas agredidas, acaba sendo, às vezes, o maior agressor. Em Campo Grande – MS, por exemplo, foram registrados casos de estudantes transexuais femininas que solicitaram à direção de suas respectivas escolas permissão para fazerem uso do banheiro feminino. Tal permissão foi negada, e um caso específico se desfechou com um processo judicial e a saída da estudante da escola.

Não se pode, apesar das afirmações anteriores, fazer do professor um vilão nesse contexto. Devem ser criadas, para melhor preparação do profissional escolar, políticas públicas inclusivas, que enfatizem a quebra de paradigmas e potencializem a educação (ou reeducação) desses profissionais, assim como dos próprios educandos. Tais medidas em longo prazo efetivariam o direito à educação para as minorias de gênero, diminuindo o preconceito, incluindo-as socialmente, colaborando para seu direito ao desenvolvimento humano.

Essa falha na educação de base nega também o acesso ao nível superior por parte das minorias de gênero. Tal afirmação é plausível, pois do universo de entrevistados menos de um décimo cursa ou cursou uma faculdade, sendo que apenas um terço tem mais de trinta anos de idade, o que revela que a grande maioria se encontra entre os dezoito e trinta anos, faixa etária da maioria dos universitários brasileiros segundo o Censo (2010).

5.2 EIXO TEMÁTICO II: AS MINORIAS DE GÊNERO E O CONVÍVIO FAMILIAR E SOCIAL

Certamente, assim como a educação, o convívio social e familiar é um direito e uma necessidade humana. Nesse sentido, a Constituição Federal (artigo 227) e a legislação da criança e do adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 19) preveem claramente o direito ao convívio familiar e comunitário, aqui entendido como sinônimo de convívio social. De acordo com os princípios gerais dos direitos da criança e do adolescente, e também constitucionais, a família é a base da sociedade, e o convívio familiar e comunitário é tão importante quanto o próprio direito à vida, à saúde, à educação, ao lazer e outros.

Ao Estado é dado o dever de assegurar tais direitos à criança, e quando violados pela própria família, o mesmo deve articular para que a criança vá para uma família substituta. Mas e na idade adulta? Esse direito ainda é resguardado legalmente? Nos últimos anos, algumas decisões judiciais levaram à compreensão de que sim, que mesmo na fase adulta a pessoa humana tem o direito à convivência familiar e na negativa da família há deveres indenizatórios e até mesmo alimentares (pensão alimentícia) quando comprovada a necessidade do ente abandonado.

Para Elizalde, Max-Neef e Hopenhayn (2010) a necessidade humana de conviver com outras pessoas é intrínseca a necessidades outras que circulam em torno da necessidade básica de afeto, de participação e de identidade. Significa dizer que para uma boa qualidade de vida e em consequência um desenvolvimento em escala humana satisfatório, elementos como autoestima, tolerância, respeito, receptividade, amizades, família, carinho, livre expressão, cuidado, espaços de convivência, solidariedade, afiliação/sentimento de pertença, diálogo, interação participativa, associações, comunidade, etc. são indispensáveis para a fruição de direitos inerentes à pessoa humana.

Diante dessa afirmativa, é possível refletir que quando um de seus membros apresenta alguma diferença, a família é, geralmente, a primeira instituição a se manifestar sobre tal, de modo que, quando se fala em minorias de gênero existe um histórico cultural robusto na literatura, na mídia e no senso comum de que a família, comumente baseada em dogmas religiosos, é sempre contra manifestações como a transexualidade e a travestilidade. Nesse sentido, aos entrevistados foi solicitado que contassem como foi a convivência familiar antes e depois de assumidas suas respectivas diferenças. É apresentada, nesse contexto, a Ideia Central 1 do Eixo Temático II:

Ideia central 1: A família: aceitação e o convívio

Na Ideia Central 1 serão apresentadas as seguintes categorias analíticas:

Categoria Analítica 1: Da não receptividade à aceitação familiar.

Categoria Analítica 2: A não receptividade e inaceitação familiar.

Categoria Analítica 3: O desconhecimento familiar.

Na **Categoria Analítica 1**, os discursos abaixo apresentam como a família inicialmente não foi receptiva, mas depois aceitou a diferença.

D1: Na verdade quando eu falei né, quando eu contei, alguns até tentaram ter uma proximidade, mas eles imaginavam que eu fosse gay, eles nunca entenderam essa questão de transexualidade, de identidade de gênero, então eles falavam assim “mas você nunca falou que você gostava de homem” e, não tem nada a ver entendeu.

D2: Quando eu tinha 14 anos 15 anos, que comecei a trabalhar. Eu comecei a trabalhar numa loja de som, sempre trabalhei nessa área de tecnologia, mecânica é... eu comecei a ganhar dinheiro a primeira coisa que eu fiz foi ir numa loja e comprar roupa feminina, escondido da minha mãe, porque quando eu ia com a minha mãe eu ficava olhando a sessão de roupas femininas eu ficava encantado, assim... Eu via as mulheres escolhendo roupa e eu queria comprar roupa feminina, eu queria me ver com roupa feminina, queria ter uma imagem feminina e, por muito tempo eu comprava roupa feminina, é... usava dentro do meu quarto, que era o único lugar que eu podia viver minha particularidade. Depois que passava um tempo, aquilo pesava na minha cabeça e eu jogava tudo fora. Eu comprava várias peças femininas e depois que eu usava eu jogava tudo fora, depois comprava de novo e jogava. Uma vez minha mãe achou uma mochila que eu tinha com um monte de lingeries, só que ela achou que eu namorava uma travesti, ela achou que eu tinha atração por travestis. Ela nunca desconfiou. O choque maior da minha família foi esse dai, porque assim... eles imaginavam que... por eu nunca ter demonstrado me chamaram até de louco, quando eu me assumi, né. Eles falavam “mas você nunca gostou de homem, você nunca demonstrou, nunca foi ‘desmunhecado’”, meu pai falou isso. Essa ignorância de achar que tem que ter feminilidade.

D3: Em casa foi mais difícil quando eu me assumi. Minha mãe não quis me aceitar, queria me jogar pra fora de casa, foi a maior barra, só quando eu me assumi. Ai depois ela aceitou, normal, hoje em dia eu tenho um relacionamento normal com a minha família, meus irmãos, minha mãe, todo mundo...

D4: O único preconceito, assim... que sofri, foi dentro de casa, assim... de a minha mãe me jogar na cara por causa da minha opção sexual... Só, a única vez que eu sofri preconceito.

D5: Eu ficava imaginando sabe... que a minha família é uma família que realmente... Mas aconteceu uma coisa muito engraçada, eu imaginava que a primeira pessoa que eu ia perder era a minha mãe, por ela ser filha de espanhóis ser descendente de espanhol ela é muito, é... sistemática, muito de casa. Mas foi justamente o contrário, meu pai não queria nem saber mais de mim. Foi minha mãe que me acolhe, que me acolheu na verdade. Hoje em dia ela faz trança no meu cabelo, às vezes ela sai na rua e vê alguma blusa que ela sabe que eu gosto ela compra.

A Categoria Analítica 1, a partir dos discursos apresentados conduz ao desafio na construção identitária enfrentado pelos entrevistados na condição de diferente que vai do desconhecimento (D1) do que é ser transexual, travesti ou intersexual, às preocupações com a visibilidade negativa, seja na culpabilização pessoal (D2) pela sua condição diferente, ou pelo efeito que vai provocar no contexto da própria família e nas relações sociais e profissionais (D3). O efeito contraditório frente às reações familiares (pai e mãe, no D5) demonstra que em todas as relações fica evidenciado o papel da mulher, enquanto mãe, que perante as adversidades no processo de aceitação da condição diferente acaba tendo um olhar e uma postura de acolhimento e aceitação, remetendo, novamente, às relações de gênero, os deveres do homem e da mulher enquanto membros da sociedade.

O homem, em sua maioria, pelos discursos vistos, dada à sua posição privilegiada nas sociedades patriarcais se desvincilha de qualquer responsabilidade sobre situações conflituosas familiares relativas à condição de diferente apresentadas. Dessa forma, fica evidente, que a questão da “aparência social” determina a sua postura frente à sociedade, de modo que a melhor satisfação que ele poderia dar seja, justamente, o abandono.

Esse contexto pode ser observado no chamado “repúdio social”, que na concepção de Bourdieu e Passeron (1982) engendra matizes de medo nas próprias famílias, medo de “aparecer para os outros” de modo que o ente diferente pode até manifestar sua diferença desde que seja no interior dos muros da família. O problema, muitas vezes, não é o Ser, mas o Parecer Ser diferente.

Os depoimentos da Categoria Analítica 2 apresentam que a família não foi receptiva e nunca aceitou a diferença.

D1: Algumas vezes que eu procurei falar isso com meu pai e com a minha mãe eu aprendi que era uma coisa errada. Minha avó materna, principalmente, era muito religiosa e, ela veio com vários argumentos

uma vez que ela me pegou usando uma meia calça da minha mãe para falar que sentir atração por homem ou querer vestir roupa de mulher é pecado, é coisa do diabo.

D2: Eu sabia que assim que se eu demonstrasse qualquer atitude feminina eu perderia meu pai, perderia minha mãe, que foi o que aconteceu né. Depois, com vinte e oito anos de idade, que eu me assumi publicamente, eu perdi todo mundo, quem eu tinha mais próximo.

D3: Então assim, eu vivia me castigando internamente, me privando de viver, de vivenciar o que eu sentia para poder agradar as outras pessoas, para poder agradar principalmente meu pai, que a gente era “carne e unha” né. Assim a partir do momento que eu falei isso (que era transexual) pra ele, em uma semana ele já não me atendia mais, não falava mais comigo e até hoje, nunca mais. E a gente assim se falávamos todo os dias né, nos falávamos todos os dias, nunca ficamos assim, sem perguntar um do outro, sem ver um ao outro e ele mora aqui! (na cidade). Eu tenho a noção de que é uma atitude que traz mal, traz rancor, por você não ter vivenciado o que você sente o que você é, por você não poder chegar pra sua mãe, chegar pro seu pai e falar né, eu você se sente mulher, que você quer viver como mulher.

A não aceitação imediata da família, bem como a mediata, se justifica ou se representa por diferentes motivos ou formas, desde o religioso, como “isso é coisa do diabo” em D1 até o sentimento de vergonha existente acerca da condição diferente. Esse tipo de atitude provoca no(a) transexual, no(a) travesti ou no(a) intersexual o sentimento de perda do afeto familiar e o isolamento.

Nessa realidade, o seio familiar se fragmenta, se abala, e a culpa por isso é projetada integralmente naquele indivíduo que não sintetiza ou não compartilha com as convenções da família, é o que se vê, por exemplo, em D2: “com vinte e oito anos de idade, que eu me assumi publicamente, eu perdi todo mundo, quem eu tinha mais próximo”.

O abandono por parte da família provoca uma autodesqualificação, autoflagelação e a privação do viver frente às imposições familiares. Em D3, por exemplo, isso se evidencia com o seguinte discurso “eu vivia me castigando internamente, me privando de viver”.

De acordo com Categoria Analítica 3, a família ainda não tem conhecimento da diferença. Essa condição fica clara a partir dos seguintes discursos:

D1: Isso pra mim tudo ainda é um enigma porque nunca tive nenhuma conversa com eles... mas minha mãe e minha irmã sabem com todas as letras, meu pai, minha vó, meus tios que moram comigo nunca tiveram uma confirmação da minha boca...

D2: Aaah, mas não sei se sou um bom exemplo porque eu ainda meio que to no armário.

D3: Ainda não assumi plenamente a identidade feminina.

D4: Nunca apareci “montada” na frente da minha família.

A palavra “enigma” no discurso D1 deixa implícita tanto a não aceitação da condição diferente por parte do entrevistado, como também o medo da reação familiar frente à descoberta dessa condição. Já o discurso D2 abre duas possibilidades de implicitudes: o medo de sair da clandestinidade “ainda to no armário” e o ocultamento como reflexo de uma possível vergonha frente à família por se encaixar no grupo das minorias de gênero.

No discurso D4, fica explícito o medo da rejeição familiar, pois o “aparecer montada” significa, justamente, aparecer travestida(o) frente à família, o que significaria assumir uma nova identidade.

A Ideia Central 2 do Eixo Temático II traz as práticas discursivas que evidenciam a dinâmica de convívio social dos entrevistados.

Ideia central 2: O convívio social

Na Ideia Central 2 serão apresentadas as seguintes categorias analíticas:

Categoria Analítica 1: Da não interferência da diferença no convívio social.

Categoria Analítica 2: Da interferência da diferença no convívio social.

Categoria Analítica 3: O desconhecimento familiar.

Na **Categoria Analítica 1** a condição diferente não interfere (explicitamente) no convívio social.

D1: Lógico que você nota olhares, mas preconceito de (amigos) falarem, de sair falando, nunca, nunca, nunca.

No discurso D1, apesar da afirmação em contrário, fica implícito que o preconceito ocorre, porém, de forma velada, não verbalizada, por meio de olhares e sinais de não assentimento.

Já na **Categoria Analítica 2**, a diferença interfere no convívio social.

D1: Eu perdi noventa por cento dos meus amigos, noventa e oito por cento da minha família, isso até hoje. Na verdade quando eu falei né, quando eu contei, alguns até tentaram ter uma proximidade, mas eles imaginavam que eu fosse gay, eles nunca entenderam essa questão de transexualidade, de identidade de gênero, então eles falavam assim “mas você nunca falou que você gostava de homem” e, não tem nada a ver entendeu.

D2: Mas assim, eu aprendi quando eu me privei de vivenciar, de ter um círculo social, de ter um círculo de amigos, eu ficava em casa, eu ficava estudando, eu ficava tentando entender o que eu era, porque assim, é... só eu sabia tinha algum problema entre aspas né. Porque, assim, até você realmente entender que transexualidade não é doença, que transexualidade não é nenhum tipo de pederastia, como algumas pessoas pensam né. E, não é também uma vontade de ser, não é assim “ai, eu vou mudar”, a transexualidade é diferente da travestilidade né, justamente por causa disso.

D3: Eu quando estou no ônibus, as pessoas ficam me olhando. Hoje eu fui perguntar pro motorista se o ônibus entrava na UFMS e todo mundo ficou me olhando por causa da minha voz. Então assim... eu não me sinto agredida, porque na minha cabeça elas estão erradas. Eu tento fazer a cabeça das outras meninas. Só que eu passei por muita coisa, eu morei um ano e meio fora do Brasil, eu tenho uma carga muito grande, então é mais fácil pra mim.

D4: No meu facebook tem muitos LGBT's, muitos LGBT's religiosos e outro dia eu falei no facebook que queria que os evangélicos me excluíssem do facebook e, teve uma amiga minha, lésbica, que falou que não que eu não podia fazer isso, etc. Eu falei pra ela me passar o endereço da igreja dela, que eu ia lá e que se eu conseguisse entrar na igreja eu mudava de ideia. Ai ela não me passou, porque ela sabe... assim, ela é lésbica mais dentro da igreja dela ninguém sabe que ela é lésbica.

D5: As travestis e as transexuais não conseguem esconder né? O gay, a lésbica, se não for muito estereotipado, conseguem esconder isso, mas uma travesti, um transexual quando sai na rua ele “já tá fazendo militância”, só pelo fato de sair na rua.

No discurso D1, na Categoría Analítica 2, há explicitude de forma negativa da total ruptura com membros familiares, amigos e na convivência social. Amplia essa discussão o discurso D2, pois a nova identidade assumida abre possibilidades de reflexões pessoais sobre a própria identidade, minimizando assim o sentimento de perda familiar e social. Como valor positivo fica implícito que essa nova identidade, apesar de trazer perdas significativas, abre possibilidades de ressignificação identitária, e como valor negativo fica implícito que a

ruptura de laços familiares e afetivos provoca sentimentos de solidão, de rejeição, de privação de afeto, de diálogos, de carinho familiar.

O repúdio social no discurso D3 expresso em “todo mundo ficou me olhando por causa da minha voz” é minimizado em razão das experiências de vida vivenciada pelo entrevistado, que lhe possibilitaram não só uma capacidade crítica de lidar com os preconceitos, como também de interagir com os seus iguais. Essa realidade já não é a mesma, por exemplo, dos(as) transexuais, travestis ou intersexuais mais jovens ou menos experientes, que são as maiores vítimas de manifestações preconceituosas.

Em D4, o advento das redes sociais como valor positivo abre as possibilidades de comunicação, informação e interação, mas de outro lado, como valor negativo, possibilita novas formas explícitas de violências discursivas, ou seja: afrontamentos, preconceitos, discriminações e incentivo ao ódio.

Os juízos de valor formulados pelas pessoas sobre as minorias de gênero são inevitáveis. Diariamente é possível ver discussões desse tipo na mídia, nas quais pessoas com pontos de vista antagônicos se submetem ao debate sobre o que é ser transexual, travesti ou transgênero, por exemplo. São médicos, psicólogos, religiosos, enfim, pessoas que se esquecem de que estão falando de seres humanos, pretensos especialistas que corroboram para a disseminação de um discurso que “exotiza” essas minorias e muito pouco colaboram para a potencialização de seu bem-estar individual e social.

Conforme inquietações de Van Dijk (2000 e 2010) o discurso é uma prática social que reitera as ideias dominantes ao longo do tempo de modo que sistematiza uma ideologia. A aversão às minorias de gênero é histórica e amplamente difundida nas mais diversas formas de manifestação, das mais camufladas às mais explícitas. Como foi possível perceber nos discursos dos entrevistados, tais manifestações criam um ambiente de medo e insegurança que intervém de forma negativa nas relações sociais e familiares dessas pessoas. O discurso de ódio se encontra arraigado numa cultura primeiramente religiosa, depois individualista e heteronormativizada. O papel da religião na propagação de tais pré-julgamentos é fundamental, mas essa questão será melhor discutida no Eixo Temático IV.

A questão do convívio familiar é emblemática nas histórias de vida apresentadas, principalmente no momento de assumir para o mundo as diferenças. O que se tem por certo é que esse momento é um dos mais importantes da vida de uma pessoa que faz parte do grupo discutido neste trabalho, afinal acarreta seríssimas mudanças físicas, comportamentais, etc.

Isto é, uma readaptação de identidade, não só por parte de quem se assume, mas por parte de quem toma conhecimento desse processo.

“Sair do armário” é o ápice de uma vida de dúvidas e de sofrimento e, é justamente nesse momento que a família é mais solicitada e, portanto, existe uma grande expectativa em que ela se faça mais presente. O amparo e o apoio da família são primordiais para que sejam evitados desgastes psicológicos profundos, rompimentos de laços ou outras consequências ainda mais graves, como, por exemplo, o uso de substâncias psicoativas (lícitas e ilícitas), suicídios e homicídios.

Poder manifestar publicamente a condição de diferente, conforme Borges e Coutinho (2015, p. 184) é:

[...] sair da clandestinidade em que foi confinado, pois constitui para o homossexual o momento libertador: torna-se uma oportunidade de restaurar a sua autoestima e sua própria identidade. Afinal, o indivíduo estigmatizado se vê numa arena de argumentos e discussões detalhados referente ao que ele deveria pensar de si mesmo.

Como bem atesta o Grupo Gay da Bahia, a cada 23 horas no Brasil um membro da comunidade LGBTT é assassinado em razão de sua condição. Por uma simples busca em sites na internet é possível ler uma vasta gama de notícias que comprovam essa estatística. O número de suicídios entre as minorias LGBTT também é muito alto, segundo dados da Universidade de Columbia (Estados Unidos), é cinco vezes maior a propensão à tentativa de suicídios dentre membros da comunidade LGBTT em comparação com os heterossexuais. Tal estatística foi feita em um universo de 32 mil voluntários, sendo, portanto, um dado bastante sólido. A mesma pesquisa aponta que 80% dos LGBTT’s já desejou simplesmente “sumir”, ou seja, desaparecer da convivência familiar e social, justamente em razão da dificuldade que é fazer parte dessas minorias (UFAL, 2013).

Outra pesquisa, desta vez em âmbito nacional, realizada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) aponta que 67% dos entrevistados LGBTT sentem vergonha de sua condição sexual, sendo que 35% do total apresentam quadro depressivo e 10% com risco real de cometimento de suicídio. Em cidades como Maceió, Alagoas, um dos menores estados do país, de janeiro a outubro do ano de 2013, por exemplo, 400 casos de tentativa de suicídio no Hospital Geral do Estado foram registrados (UFAL, 2013).

Tais dados reforçam a importância e a necessidade da presença da família junto às pessoas LGBTT, principalmente aqueles que não se sentem bem com sua condição e que demonstram sinais de revolta, depressão ou culpa, o que não é raro. Conforme se verifica nos

discursos, a maioria dos entrevistados em algum momento da vida não se sentia confortável a diferença que os caracterizavam.

Na contramão da necessidade da proximidade da família, têm-se as reações familiares diante da revelação de que um de seus membros possui uma característica diferente. Do universo de discursos sobre a temática, foi possível elencar apenas um cuja família aceitou de pronto a revelação.

Na maioria dos casos, infelizmente, a reação inicial familiar foi negativa, afastando o entrevistado do seu convívio mediante ações de extremo preconceito, como, por exemplo, expulsão de casa, agressão verbal, tentativas diversas de convencimento de que a diferença é apenas uma “fase da vida” ou um erro remediável, fazendo dela um problema de ordem moral, sexual e muitas vezes espiritual. Essas atitudes extrapolam a dimensão pessoal, passando a ser familiar, legitimando assim, uma solução unilateral por parte da família, sem levar em conta, muitas vezes, a vontade do(a) transexual, do(a) travesti ou do(a) intersexual.

Essas medidas são geralmente um “tratamento” de ordem psicológica, hormonal, psiquiátrica ou médica, que se sistematizam muito mais facilmente quando às diferenças são perceptíveis ainda na infância, quando a pessoa não tem como manifestar ou fazer valer a sua vontade mediante a argumentação. O melhor exemplo é o dos intersexuais que têm seu sexo “escolhido” pelos pais ou pelos médicos ainda quando bebês.

Não raras também são as medidas de afastamento. Essas não se dão em relação à família em si, mas de um convívio social que remete a pessoa diferente como membro de determinada família por motivos como vergonha, manutenção de status social, entre outros. São os casos das famílias geralmente de alta renda que proporcionam ao membro que se assume diferente longas viagens, geralmente para morar em outra cidade, com uma tia distante ou com os avós, ou até mesmo em outro país, enfim, para qualquer lugar, desde que distante do núcleo da família, evitando assim as inevitáveis associações com um(a) travesti, transexual ou intersexual. Nesse contexto, o membro não chega a ser expulso da família, muitas vezes continua sendo amado da mesma forma que sempre foi, porém, o temor de que a rejeição social que atrai para si seja transferida para toda família leva a essas medidas de afastamento.

Quanto à convivência social em si, novamente a escola é um dos principais focos de discussão, pois é geralmente na escola que a criança começa a estreitar seus laços de amizade e a aprimorar suas relações sociais. Já está demonstrado que a escola muitas vezes é o primeiro ambiente em que as minorias de gênero sofrem preconceito, logo, é também um dos

primeiros ambientes em que a convivência social é rompida. A precocidade de experiências desse tipo são extremamente prejudiciais para qualquer pessoa, independentemente de sua realidade de gênero e sexual, mas sua reiteração ao longo da vida é demais desconcertante.

Os discursos evidenciam, nesse sentido, que os entrevistados, após o ato de se assumirem, perderam a maioria dos relacionamentos sociais que tinham. Em um ou outro caso essa perda chega à totalidade. Está-se diante de pessoas que apenas pelo fato de assumirem sua condição diferente perderam a maior parte da família e dos amigos, sendo forçados a uma vida de isolamento ou de socialização reduzida a poucas pessoas, que geralmente estão na mesma condição.

Nessa dinâmica é perceptível que as mães têm uma maior pré-disposição a apoiar os filhos. Mesmo que no início do processo haja imediata rejeição, elas tendem a serem as primeiras ou as únicas a reatarem as relações familiares com os filhos transexuais, travestis ou intersexuais. Os pais, por sua vez, são os que tendem a se afastar de forma definitiva, geralmente depois de um doloroso processo de rejeição, muitas vezes temperado por profundas discussões ou desafetos e, em casos extemos, até mesmo violência.

A sociabilidade das minorias de gênero é de um ponto de vista genérico, comprometida e atribulada, sendo uma das razões principais da propensa procura (quando há) aos remédios antidepressivos, ao álcool ou às drogas, por parte dessa população, como válvula de escape dessa turbulenta realidade.

Os espaços públicos também não são permissivos em relação às minorias de gênero. O ônibus, a rua, a praça, enfim, todos os tipos de ambientes de convivência social públicos não se demonstram receptivos, a não ser que exista unicamente para esse propósito. A dinâmica das relações sociais obriga às minorias de gênero a um confinamento em seus próprios espaços, em seus próprios eventos – o gueto, a marginalização. É provável que tal separação não seja consciente, pois acaba sendo mais uma reprodução de um discurso heteronormativizado, como se houvesse duas subespécies diferentes de seres humanos que não podem coexistir no mesmo espaço. Os discursos analisados demonstram que em lugares evidentemente “heteros” não são bem vindas as demais variações. Porém, no contrário, em lugares de pessoas diversas, os heteronormativos são bem vindos, pois o próprio ato de se disporem a frequentar tais espaços demonstra que de alguma forma, simpatizam com tais diferenças, ou seja, “são amigos”.

Para o(a) transexual e o(a) travesti, o fato de sair na rua já é afronta direta à heteronormativização dos espaços públicos, despertando reações de ódio e de preconceito que

culminam muitas vezes em explícitas demonstrações de violência verbal e física, que em casos extremados levam até à morte. A figura dessas variações contraria os padrões sociais estabelecidos, agredindo esteticamente inclusive o senso sistematizado do que é “normal”, pois quebram o paradigma do “homem de calças e da mulher de vestido”.

5.3 EIXO TEMÁTICO III: AS MINORIAS DE GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO

O direito a um trabalho digno também está amplamente previsto nas legislações pertinentes aos direitos humanos em âmbito internacional, na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho e em legislações esparsas em âmbito nacional. É importante ressaltar que o acesso ao trabalho não basta estar assegurado, tendo que ser também considerado adequado, não violando os princípios gerais dos direitos humanos, especialmente a dignidade da pessoa humana.

Segundo a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seus artigos 23 e 24, todas as pessoas têm direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego, bem como a um salário equivalente ao trabalho empregado que lhe permita uma existência digna e completada, se possível, por todos os outros meios de proteção social.

Sob tais alegações, nasce a necessidade de se verificar como se dá a relação das minorias de gênero abordadas nesta pesquisa com o mundo do trabalho em seus diferentes estágios, contratação, manutenção e desligamento. A pretensão era, por meio dos discursos, poder informar se as minorias de gênero recebem tratamentos diferenciados nessa dinâmica. Os discursos possibilitaram a formulação da Ideia Central 1 do Eixo Temático III, veja-se:

Ideia central 1: A diferença nunca dificultou o acesso ao trabalho formal e a segmentação dos ambientes de trabalho

Na **Categoria Analítica 1**, a estruturação desse contexto discursivo foi possível a partir dos discursos exemplificados abaixo:

D1: No serviço nunca tive problema em questão de preconceito, em questão de nada, no meu serviço é de boa, até porque sempre trabalhei com beleza.

D2: Quando eu era mais nova trabalhei no mercado do meu irmão, então não tive problema.

D3: Eu só mexo com cabelo. A vida toda.

É perceptível nos discursos D1, D2 e D3, que a inclusão profissional, na maioria das vezes, ocorre em áreas ligadas à beleza ou em empresas familiares. Logo, não se pode afirmar que nas demais áreas, possa ocorrer a tão sonhada inclusão profissional, sem que haja alguma forma de rejeição social, como por exemplo, a exigência de ir ao trabalho “desmontada”.

Ideia central 2: A diferença impossibilitou ou impossibilita o acesso ao trabalho formal

Categoría Analítica 1: O mercado de trabalho é preconceituoso.

Categoría Analítica 2: A prostituição como único caminho possível.

Na Ideia Central 2 há um antagonismo em relação à Ideia Central 1. Aqui se apresentam categorias analíticas edificadas a partir de práticas discursivas que corroboram com a ideia de um ambiente de trabalho pouco receptível às diferenças de gênero.

A Categoría Analítica 1 é expressa pelos seguintes discursos:

D1: Eu tinha na minha cabeça que a partir do momento que eu assumisse isso (a transexualidade) eu ia perder tudo que eu tinha. Que eu ia perder o emprego.... perdi!.

D2: Eu sempre trabalhei com informática, eu trabalhava com eventos, eu nunca fiquei sem emprego (antes de assumir a transexualidade). A partir do momento que eu me assumi, que eu ia nos lugares pedir emprego com essa imagem feminina que eu tenho hoje e as pessoas falavam que eu não me encaixava no perfil da empresa. Então assim eu passei um pouco de raiva.

D3: Eu sinto hoje em dia quando vou procurar emprego e a pessoa diz que eu não me encaixo na empresa.

No discurso D1 assumir a própria identidade trouxe inicialmente medo da perda de emprego, confirmada quando de fato, essa atitude provocou a demissão.

Em D2 e D3 há um reforço do conteúdo do discurso D1 da Categoria Analítica 1 da Ideia Central 1 quanto à estigmatização das minorias em setores profissionais que não estejam ligados às áreas de beleza, de moda ou empresas familiares. Isso se expressa em “eu ia nos lugares pedir emprego com essa imagem feminina que eu tenho hoje e as pessoas falavam que eu não me encaixava no perfil da empresa” e “eu sinto hoje em dia quando vou procurar emprego e a pessoa diz que eu não me encaixo na empresa”.

A **Categoria Analítica 2** problematiza a profissão de prostituta(o) com resultado das poucas alternativas que são dadas às minorias de gênero. Essa situação fica evidenciada pelos seguintes discursos:

D1: Eu vinha trabalhando na A. mas lá ganhava muito pouco. Hoje sou obrigada a me prostituir.

D2: É fácil criticar as travestis que se prostituem, mas ninguém quer dar emprego pra gente. Muitas vezes a pessoa que negou emprego pra gente de manhã é a pessoa que vai atrás de programa com a gente à noite.

Os discursos D1 e D2 evidenciam a vulnerabilidade das minorias de gênero frente às expectativas sociais e profissionais, diminuídas em razão das dificuldades enfrentadas. O sentimento de desqualificação, de segregação do convívio laboral propicia o sentimento de marginalidade, muitas vezes imposto pela própria sociedade, levando o entrevistado a buscar na prostituição uma forma de sobrevivência humana.

Essa marginalização tem correlação direta com os eixos anteriores de análise, tanto em relação à educação e à presença da família na aceitação e acolhimento quanto na vida profissional que se torna o reflexo das problemáticas enfrentadas pelas minorias de gênero no decorrer da vida.

Por reflexo dos eixos anteriores é possível imaginar que a vida das minorias de gênero no mercado de trabalho também encontra sérias dificuldades. Primeiramente, é conveniente avaliar a Ideia Central 1, que em uma primeira análise cria a falsa impressão de que não há dificuldades para que essas pessoas consigam se empregar, porém em uma análise discursiva um pouco mais aprofundada a verdade se revela. Segundo os discursos, transexuais e travestis femininos principalmente não sentiram ou sentem dificuldades de adentrar no mercado de trabalho, desde que voltado para especialidades do mundo feminino, tal como moda e beleza. Novamente as mulheres se apresentam mais tolerantes em relação a essas minorias.

Esse fato apresenta uma realidade que reflete o mundo heteronormativizado, ou seja, existem profissões para homens e existem profissões para mulheres. É natural, nesse sentido, que transexuais e travestis femininos sejam aceitas em um ambiente de trabalho dominado pelas mulheres, tal como moda e beleza, ao passo que os transexuais e travestis masculinos são melhor aceitos em um contexto voltado ao mundo masculino. Esses são reflexos de uma sociedade também machista, na qual homens e mulheres têm seus papéis muito bem definidos, ainda que esses homens e mulheres tenham nascido de maneira diferente da convencional.

A Ideia Central 2 revela outra realidade, na qual as pessoas que assumem seu gênero e que não compactuam com essa “divisão de tarefas” são duplamente marginalizadas. O(a) travesti, o(a) transexual e o(a) intersexual carrega com sigilo o estigma de ser ou ter sido do mesmo sexo que os pretendentes colegas de trabalho, os clientes e o empregador. e por isso não são bem vindos nesse nicho laboral. Certamente a existência desse fato se deve, mais uma vez, à ignorância e a pouca profundidade de discussões, cuja tendência é sempre tornar sinônimos o gênero e o sexo, além do excessivo preconceito. Essa estranheza se consubstancia na prática a um temor de ser associado à parcela das minorias.

A transexual, intersexual ou travesti feminino não é bem vinda em uma empresa de informática, por exemplo, de predominância masculina, pois afinal, na cabeça das pessoas é um homem vestido de mulher, um gay ou algo nesse sentido, cuja presença é verdadeira ameaça à masculinidade, “absoluta” naquele tipo de ambiente, ou por querer se aproveitar da situação e fazer algum tipo de “gracinha” de cunho sexual. Da mesma forma, o transexual, intersexual ou travesti masculino não é bem vindo a um ambiente predominantemente feminino, pelas mesmas razões, por ferir a moral daquelas mulheres ou por representar algum tipo de ameaça, afinal se trata de uma ex-mulher, que a qualquer momento pode se aproveitar da situação para tirar algum tipo de proveito sexual. O fato é que em ambas as situações, o preconceito aflora na mesma medida que a falta de conhecimento e os argumentos usados são os mais diversos possíveis, desde que capazes de justificar o fato daquela pessoa não ser do “perfil” da empresa.

Outra questão importante a ser discutida é quando um membro das minorias de gênero consegue um emprego, este é geralmente mal remunerado, pois ocupa um cargo de pouca importância, de pouco contato com o público, etc. Essa, dentre outras razões, apresenta uma outra face do mundo estereotipado das minorias de gênero, especialmente os(as) travestis e transexuais, de que uma importante maioria vive às custas do corpo, no mercado sexual, ou no mercado de drogas, ou ainda, em ambos simultaneamente.

É fato que muitos(as) transexuais e travestis se prostituem, porém se analisado o contexto de vida dessas pessoas se tornam visíveis as causas desse fenômeno. Fala-se de pessoas que geralmente não tiveram a oportunidade de terminar os estudos, pois pela escola foram negligenciadas. Pessoas que muito cedo precisaram ser autossuficientes na vida, sozinhos, pois a família e a sociedade lhes deram as costas. Fala-se de pessoas que não têm ou tiveram a oportunidade de trabalhar.

Diante dessa realidade o (sub)mundo da prostituição parece atrativo, pois é rentável e é um (sub)mundo em que as pessoas vivem escondidos, à margem do palco principal da vida social e, por isso, os pré-conceitos e pré-julgamentos do cotidiano são menos frequentes, o que não significa que não impactam. Esse contexto será analisado com a devida profundidade no Eixo Temático seguinte.

5.4 EIXO TEMÁTICO IV: AS MINORIAS DE GÊNERO E OUTRAS QUESTÕES RELEVANTES

Ao longo das entrevistas diversos assuntos foram surgindo, assuntos que fugiam dos eixos principais das questões. A reiteração desses assuntos por diversos entrevistados fez com que eles ganhassem importância, pois foi percebida a significação que têm para as minorias de gênero e por isso ganharam espaço nesse Eixo Temático misto, pois revelam uma série de percepções, de razões e circunstâncias para a atual situação social de transexuais, travestis e intersexuais. A primeira Ideia Central se centra nos pormenores do (sub)mundo da prostituição.

Ideia central 1: As mazelas do (sub)mundo da prostituição

As minorias não devem ser associadas a uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, transformam o gueto e a rua em seus territórios e o estigma em orgulho que se converte em uma identidade, gay, étnica, ou de gênero.

A visibilidade que isso provoca tem efeitos duais: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar aceitação das pluralidades e, até mesmo, a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro, setores mais tradicionais ou conservadores renovam seus ataques, realizando desde campanhas de retomadas de valores religiosos e tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física promovendo o conflito, no

campo das ideias em primeiro plano, e no convívio social quotidiano em segundo plano, reforçando os estigmas e a exclusão (LOURO, 2004).

Nos discursos abaixo exemplificados foram percebidas muitas inquietações por parte dos entrevistados no que diga respeito à prostituição e ao duplo preconceito por eles sofridos, por serem minoria de gênero e prostitutas(os).

D1: Na rua todo mundo olha. Os homens mexem, tem aquelas velhas que até fazem o sinal da cruz. Tem gente que joga pedra, joga lata de cerveja, cospe, uns querem bater. Daí eles esquecem que ali tem uma parte homem também, daí né... a travesti vai se defender, dá uma surra no cara e depois vai pras capas do jornal como se ela que tivesse ido atrás de confusão.

D2: Tem cada tipo de louco nessa vida. Eles param a gente na rua pra fazer as propostas mais absurdas que você imaginar. Eles acham que a gente por ser trans somos obrigadas a fazer e a satisfazer todas as loucuras deles. Dai quando a gente se nega eles começa a tratar a gente mal, como se a gente fosse obrigadas sabe? Não querem pagar, enfim... Tenta empurrar droga na gente. Vire e mexe aparece gente morta nos motéis né? É por causa disso.

D3: As travestis da C. e S. têm que fazer sociedade com os carinhos barra pesada, porque lá o negócio é feio. Então elas se juntaram pra se garantir né. Afinal passa um doido por você, te dá um tiro e você nem sabe porque.

D4: Aqui na avenida, pra cima da rotatória eu conheço elas tudinho. O primeiro ponto é da S., o segundo era da D., o terceiro é o da H., mais pra cima, depois do terminal é o da K. Essa eu nem troco muita ideia, porque ela já matou até policial. Tem que ser assim, porque até a polícia, às vezes, mexe com a gente, só pra dar susto sabe? Como se a gente tivesse ali pra animar as noites deles. Podendo ir atrás de bandido né?. A D. por exemplo, queria muito sair dessa vida, coitada. Ela queria tirar os peitos e voltar a ser homem, porque ela dizia que era muito mais fácil. Coitadinha dela, morreu sem realizar esse sonho. Aquela ali sofreu muito na vida heim... A D. coitada, quantas vezes não apanhou na rua. Lembra do trilho? Então... Uma vez uns caras fingiram que queriam fazer programa e levaram ela pra lá, jogaram ela da moto em movimento. A coitada caiu em cima do trilho e foi para no hospital, com a coxa toda machucada, criou uma bolha de sangue do tamanho de uma bola, teve que drenar, cortar, foi feio. Porrada, ela já levou muita porrada desse povo.

O repúdio social nos discursos acima evidenciados se apresenta novamente de forma explícita e implícita, porém dual em sua natureza. Essa dualidade se dá porque as manifestações de preconceito se intensificam e se edificam sob dois argumentos de reprovabilidade: i) o fato de ser minoria de gênero, e ii) o fato de estar na rua se prostituindo.

Em D1, por exemplo, as manifestações negativas implícitas se apresentam na forma de olhares, ao passo que as manifestações explícitas se mostram de diversas formas, desde o

sinal da cruz, que pela fé cristã possui significados também distintos, sendo que pelo principal deles representa um pedido de proteção divina frente a uma agressão à fé, até as agressões físicas. Como manifestação implícita, pode-se exemplificar também, segundo os discursos, o fato das mídias descontextualizarem casos notórios de violência nas ruas envolvendo minorias de gênero, distorcendo as notícias de modo que os(as) travestis, transexuais ou intersexuais sempre sejam os sujeitos causadores de confusão. O que, segundo os discursos, é inverdade, pois na maioria dos casos essas pessoas estão apenas se defendendo das constantes agressões.

No discurso D2 fica evidenciada a ideia de que as minorias de gênero são desqualificadas pelos demais enquanto pessoas humanas. Essa desqualificação fica implícita pelo fato de que os clientes entenderiam que, por serem como são, essas pessoas estariam em uma situação de inferioridade aos demais (às maiorias), o que justificaria uma obrigatoriedade de satisfação de toda e qualquer tipo de fetiche sexual. Nesse processo, a negativa por parte do(a) transexual, travesti ou intersexual gera sentimentos de revolta e violência, que em muitos casos culminam em morte.

D3, por sua vez, revela as estruturas de poder no (sub)mundo da prostituição. A violência, sempre próxima, leva membros das minorias de gênero que se prostituem a fazerem alianças com os poderes paralelos não institucionais, por dois motivos: i) alguma forma de proteção, dada a negligência do Estado, e ii) uma forma de pagamento de “aluguel” pelo “ponto de prostituição”, uma vez que a rua nesse contexto não é pública, mas propriedade privada de determinadas facções. O não pagamento dessa “propina” desencadeia a perda do direito de uso ao “ponto”, que geralmente vem acompanhada de uma violenta desapropriação e pela cobrança da dívida pelo uso da força, inclusive com a prestação de serviços forçada, sejam eles sexuais, pela venda de drogas ou como “mulas” do tráfico, atravessando estados e países clandestinamente com pacotes de drogas dentro do corpo ou presos a ele.

O discurso D4 revela outras mazelas do mercado sexual de minorias de gênero, denunciando um cotidiano desumano e violento que leva, inclusive, à completa negação da natureza transexual, travesti ou intersexual que gera tentativas de “voltar atrás” nesse processo. Tais tentativas são evidentes formas de buscar uma “normalidade” discursivamente construída, uma fuga, evitando assim, o desgaste diário de se assumir transexual, travesti ou intersexual.

Outra questão de merece aprofundamento é a religião. Os discursos perquiridos possibilitaram a Ideia Central 2, qual seja:

Ideia central 2: A religião é uma grande propagadora do preconceito

D1: Pra mim hoje em dia é... eu deixei tudo isso (o preconceito) pra trás, eu sinto hoje em dia quando eu vejo um parente na rua e ele vira a cara. Mas eu aprendi que essas pessoas que estão erradas, não sou eu. Eu não tenho que me culpar pelo que eu sou, entendeu? Elas que são plausíveis de pena, não eu. Na verdade, quando eu vejo essas pessoas com essa ignorância, com homofobia, com transfobia, eu sinto pena delas, porque elas não têm informação. É uma pessoa como eu costumo falar “cavalo de charrete”, por mais que vire a cabeça pro lado ela só tem uma visão frontal, não consegue expandir o campo de conhecimento, fica presa na questão social, preso na questão religiosa, na questão familiar. Que na verdade eu acho que se resume tudo na questão religiosa porque os moldes da família vêm da religião, os moldes da sociedade, querendo ou não, vêm da religião. Esses dias atrás reuniu um monte de “papa” lá né, pra discutir se os homossexuais podem casar ou não. O coitado do Papa Francisco até tentou né, mas tentou incluir lá umas “boas vindas” aos homossexuais, mas não teve jeito. Eu sou ateia, inclusive. Muita gente fala que eu não vou pro céu, “eu não acredito em céu”, não faz diferença. Mas assim, eu acho que todo o peso, que todo o preconceito, que toda a violência e tudo mais que pessoas trans, travestis, homossexuais, lésbicas... passam é por causa da religião. Porque a religião impôs um molde e, assim... é um molde que não funciona né? Porque se funcionasse não teria família católica com homem espancando filho, estuprando, com padre pedófilo, é uma coisa que não funciona e quando você tenta se livrar desses padrões é condenado. No meu caso eu fui condenada por vários motivos, por ser transexual, por ser vegetariana, por ser ateia....

D2: Eu confesso que não consigo entender como que alguns LGBT's conseguem ter religião. Eu tenho várias discussões no facebook, porque posto direto sobre coisas ateias, tem aquela questão do evolucionismo, e eu entro muito em conflito com religiosos. No meu facebook tem muitos LGBT's, muitos LGBT's religiosos e outro dia eu falei no facebook que queria que os evangélicos me excluíssem do facebook e, teve uma amiga minha, lésbica, que falou que não que eu não podia fazer isso, etc. Eu falei pra ela me passar o endereço da igreja dela, que eu ia lá e que se eu conseguisse entrar na igreja eu mudava de ideia. Ai ela não me passou, porque ela sabe... assim, ela é lésbica mais dentro da igreja dela ninguém sabe que ela é lésbica. Ela sabe que não vão me deixar entrar.

D3: Eu to cansada de ser chamada de “coisa do demônio”. Minha vó falava isso quando eu era criança e eu já não aceitava, imagina um desconhecido na rua? Tudo é coisa do demônio, menos o preconceito deles né?

A religião é compreendida por Elizalde, Max-Sneef e Hopenhayn (2010) como uma necessidade humana interligada com a necessidade de fé, de acreditar em alguma coisa que motive a vida. Nesse sentido, os discursos acima apresentados revelam a relação conflituosa entre as minorias de gênero e as religiões.

O que merece destaque nesse contexto é o evidenciado em D2, que as religiões fecham as portas de seus respectivos templos para as minorias de gênero, principalmente quando “montadas” ou travestidas. Isso significa que o tabu do pecado está presente pelo simples fato de elas existirem enquanto membros da sociedade, ser travesti é o pecado, independentemente de ele(a) se relacionar sexualmente com indivíduos do mesmo sexo ou do sexo oposto. A análise para a reprovabilidade não se aprofunda sequer até essa variável, de modo que aquilo que se pode esconder, mascarar ou deixar em casa, deve ser feito invariavelmente. É o caso da orientação sexual, mas não da condição de diferente enquanto minoria de gênero, que é explícita e impossível de se esconder, o que justifica a negativa por parte das religiões em receber essas pessoas em seus templos e cultos.

O discurso D3 já revela a explícita demonização das minorias de gênero, que se revela como mais um motivo para a pouca receptividade dessas pessoas no seio das religiões, sejam elas de matriz judaico-cristão ou islâmica.

Com relação a Ideia Central 3, esta foi concebida mediante discursos que evidenciavam insatisfação pelo fato do senso comum tender a incluir todas as minorias LGBTT's em um único grupo, o dos homossexuais.

Ideia central 3: Travesti, transexual e intersexual não são a mesma coisa que homossexual

D1: desde os quinze anos de idade que foi quando vi mesmo que eu queria (ser mulher), entendeu? Não era mais aquele corpo que eu queria, não era mais aquele cabelo que eu queria entender? Não era...que mulher não era o meu forte (risos), que não era exatamente aquilo que eu queria pra mim. Então eu comecei a me vestir assim (de mulher) e fui mudando, hoje em dia eu vivo 24 horas de mulher. Bom, na minha cabeça eu sou mulher, afinal como eu sempre digo “ser uma trans ou ser uma travesti é a mesma coisa que você nascer num corpo masculino com uma alma feminina”, é como você pegar um par de sapatos e trocar, o direito colar no esquerdo e o esquerdo no direito. Aquele par de sapatos vai sempre incomodar seu pé, vai sempre tá no lugar errado, porque o pé direito é no direito. Então

aquela “incomodação” é assim que eu sempre me vejo, que eu sempre falo, porque eu nasci no corpo errado, só acho isso! (risos).

D2: Porque, assim, até você realmente entender que transexualidade não é doença, que transexualidade não é nenhum tipo de pederastia, como algumas pessoas pensam né. E, não é também uma vontade de ser, não é assim “ai, eu vou mudar”, a transexualidade é diferente da travestilidade né, justamente por causa disso.

D3: A transexualidade você sente, você consegue identificar desde criança né. Já a travestilidade ela já vem, num período, já na adolescência e a travestilidade tem muito a ver com a questão sexual, né. A transexualidade tem muito a ver com a questão do seu ego, do seu bem-estar, não tem nada a ver com o sexo, entendeu? A maioria das trans que eu conheço que conseguiram se identificar mais cedo, que é o meu caso, eu com três anos de idade eu sentia isso né, com quatro anos de idade eu estava vestindo a meia-calça da minha mãe. Uma vez eu peguei uma tesourinha dessas escolares e eu quis cortar o meu pênis fora. Graças a Deus não deu certo né, mas assim, tem essa diferença né. A travestilidade é uma questão externa né, você pode notar, assim, geralmente, a travesti tá sempre bem produzida, ela tem aquela questão do silicone, tem aquela questão, eu costumo dizer assim, que a travesti ela é mulher, mas é uma mulher diva né, porque tem essa diferença entre as próprias mulheres né. D4: as transexuais, travestis que se identificam mais na adolescência, já tem efeito na questão comportamental, na questão pessoal né. É uma questão externa e não uma questão interna, a maioria das travestis se fosse colheu algum depoimento delas, não sei se você colheu, elas se feminizaram “feminilizam” pela questão da conquista do parceiro, da conquista na sociedade, já as transexuais é uma conquista interna, é uma conquista própria, é você olhar no espelho e se senti bem, por mais que a gente quer né, agradar as outras pessoas né. Mas assim, eu, por exemplo, nunca pensei em ser mulher pra atrair um homem entendeu, porque eu queria atrair um homem. Depois, que assim, porque na verdade eu nunca me permitia é... sentir atração por homens né. Legal cruzar essas duas partes, porque assim, é... nada impede que uma transexual tenha orientação sexual, tenha orientação sexual hétero, porque identidade de gênero é o que você é né. Agora eu posso ser transexual e posso ser lésbica, eu posso ser bi, eu posso ser uma transexual hétero, porque tem a ver com a minha identidade de gênero e não com a minha orientação sexual, uma coisa não impede a outra né. Depois que eu me assumi, depois de tá com uma imagem feminina eu comecei a me permitir gostar de homens. Eu nunca me permitia ter qualquer tipo de relação com homens porque eu não queria que eles me vissem como homem. Eu não me sentia gay. Eu não me sentia afeminado. Eu nunca tive essa necessidade de...de... a maioria dos gays usa essa questão, o gay que eu falo estereotipado, ele usa um pouco essa questão de aparentar ser mais feminino pra um pouco chocar a sociedade, entendeu? É... a própria mulher faz isso né, pra sensualizar ela usa como uma arma né. Então, assim, eu nunca tive essa necessidade.

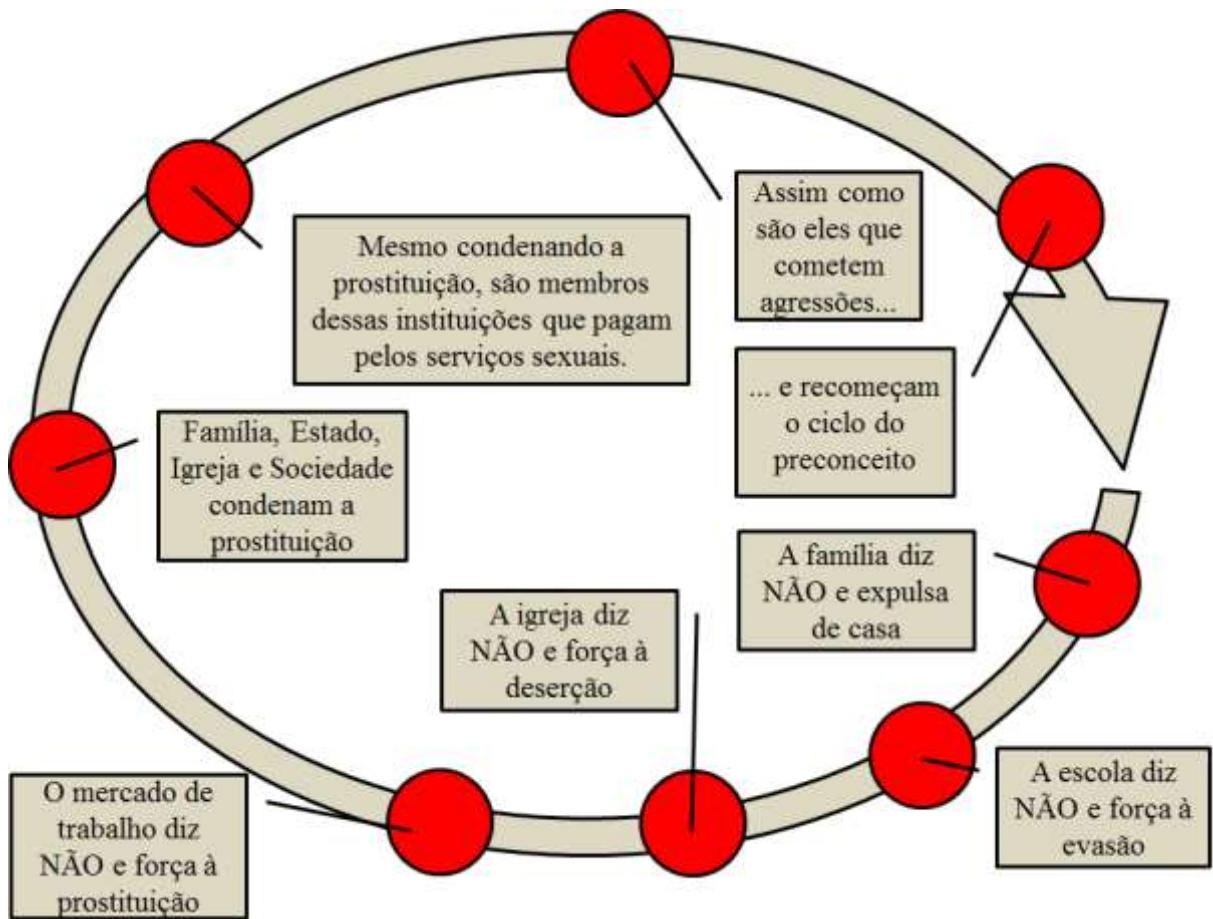
A Ideia Central III possibilita a inferência de dois grandes discursos. O primeiro é a tendência do senso comum em unificar as diversidades LGBTT em um único grupo, denominado genericamente de “homossexual”. O segundo, por sua vez, é o discurso da patologização das diferenças, em primeiro plano pelas maiorias dominantes e, em segundo plano, por alguns membros dessas diferenças, conferindo permissão tácita ou expressa para tipos de tratamento de diferentes naturezas, desde médicas até espirituais.

É verdade, também, que tais discursos definitivamente não agradam as minorias de gênero, pois tendem a propagar a ignorância em relação às mesmas, bem como, possíveis tratamentos ou curas que podem acarretar ainda mais sofrimento àqueles que por algum motivo não se aceitam ou querem mudar de condição para se sentirem mais incluídos ou menos marginalizados.

O que foi perceptível no decorrer das análises deste Eixo Temático é que a prostituição, a religião e a necessidade de difundir conhecimentos sobre as diferenças entre travestis, transexuais e intersexuais ganham uma projeção mais relevante na mente dos entrevistados do que os próprios assuntos dos três eixos iniciais. Por exemplo, o adjetivo “prostituta” com conotação pejorativa é muito mais agressivo aos entrevistados do que os adjetivos “traveco” e “desempregado”. Isso se deve ao fato de que a maioria dos agressores não tem a sensibilidade de se questionar a razão daquelas pessoas se prostituírem, que é justamente, na maioria dos casos, o fato de não conseguirem emprego e de não terem estudo.

A importância simbólica dada à prostituição é de extremo interesse, pois foi nela que se projetou dentre os entrevistados uma grande comoção. Novamente, a necessidade de subsistência obriga essas pessoas a se prostituírem e nesse contexto surge um efeito dominó, um ciclo de causas e consequências que consiste na estruturação social do preconceito para com as minorias de gênero, veja-se:

Figura 1: A estruturação social do preconceito contra membros das minorias de gênero.



Fonte: Autoria própria.

Muito embora não seja regra, na maioria dos casos as minorias de gênero sofrem rejeição quando se assumem. As instituições sociais se afastam. A igreja demonstra uma das mais curiosas reações, pois sob um discurso de perdão e inclusão se apresenta como uma espécie de segunda casa para as pessoas, mas quando um(a) transexual ou travesti a procura como refúgio é aceito somente sob algumas condições, principalmente nas igrejas de vertente evangélica. Essas condições se situam em torno do comprometimento da pessoa em se aproximar de Deus, deixar de lado sua condição diferente e viver como a natureza (Deus) a fez, se redimir do seu “pecado”. Trata-se de uma forma clara de se incluir excluindo.

Da mesma forma que a igreja, o mercado de trabalho também registra suas condições para incluir as minorias de gênero, que geralmente é que ela deixe de ser (ou aparentar ser) transexual, travesti ou intersexual. Diante disso, a prostituição se apresenta como solução. Como visto nos discursos, algumas das pessoas que mais condenam as diferenças das minorias de gênero durante o dia são as que as procuram durante a noite para a contratação de serviços性uais. A prostituição, também vista como pecado, é apenas mais uma das características condenáveis imputadas às minorias de gênero, porém é a que mais lhes causa

revolta, pois a dinâmica do mercado sexual, de transexuais e travestis principalmente, sintetiza a hipocrisia da sociedade.

O que causa comoção nos entrevistados quando se fala de prostituição é o representado pelos quatro últimos círculos da Figura 3, que significam que pessoas que promoveram a marginalização do(a) transexual, do(a) travesti ou do(a) intersexual por meio de seus atos ativos ou omissivos são as mesmas pessoas que condenam a prostituição, assim como são as mesmas pessoas que fazem uso do serviço sexual prestado e que também promovem agressões à quem se prostitui. São essas mesmas pessoas, também, que se por acaso vierem a ter um filho ou filha com as características das minorias de gênero, provavelmente, reiniciarão o ciclo do preconceito, excluindo esse membro do grupo familiar. Os entrevistados formulam por meio dos discursos a seguinte questão: qual a chance que nos dão de nos incluirmos à sociedade? Sendo a resposta dada pelos mesmos, sinteticamente: As pessoas que detém a prerrogativa de nos incluir são as mesmas que nos excluem reiteradamente, por sermos minorias de gênero e por nos prostituirnos.

A pessoa que nega emprego às minorias de gênero é a mesma que paga pelo sexo. O pai que expulsa a jovem transexual de casa é o mesmo que deixa a esposa em casa dormindo e vai à procura dos serviços sexuais dessas pessoas. O padre ou pastor que as convidam para sua igreja é o mesmo que diz que elas são “coisa do demônio” e que para poderem entrar no templo devem se descharacterizar enquanto pessoa, abrir mão de sua identidade. Certamente esse é o maior dilema das minorias de gênero que se prostituem, pois o ciclo do preconceito está imposto há muito tempo por meio do repetitivo discurso heteronormativo.

Quando o elemento prostituição não está presente, ou seja, quando o membro das minorias de gênero não se prostitui o ciclo do preconceito também é aplicável, pois as instituições alimentam a rejeição às diferenças ao longo das gerações, fazendo do preconceito verdadeira herança. Isso se dá por meio da reprodução do discurso heteronormativo que estrutura e mantém estruturada a hegemonia heteronormativa em um ciclo que precisa ser quebrado.

Outra questão levantada nessa altura da pesquisa é a necessidade de se difundir conhecimento sobre as diferenças entre os membros da comunidade LGBTT, visto que, conforme apontado, as pessoas tendem a incluí-las em um grande grupo chamado homossexuais, ou pior em “homossexuais normais”, como se os três grupos tratados na pesquisa fossem ainda menos “normais” que este outro grupo, que já é tachado por muitos como “anormal”. Nesse sentido, o(a) transexual, o(a) travesti e o(a) intersexual se situariam em uma escala mais “anormal” ainda. Os discursos trazem explicações diversas para a

transexualidade, a travestilidade e a intersexualidade, desde algumas bastante simples até algumas mais científicas. O que importa é que muitos sentem essa necessidade. As pessoas acabam reproduzindo o preconceito aprendido sem sequer saber a razão disso e há uma demanda muito grande de uma reeducação social nesses moldes. O Estado deve programar políticas públicas com esses fins, além de tentar dissociar ao máximo no quadro de servidores a religião do serviço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da reflexão apresentada, é possível concluir que a heteronormatividade como figura hegemônica se mantém como estruturadora social, posição de onde somente sairá mediante uma reestruturação do pensamento sobre as questões relacionadas à sexualidade humana. Nesse viés, logo se vê a dinâmica hegemônica estabelecida por meio de discursos de dominação que buscam a manutenção das instâncias de Poder, de Controle e de Acesso sociais. À medida que tal estrutura se mantém as minorias de gênero permanecerão como tal e de uma proposição dialética entre preconceito e dominação surgem suas necessidades humanas próprias.

O primeiro ponto que deve ser discutido é: quais aos tipos de necessidades humanas que as minorias de gênero possuem? Conforme a evolução da pesquisa foi possível definir com base na teoria das necessidades humanas de Elizalde, Max-Sneef e Hopenhaym que o anseio principal das minorias de gênero é a equidade. Muito embora nos discursos perquiridos ela venha travestida da noção de igualdade, defende-se que a expressão “igualdade” vem com um sentido de equidade, pois a necessidade principal evidenciada pelos discursos é a equivalência de direitos, as mesmas oportunidades de acesso à educação, à convivência familiar, à convivência social, a um trabalho digno, a direitos outros que são elementares à condição humana. Esse ponto de vista se solidifica na medida em que se analisa o histórico de vida dos entrevistados a partir de uma perspectiva global, no qual fica claro a constância do preconceito, as semelhanças de reações, seja da família, seja da escola, seja da mídia, seja do mercado de trabalho. Sob esses aspectos para a instauração de uma equidade, surge, para que esta seja possibilitada, a necessidade da inclusão.

A inclusão mencionada não é uma simples “inclusão social”, pois políticas públicas nesse sentido já existem, apesar de não serem efetivadas. Nessas considerações é defendida a ideia de que as minorias de gênero se aproximam do que Agamben (2004) chamou de *Homo sacer*, cuja característica é a inclusão pela exclusão e a exclusão pela inclusão. Tal afirmação, por mais paradoxal que pareça, sintetiza a realidade das minorias de gênero na sociedade contemporânea. São formas de vida “matáveis”, pois não são contempladas, de fato, pelo direito e, justamente por isso, não podem ser por ele condenadas, assim como não podem ser por ele protegidas, estando fadadas à vulnerabilidade e à violência, originárias do próprio direito que as excluiu.

Tal como Agamben (2004); Lévinas (1998), Sloterdijk (1999) e Habermas (2004), contribuem para a formulação de um pensamento inclusivo que possibilite o surgimento de uma alteridade como prática social. Elizalde (2002) e Walsh (2010) reinterpretam esse pensamento como uma forma de potencialização do capital humano, mediante uma inovadora ressignificação do desenvolvimento, que deve preconizar o desenvolvimento humano e social para todos.

A qualidade de vida do ponto de vista das minorias de gênero se apresenta como a possibilidade de ter uma vida equivalente a de todos os que não estão inseridos no grupo das minorias de gênero. Isto é, sem o eterno constrangimento de ser reprovado cotidianamente por ser o que é. O direito de Ser, nessa perspectiva, é violado, pois os pré-julgamentos corroboram para a institucionalização de um eterno “estado de alerta” na mente dessas pessoas. Seria como viver em um campo minado, onde a qualquer momento, com apenas um passo em falso, há a possibilidade de haver uma explosão. Apesar da conotação metafórica, a explosão se manifesta em forma de opinião, de reprovação, de pequenas ou grandes violências que obrigam as minorias de gênero a se refugiarem em seus próprios círculos. Tal isolamento é apenas o ápice de um longo processo de marginalização que definitivamente impossibilita uma vida com qualidade.

Esta hipótese tem como pressuposto o fato de que a identidade de gênero muitas vezes acaba sendo confundida com orientação sexual dos indivíduos e por serem ambas as concepções “diferentes” do gênero e da sexualidade humana, respectivamente, geralmente sobrepõe-se ao *status* de cidadão das pessoas. Diante disso, notadamente as minorias de gênero, por sua condição diferente, certamente possuem necessidades também diferentes dos demais.

Esse contexto de constante reprovabilidade propicia uma auto-culpa, a internalização do preconceito e a tentativa de fuga da realidade de minoria de gênero. Essa fuga é o ápice de um processo selvagem que se inicia, como se verificou, no seio da família e passa pela escola, pelo mercado de trabalho, pelas relações sociais, pelo viver em sociedade, acompanhando as fases da vida dessas pessoas.

A mitigação da qualidade de vida dessas pessoas é causada direta e indiretamente pelo preconceito. Nesse viés, é sabido que a qualidade de vida é requisito para o desenvolvimento humano, assim como o afeto, a educação, a saúde, o trabalho e qualquer outro elemento que contribua para a potencialização do bem-estar individual da pessoa humana, assegurando-lhe a dignidade. Dessa forma, o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento estabeleceu em seus relatórios anuais que o desenvolvimento humano é direito de todos e é dever das instituições assegurar seu gozo em plenitude.

Sob tal premissa apareceu a necessidade de se responder de que forma e se de fato a marginalização influí nesses quesitos. Sabe-se que a população que compõe as minorias de gênero, neste caso os transexuais, os travestis e os intersexuais foram e continuam sendo vítimas das formas mais opressivas e excludentes de discriminação que durante muitos séculos construíram e determinaram o viver em sociedade. Uma vez que estar no polo passivo de uma manifestação preconceituosa não é um dos elementos que compõem a qualidade de vida, imagina-se que tal dinamismo funciona como critério excludente que acaba por dificultar o acesso das minorias de gênero ao “bom viver”, colocando em sério risco a sua qualidade de vida, condenando-as à marginalização social e ao atrofiamento daquilo que se entende por desenvolvimento humano.

Assim, quando se questiona sobre o que pode ser feito para solucionar os problemas identificados, assegurando, de acordo com os princípios dos direitos humanos e do disposto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o desenvolvimento humano e social dessas minorias, tem-se como possível resposta que: em última instância, isto equivale a dizer que, dada a condição de vulnerabilidade das minorias de gênero, é preciso traçar estratégias para assegurar-lhes os direitos inerentes à pessoa humana. Tais estratégias, no entanto, devem embasar-se nas diretrizes do PNUD para a fomentação do Desenvolvimento Humano, bem como na legislação brasileira e nos avanços conquistados em solo nacional, e propor medidas que favoreçam a plena inclusão social dessas minorias.

Diante disso torna-se evidente que o modelo de desenvolvimento, tal como está estabelecido, não contempla todas as possibilidades de potencialização do bem-estar individual, havendo, nesse sentido, uma necessidade de reestruturação das políticas, que deverão enfatizar a pessoa humana no processo de desenvolvimento. Para tanto, a qualidade de vida deve ser experimentada por todos os grupos sociais, independentemente de origem, raça, cor, condição sexual, etc. A inclusão do outro, como idealizada por Habermas (2004) é uma necessidade social latente que deve convergir para essa reestruturação.

REFERÊNCIAS

- ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de comunicação LGBT.** Curitiba: Ajir Artes, S/D.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer*: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- ALMEIDA, Marcos Antônio Bettine de; GUTIERREZ, Gustavo Luis; MARQUES, Renato. **Qualidade de vida:** definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa. São Paulo: EACH/USP, 2012.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. *O conceito de hegemonia de Gramsci a Laclau e Mouffe. Lua Nova.* n. 80, p. 71-96, São Paulo, 2010.
- ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSZNADJER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais:** pesquisa qualitativa e quantitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2001.
- APPADURAI, Arjun. **O medo do pequeno número:** ensaio sobre a geografia da raiva. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- ARENDT, Hannah. **As origens do totalitarismo.** Tradução de Paulo Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco.** Seleção de textos de José Américo Pessanha. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Coleção os Pensadores).
- ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPEL, Vitor Frederico. **Manual de Antropologia Jurídica.** São Paulo: Saraiva, 2011.
- AYLWIN, Patricio. **Os desafios do desenvolvimento humano na América Latina.** Tradução: Jean François Clever. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1997. (Coleção Idéias e Debates, n. 13).
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Marxismo e Filosofia da Linguagem. 8^a ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. **Estética da criação verbal.** Tradução de Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BAPTISTA, Cristina Sales; SOUSA, Maria José. **Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha.** 3. ed. Lisboa: Pactor, 2011.
- BARBOSA, Rui. **Oração aos moços.** 5. ed. anot. por Adriano Cury. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1999.
- BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Qualidade de Vida e ambiente: uma temática em construção.* In: BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas (org.). **A temática ambiental e a pluralidade do Ciclo de Seminários do NEPAM.** Campinas: UNICAMP, NEPAM, 1998, p. 401-423.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido:** sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BENTO, Berenice Alves de Melo. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. *Da transexualidade oficial às transexualidades*. In. PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio. **Sexualidades e saberes:** convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. **O que é transexualidade.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Lingüística Geral II.** Campinas: Pontes, 1989

BIANCHI, Álvaro. *Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia*. **Cadernos CEMARX**. n. 4. p. 9-39, Campinas, 2007. Disponível em <<http://www.pensamentopolitico.com.br/Bianchi%20_Cemarx%202007.pdf>>. Acesso em set/2014.

BÍBLIA SAGRADA (online). Disponível em: << <http://www.bibliacatolica.com.br/> >> Acesso em set./2014.

BOBBIO, Norberto. **Era dos Direitos.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto-PT: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Cleaudie. A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. de Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: ago./2014.

BURREL, G.; MORGAN G. **Sociological paradigms and organizational analysis.** Partes traduzidas por Sylvia Vergara. Londres: Heinemann, 1979.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio.** Tradução de Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras: 1990.

CHARAUADEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso.** Coordenação e tradução de Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHILAND, Colette. **Transexualismo.** São Paulo: Loyola, 2008.

CLASTRIES, Pierre. **A sociedade contra o Estado:** investigações de Antropologia Política. Tradução de Bernardo Frey. Porto: Afrontamento, 1979.

COSTA, Márcio Luis. **Lévinas:** uma introdução. Tradução de J. Thomaz Filho. Petrópolis: Vozes, 2000.

COX, Robert. *Civil society at the turn of the millennium: prospects for an alternative Word order.* In: **Review of International Studies**, Cambridge, v. 25, n. 1, p. 3-28, p. 1999.

CUNHA, Catherine da Silva. **Jatakas:** o processo de representação e materialização de um fenômeno infocomunicacional. 2009. 58 p. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS.

DESMOND, William. **A filosofia e seus outros:** modos do ser e do pensar. São Paulo: Loyola, 2000.

DORSA, Arlinda Cantero. **Lingua e Discurso nas crenças culturais sul-pantaneiras.** Curitiba: Appris, 2013.

EAGLETON, Terry. **Ideologia.** Tradução de Silvana Vieira. São Paulo: Boitempo, 1997.

ELIZALDE, Antonio. *Desarollo a escala humana: conceptos y experiências. Interações – revista internacional de desenvolvimento local.* v. 1,n.1, p.51-62. Campo Grande-MS, Set./2000.

_____. *La propuesta de Desarollo a Escala Humana.* In. PNUMA, Programa de las Naciones Unidas para el medio Ambiente. **Desarrollo humano y ética para la Sustentabilidad.** México/Santiago: PNUMA/Universidade Bolivariana, 2003.

ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, Martin; MAX-NEEF, Manfred. **Desarollo a escala humana:** opciones para el futuro. Madrid: Biblioteca CF+S, 2010.

FAIRCLOGH, Norman. **Language and Power.** Harlow: Longman Group UK Limited, 1989.

FALCONE, Karina. *Discurso e Cognição.* In. **Eutomia.** v.2. Jul./Dez. 2012, p. 264-284. Disponível em: http://www.revistaeutomia.com.br/v2/wp-content/uploads/2012/08/Discurso-e-cogni%C3%A7%C3%A3o_p.264-2841.pdf Acesso em: set./2014.

FELIPE, Jane. *Sexualidade na Infância: dilemas da formação docente.* In. XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias.** Campo Grande, UFMS, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 27. ed. Petrópolis, Vozes, 1987b.

_____. **História da Sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999a.

_____. **A Ordem do Discurso:** aula inaugural no Collège de France. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999b.

FOWLER, Hodge; KRESS, Gunther; TREW, Tony. **Language and control.** London: Routledge Kegan Paul, 1979.

FURTADO, Celso. **Introdução ao Desenvolvimento:** enfoque histórico-estrutural. 3. ed. Paz

e Terra, 2000.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método:** traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 1997.

GARNICA, Antonio Vicente Marafioti. *Algumas notas sobre pesquisa qualitativa e fenomenologia*. In. **Interface – comunicação, saúde, Educação.** v. 1. n. 1. Agosto, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Tradução de Alexandra Figueiredo. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. **Sociologia**. 4. ed. Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. *Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades*. **RAE-Revista de Administração de Empresas**. São Paulo-SP, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995, p. 57-63.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERRA, Judite. *Identidades de gênero e sexo na infância*. In. XAVIER FILHA, Constantina (Orgs.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande, UFMS, 2012.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudo de teoria política. Tradução de George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**: parte I. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. São Paulo: Vozes, 2005a.

_____. **Ser e tempo**: parte II. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. São Paulo: Vozes, 2005b.

HERGESEL, João Paulo Lopes de Meira. *Seis proposta deste milênio: as ideias de Calvino aplicadas na obra de Adriana Lisboa*. **Entrepalavras**. ano. 2, v. 2, n. esp. Fortaleza, jan./jul. 2012.

HESSE, Helge. **A história do Século XX em 50 frases**. Tradução de Inês Guerrero. Alfragide-Portugal: Casa das Letras, 2008.

HUSSERL, Edmund. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Introdução e Tradução de Urbano Zilles. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

_____. **Investigaciones Lógicas 1**. Versão para o espanhol de Manuel G. Morente e José Gaos. Madrid: Alianza Editorial, 2006.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 22. ed. Tradução de Izidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2010.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. Brasília: 2013. Publicação online, sem tiragem impressa. Disponível em: www.researchgate.net/.../Identidade.../02bfe50eebe482dd4c000000. Acesso em: 02/09/2014.

KNUDSEN, Patricia Porchat Pereira da Silva. (2007). *Gênero, psicanálise e Judith Butler: do transexualismo à política*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – USP. Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/cp035920.pdf. Acesso em: 01/09/2014.

LABURTHE-TOLRA, Philippe; WARNIER, Jean-Pierre. **Etnologia antropológica**. 2. ed. Tradução de Anna Hartmann Cavalcanti, Petrópolis: Vozes, 1997.

LAPLATINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LEITE JÚNIOR, Jorge. **Nossos corpos também mudam**: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico. São Paulo: Annablume, 2011

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Entre nós**: ensaio sobre a alteridade. Coordenador da tradução Pergentino Stefano Pivatto. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Ética e infinito**. Lisboa: Edições 70, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. "Nas redes do conceito de gênero". In: LOPES, M.J.D.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R.; (orgs.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____. **O corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. **Pro-Posições**. n.2, v.19, mai./ago./ 2008.

MAQUIAVEL, Nicolo. **O Príncipe**. Tradução Maria Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

MARQUES, Heitor Romero. **Desarrollo Local en la escala humana**: uma exigência del siglo XXI. Campo Grande: Gráfica Mundial: 2013.

MAX-NEEF, Manfred A. **Desarollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Editorial Nordan-Comunidad, 1993.

MEYER, Michael. *Entre la teoría, en método y la política: la ubicación de los enfoques relacionados con el ACD*. In. MEYER, Michael; WODAK, Ruth (comp.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Tradução para o espanhol de Tomás Fernández Aúz y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003.

_____; WODAK, Ruth (comp.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Tradução para o espanhol de Tomás Fernández Aúz y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira; BUSS, Paulo. *Qualidade de vida e saúde: um debate necessário*. **Ciênc. Saúde Coletiva**, vol. 5(1), p. 7-18, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-8123200000100002&script=sci_arttext Acesso em ago./2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 16. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2009.

_____. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias.* Ano 11. n. 21. Porto Alegre: Jan./jun. 2009, p. 150-182.

MONTORO, André Franco. **Introdução à ciência do direito.** 28. ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

NASCIMENTO, Amós. *Filosofia e educação em direitos humanos: fundamentação teórica.* In. GUTIERREZ, José Paulo; URGUIZA, Antônio Hilário Aguilera (Orgs.). **Direitos Humanos e Cidadania: Desenvolvimento pela educação em Direitos Humanos.** Campo Grande: UFMS, 2013.

NERY, João W. **Viagem Solitária:** memórias de um transexual trinta anos depois. São Paulo: Leya, 2011.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **The World Health Organization Quality of Life Assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization.** Social science and medicine. v.41, n.10, 1995, p.403-409.

ONU. Organização das Nações Unidas. Declaração ao Direito ao Desenvolvimento. Adotada e proclamada pela resolução 41/128 de 1986.

ORDÓÑEZ, Miguel Ángel Sobrino. *Et al. Diccionario de Filosofía Latinoamericana.* Ciudad de Mexico: UNAM, 2013.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **Semântica e discurso:** Uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi (*et al.*). Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PELÚCIO, Larissa. *Nos nervos, na carne e na pele – etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de Aids.* (2007). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR.

PEPLER, Nadieje de Mari. *Alteridade no horizonte ético crítico da libertação: um diálogo entre sensibilidade e identidade no pensamento de Emmanuel Lévinas.* In. **Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI.** São Paulo: 2009. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/2871.pdf Acesso em: out./2014.

PICAZIO, Cláudio. **Diferentes desejos:** adolescentes homo, bi e heterossexuais. São Paulo: GLS, 1998.

_____. **Sexo secreto:** temas polêmicos da sexualidade. São Paulo: GLS, 1999.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos: desafios da ordem internacional contemporânea.* In. SCHILLING, Maria Luiza Bernardi Fiori. **Caderno de Direito Constitucional:** direitos humanos e o direito constitucional internacional. Porto Alegre: Esmagis/TRF4, 2006.

PNUD, Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1990.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 1990.

- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1992.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 1992.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1993.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 1993.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1994.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 1994.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1995.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 1995.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1997.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 1997.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2000.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2000.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2007.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2009.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2009.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2010.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2010.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2011.** Tradução do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento – IPAD. Nova York: PNUD, 2011.
- _____. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2013.** Nova York: PNUD, 2013.
- _____. **Informe sobre Desarollo Humano 2014.** Versión preliminar de la traducción para el español. Nova York: PNUD, 2014.
- _____. *O que é desenvolvimento humano.* (online) Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH> Acessado em: ago./ 2014.
- RAMSEY, Gerald. **Transexuais:** perguntas e respostas. São Paulo: GLS, 1998.
- ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre os fundamentos e a origem das desigualdades entre os homens.** Tradição de Maria Lacerda de Moraes. Edição Eletrônica (E-Book). Ridendo Castigat Mores: 2010.
- _____. **Do Contrato Social:** princípios do direito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. *Diversidade sexual e suas nomenclaturas*. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade sexual e direito homoafetivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SILVA JÚNIOR, Assis Moreira. *As minorias sexuais e as políticas públicas do governo federal: entre avanços e retrocessos*. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**. n.1. v.2, Barretos-SP: 2013.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias; PADOVAM, Valquíria A. Rossi. *Bases teóricas de Bem-Estar Subjetivo, Bem-Estar Psicológico e Bem-Estar no Trabalho. Psicologia: Teoria e Pesquisa*. n.2, v.24, p.201-209, Brasilia, 2008 (online). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n2/09.pdf>, Acessado em: ago./2014.

SLOTERDIJK, Peter. **En el mismo barco:** ensayo sobre la hiperpolítica. Madrid: Siruela, 1994. Resenha de: MARTIN-GAITERO, Rafael. **Hieronymus**. n.3. v.3. S/D. p. 123-126.

_____. **No mesmo barco:** ensaio sobre a hiperpolítica. Tradução de Cláudia Cavalcanti. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

UFAL, Universidade Federal do Alagoas. *Pesquisa revela número elevado de suicídios entre integrantes da comunidade LGBT em Maceió*. Disponível em: <<http://www.ufal.edu.br/noticias/2013/11/pesquisa-revela-numero-elevado-de-suicidios-entre-integrantes-da-comunidade-lgbt-em-maceio>>. Acesso em out./2014.

VAN DIJK, Teun Adrianus. **Analisis crítico del discurso**. Conferências de 1994 sintetizadas em E-Book. Disponível em: http://acreditacion.unillanos.edu.co/contenidos/dis_ambientes_metodos_pedagogicos/Memoria1/analisi_critico_discurso.pdf. Acesso em: set./2014.

_____. **Racismo y análisis crítico de los medios**. Barcelona: Paidós, 1997.

_____. *El análisis crítico del discurso*. In: **Anthropos (Barcelona)**, 186, set./out. 1999, pp. 23-36.

_____. *El discurso como Interacción en la Sociedad*. In: VAN DIJK, Teun Adrianus (Compil.) **Discurso como Interacción Social**. Barcelona: Gedisa, 2000.

_____. **Estructuras e funciones del discurso:** una introducción interdisciplinaria a la lingüística del texto y a los estudios del discurso. ed. atual. Barcelona: Siglo XXI, 2005.

_____. **Ideología y discurso:** una introducción multidisciplinaria. 2. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

_____. **Cognição, discurso e interação**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

WALSH, Catherine. *Desenvolvimento como Buen Vivir: arranjos institucionais e laços (de)coloniais*. **Novoamerica**. 126, abr-jun 2010.

WINCK, Gustavo Espíndola. *Transsexualidade masculina e família: considerações sobre o gênero e a rede de apoio social*. In: STREY, Marlene Neves; NETO, João Alves da Silva; HORTA, Rogério Lessa (Orgs.). **Família e Gênero**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ANEXO I: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: “O desenvolvimento humano sob a ótica das minorias de gênero: uma questão de direitos humanos e sociais”.

A JUSTIFICATIVA: o motivo que nos leva a estudar o preconceito homoerótico, a transfobia e também a heteronormatividade como fatores possíveis de impactos negativos no desenvolvimento humano (ou em escala humana) das minorias de gênero é que na contemporaneidade brasileira verifica-se a instalação de uma dicotomia ideológica verdadeiramente preocupante, onde de um lado tem-se adeptos ao conservadorismo, ou melhor, ao binarismo sexual humano tradicional e do outro defensores da pluralidade de possibilidades, da diversidade e da “polissemia” da sexualidade humana. Tal constatação somente é possível pelo fato de que nos dias atuais os direitos das minorias de gênero vêm cada vez mais sendo discutidos e tendo maior visibilidade social.

Em análise a esse fenômeno é inegável que num plano macro existem reflexos diretos na sociedade como um todo. Num plano mais restrito tais discussões afetam diretamente diversas populações que não se enquadram em nenhuma das “categorias” habituais da sexualidade humana. Outra discussão recente e bastante destacada no mundo da investigação científica é sobre aspectos relacionados à qualidade de vida do indivíduo, isto vem sendo feito de forma bastante diversa, sem focos, sentidos ou linhas teóricas ainda bem definidas.

Tais colocações permitem refletir sobre ambos os temas e ainda identificar (ou procurar identificar) em que pontos se entrelaçam. É dizer: as manifestações excludentes e preconceituosas contra as minorias de gênero são relevantes para a efetivação de sua qualidade de vida? Ou de uma forma mais clara: o preconceito sofrido pelas minorias de gênero afeta seu bem estar enquanto pessoa humana?

OS OBJETIVOS E OS PROCEDIMENTOS: por objetivo precípuo (geral) pretende-se identificar e posteriormente analisar as necessidades das minorias de gênero no contexto do desenvolvimento humano. Isto é, poder ao final definir tais necessidades, confrontá-las com o referencial teórico existente sobre o tema e concluir a que ponto a marginalização sofrida por essas minorias afetam (se afetam) sua qualidade de vida e consequentemente seus direitos enquanto pessoa humana.

Tem-se por objetivos secundários (específicos) 1 – Levantar e analisar as necessidades humanas das minorias de gênero.

2- Representar de acordo com o levantamento anterior os elementos que compõem a

qualidade de vida das minorias de gênero.

3 - Confrontar os dados obtidos com a bibliografia disponível sobre o assunto e apontar possíveis soluções para a questão embasando-se nos princípios jurídicos constitucionais a fim de possibilitar o saudável desenvolvimento social e econômico dos envolvidos.

DESCONFORTOS E RISCOS E BENEFÍCIOS: não há previsão de desconfortos ou riscos à amostra.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados obtidos por intermédio do(s) depoimentos e entrevista(s) serão enviados para você e permanecerão sem identificação, inclusive na versão final do trabalho apresentado. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS: A participação no estudo não acarretará custos para você e é voluntária não lhe disponibilizando, portanto, nenhum tipo compensação financeira.

DECLARAÇÃO DO(A) PARTICIPANTE

Eu, _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e motivar minha decisão se assim o desejar. O(a) pesquisador(a) certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais.

Também sei que caso existam gastos adicionais, estes não serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Em caso de dúvidas poderei chamar o mestrando Antônio Henrique Maia Lima no telefone (67) 9292-2256 ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica Dom Bosco (CEP/UCDB), sítio à Av. Tamandaré, 6000, Jd. Seminário – Campo Grande, MS.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

NOME²⁶: _____

CPF: _____ **DATA:** _____ / _____ / _____

ASSINATURA

²⁶ Social ou Oficial (de registro).

ANEXO II: MODELO DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

- 1. A PARTIR DE SUA EXPERIÊNCIA DE VIDA DESCREVA COMO FOI O PROCESSO DE ACEITAÇÃO DE SUA DIFERENÇA (TRANSEXUALIDADE, TRAVESTITILIDADE E INTERSEXUALIDADE) PELA SUA FAMÍLIA E PELOS SEUS AMIGOS.**
- 2. A PARTIR DE SUA EXPERIÊNCIA DE VIDA DESCREVA COMO FOI O PROCESSO DE ACEITAÇÃO DE SUA DIFERENÇA (TRANSEXUALIDADE, TRAVESTITILIDADE E INTERSEXUALIDADE) EM ÂMBITO ESCOLAR.**
- 3. A PARTIR DE SUA EXPERIÊNCIA DE VIDA DESCREVA COMO FICOU SUA VIDA PROFISSIONAL APÓS ASSUMIR SUA DIFERENÇA (TRANSEXUALIDADE, TRAVESTITILIDADE E INTERSEXUALIDADE).**
- 4. A PARTIR DE SUA EXPERIÊNCIA DE VIDA DESCREVA COMO É SER MINORIA DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA.**
- 5. A PARTIR DE SUA EXPERIÊNCIA DE VIDA DESCREVA AS NECESSIDADES QUE VOCÊ TEM PARA SE SENTIR MAIS INCLUÍDA À SOCIEDADE.**

ANEXO III: PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O DESENVOLVIMENTO HUMANO SOB A ÓTICA DAS MINORIAS DE GÊNERO:
UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS.

Pesquisador: ANTONIO HENRIQUE MAIA LIMA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 33397214.1.0000.5162

Instituição Proponente: Universidade Católica Dom Bosco

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 743.157

Data da Relatoria: 07/08/2014

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa "O DESENVOLVIMENTO HUMANO SOB A ÓTICA DAS MINORIAS DE GÊNERO: UMA QUESTÃO DE DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS" tem como objetivo: "identificar e posteriormente analisar as necessidades das minorias de gênero no contexto do desenvolvimento humano. Isto é, poder ao final definir tais necessidades, confrontá-las com o referencial teórico existente sobre o tema e concluir a que ponto a marginalização sofrida por essas minorias afetam (se afetam) sua qualidade de vida e consequentemente seus direitos enquanto pessoa humana". É uma "pesquisa não intervenciva e de abordagem de matriz quali-quantitativa, utilizando-se do método indutivo para concebê-la".

Objetivo da Pesquisa:

Por objetivo precípua (geral) pretende-se identificar e posteriormente analisar as necessidades das minorias de gênero no contexto do desenvolvimento humano. Isto é, poder ao final definir tais necessidades, confrontá-las com o referencial teórico existente sobre o tema e concluir a que ponto a marginalização sofrida por essas minorias afetam (se afetam) sua qualidade de vida e consequentemente seus direitos enquanto pessoa humana.

Tem-se por objetivos secundários (específicos) 1 – Levantar e analisar as necessidades humanas das minorias de gênero.

Endereço: Av. Tamandaré, 6000	CEP: 79.117-900
Bairro: Jardim Seminário	
UF: MS	Município: CAMPO GRANDE
Telefone: (67)3312-3615	Fax: (67)3312-3723
	E-mail: cep@ucdb.br

Continuação do Parecer 743.157

2- Representar de acordo com o levantamento anterior os elementos que compõem a qualidade de vida das minorias de gênero.

3 - Confrontar os dados obtidos com a bibliografia disponível sobre o assunto e apontar possíveis soluções para a questão embasando-se nos princípios jurídicos constitucionais a fim de possibilitar o saudável desenvolvimento social e econômico dos envolvidos.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos para os participantes. Os benefícios são informados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa atende os requisitos científicos e éticos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O Colegiado acompanha o voto do Relator

CAMPO GRANDE, 08 de Agosto de 2014

Assinado por:
Marcio Luis Costa
(Coordenador)

Endereço: Av. Tamandaré, 6000	CEP: 79.117-000
Bairro: Jardim Seminário	
UF: MS	Município: CAMPO GRANDE
Fone: (67)3312-3615	Fax: (67)3312-3723
	E-mail: cep@ucdb.br